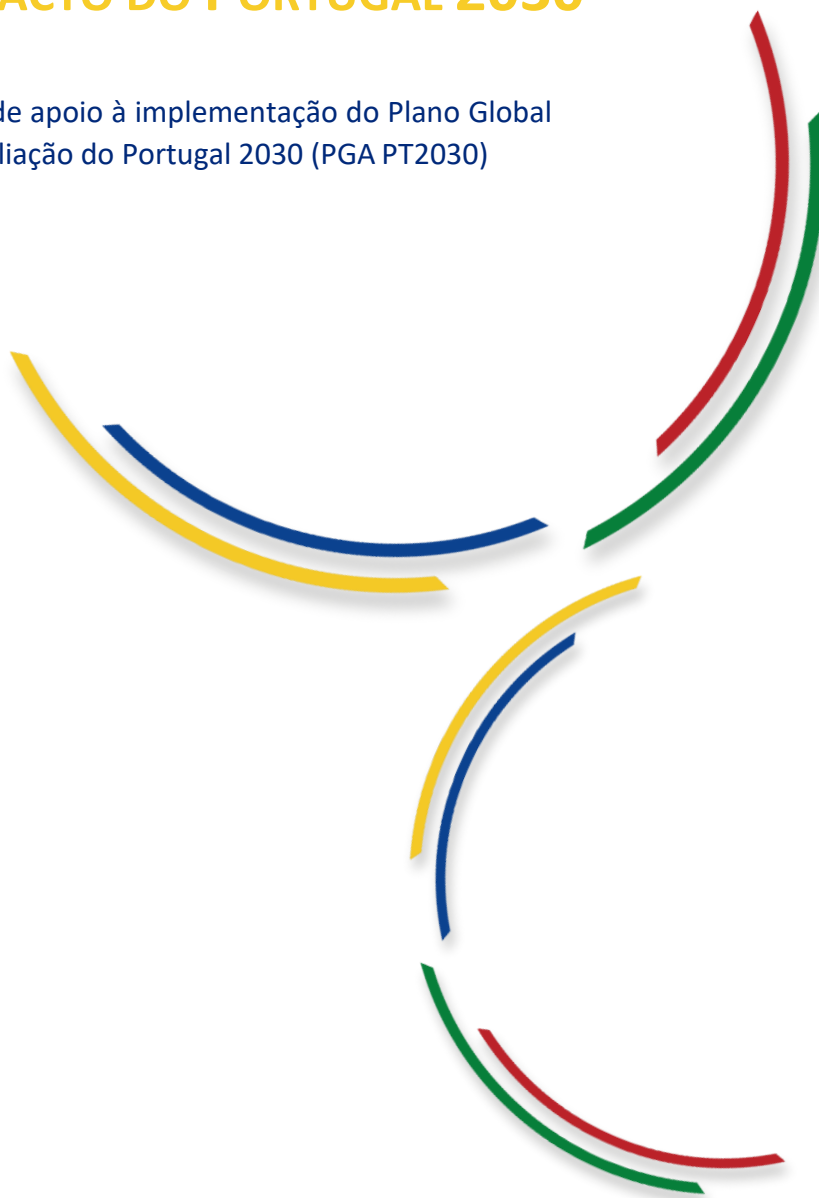


MODELO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA AS AVALIAÇÕES DE IMPACTO DO PORTUGAL 2030

Guias de apoio à implementação do Plano Global
de Avaliação do Portugal 2030 (PGA PT2030)





FICHA TÉCNICA

TÍTULO Modelo de Especificações Técnicas para as Avaliações de Impacto do Portugal 2030
GUIAS DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO GLOBAL DE AVALIAÇÃO DO PORTUGAL 2030 (PGA PT2030)

EDIÇÃO Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

DATA Janeiro 2026

ÍNDICE

CADERNO DE ENCARGOS	5
PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	7
PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	25
1. DEFINIÇÕES E ACRÓNIMOS	25
2. CONTEXTO E PROPÓSITO DA AVALIAÇÃO	25
3. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO	27
4. ÂMBITO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO.....	33
5. CRITÉRIOS E QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	34
6. METODOLOGIA	38
7. PRODUTOS E CRONOGRAMA	45
8. REQUISITOS DE QUALIDADE DOS PRODUTOS.....	50
9. COMPOSIÇÃO DA EQUIPA DE AVALIAÇÃO.....	52
10. MECANISMOS DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO.....	53
11. INFORMAÇÃO DISPONÍVEL	54
12. MEDIDAS DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE	59
ANEXO I. TEORIA DA PROGRAMAÇÃO	60
ANEXO II. ACORDO DE SUBCONTRATAÇÃO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	61
PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	67

LEGENDA DE CORES UTILIZADAS:

Laranja: texto a ser adaptado pelas AG em cada avaliação

Castanho: notas para as AG

The background is a solid yellow color. There are several white, curved, double-lined decorative elements. One set of lines forms a large arc in the upper left. Another set forms a smaller arc in the upper right. A third set forms a large circle in the lower right, which encloses the text.

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Disclaimer: estas Cláusulas Jurídicas resultam de uma adaptação de clausulados utilizados pela AD&C, não constituindo qualquer orientação formal, nem dispensando a análise jurídica por cada AG e entidade adjudicante

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas do Contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, que tem por objeto a aquisição de serviços com vista à realização de um estudo tendente à *Avaliação de Fundos Europeus*: _____, a que corresponde a referência interna n.º ____/____/____, de acordo com as cláusulas técnicas constantes na Parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª

Partes Contratantes

1. As partes contratantes são:
 - a) A XXXX, enquanto entidade adjudicante/contraente público;
 - b) O adjudicatário, enquanto Cocontratante.
2. As partes far-se-ão representar na assinatura do Contrato pelos seus representantes legais ou pessoas mandatadas para o efeito.

Cláusula 3.ª

Prevalência

1. O presente Caderno de Encargos contempla as cláusulas a incluir no contrato que se pretende

celebrar.

2. O Contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos;
 - d) A Proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a Proposta prestados pelo adjudicatário.
3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o Contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas a) a e) e o clausulado contratual e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pela XXXX nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Cocontratante nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código.

Cláusula 4.ª

Poder de conformação da prestação pela XXXX

1. Sem prejuízo da autonomia técnica e científica do Cocontratante, dentro dos limites do Caderno de Encargos e da Proposta adjudicada, o Cocontratante aceita expressamente os poderes da XXXX, nos termos dos artigos 302.º e seguintes do CCP e demais legislação em vigor, de definição e conformação dos serviços a prestar, com vista a atingir os objetivos globais do estudo a implementar.
2. O poder de conformação a que se refere o número anterior não prejudica nem diminui os deveres do Cocontratante de afetação dos recursos e desenvolvimento dos serviços desenvolvendo todos os esforços para atingir os objetivos do Contrato.

Cláusula 5.ª

Vigência

1. O Contrato inicia-se no primeiro dia útil seguinte ao dia da assinatura e mantém-se em vigor até à aceitação definitiva do relatório final, a qual não deve exceder o prazo de 555 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar além da cessação do Contrato.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, poderá haver lugar à prorrogação do prazo de vigência contratual até ao prazo máximo de 90 dias, caso a XXXX o considere conveniente, designadamente

por se verificarem constrangimentos na obtenção de informação (dados/indicadores ou outros) a recolher junto de terceiros.

3. No caso previsto no número anterior, a prorrogação da vigência do contrato será obrigatoriamente reduzida a escrito, formalizada por adenda ao contrato, sem que exista qualquer alteração ao valor global do contrato ou do objeto do contrato.

Cláusula 6.ª

Local e horário da prestação do serviço

1. A prestação dos serviços tem lugar nas instalações do Cocontratante, sem prejuízo de, em sede de execução do Contrato, as partes acordarem outro local que se mostre mais adequado à prossecução dos fins do Contrato.
2. As reuniões de trabalho entre a XXXX e o Cocontratante que, no âmbito da execução do estudo que constitui o objeto do Contrato a celebrar, forem agendadas, terão lugar nas instalações da XXXX, em _____, ou via plataforma de videoconferência, quando as partes acordarem nesse sentido.
3. Sempre que no âmbito da execução do Contrato a celebrar seja necessária a presença de colaboradores da XXXX, a mesma deverá ocorrer apenas em dias úteis, e, em regra, entre as 9h00 e as 18h00.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Secção I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 7.ª

Obrigações do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:
 - a) Preparar, planear e coordenar a execução de todos os trabalhos compreendidos na execução do estudo que constitui o objeto do contrato a celebrar, em conformidade com as Especificações Técnicas previstas no presente Caderno de Encargos, e com a proposta adjudicada, bem como de todas as obrigações daí decorrentes;
 - b) Participar nas reuniões de análise dos produtos apresentados ou noutras reuniões de acompanhamento ou esclarecimento convocadas para o efeito pela XXXX, com a presença

- obrigatória do coordenador da equipa afeta à prestação de serviços;
- c) Designar um elemento da equipa contratada que assuma funções, junto da XXXX, de gestor do Contrato, nomeadamente para efeitos de acompanhamento dos trabalhos;
 - d) Prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições em que é efetuada a prestação dos serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se revelem necessários ou sejam solicitados pela XXXX;
 - e) Comunicar à XXXX qualquer alteração da denominação social, dos representantes legais, dos estatutos, dos gerentes, ou outras com relevância para a prestação dos serviços, designadamente, mas não de modo exclusivo, a apresentação à insolvência.
 - f) Entregar à XXXX, no termo do Contrato, toda a documentação relativa aos trabalhos desenvolvidos, incluindo as respetivas fontes que serão propriedade da XXXX;
 - g) Cumprir com o disposto no artigo 419.º-A do CCP, por força da norma constante do n.º 13 do artigo 42.º e do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, se aplicável.
2. O Cocontratante fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 8.ª

Número e perfil dos colaboradores do Cocontratante

- 1. A prestação dos serviços deve ser executada por uma equipa composta, pelo menos, pelo número de elementos e perfis obrigatórios descritos nas Especificações Técnicas do presente Caderno de Encargos.
- 2. Compete ao Cocontratante a alocação dos diferentes membros da equipa proposta para a adequada e tempestiva execução da prestação dos serviços, constituindo o estudo uma obrigação de resultado.

Cláusula 9.ª

Substituição dos colaboradores que integram a Proposta adjudicada

- 1. O Cocontratante só pode substituir os elementos da equipa proposta com o expresse e prévio consentimento da XXXX, após a verificação de que a substituição proporciona um nível de qualidade equivalente ao da proposta adjudicada.
- 2. Caso pretenda efetuar a substituição de elementos da equipa afeta à prestação dos serviços contratados, o cocontratante remete o pedido à XXXX com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, devendo, para o efeito, juntar os documentos necessários para comprovação dos requisitos constantes das Especificações Técnicas.

3. A XXXX, após a análise dos documentos referidos no número anterior, pode não aceitar a substituição se o elemento substituto possuir níveis de experiência inferiores aos do elemento que visa substituir, os quais nunca poderão ser inferiores aos requisitos definidos no Caderno de Encargos, devendo o cocontratante apresentar novo elemento.
4. O Cocontratante deve garantir, salvo situações excepcionais, que a saída do colaborador substituído só tem lugar após o novo colaborador (substituto) estar em condições de assegurar a continuidade das atividades que o colaborador substituído estava a desenvolver.
5. Nos casos previstos nos números anteriores é da responsabilidade e encargo exclusivos do Cocontratante a prévia e necessária transmissão de conhecimento para que o novo colaborador possa dar continuidade às atividades que o colaborador substituído estava a desenvolver.
6. O direito a que se refere o n.º 1 não preclui nenhum dos deveres previstos no presente Caderno de Encargos para o Cocontratante.

Cláusula 10.ª

Faseamento da prestação do serviço e entregáveis

O Cocontratante obriga-se a executar o Contrato, de acordo com o seguinte faseamento de entregáveis:

- a) Relatório Inicial – até 45 dias após o início do Contrato;
- b) Relatório Intermédio – até 150 dias após a aceitação do Relatório Inicial mencionado na alínea anterior;
- c) Relatório Final Preliminar – até 150 dias após a aceitação do Relatório Intermédio mencionado na alínea anterior;
- d) Relatório Final – até 30 dias após a aceitação do Relatório Final Preliminar mencionado na alínea anterior.

Cláusula 11.ª

Análise e aceitação dos entregáveis

1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da entrega de cada um dos relatórios mencionados na Cláusula anterior, a XXXX procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos cumprem as especificações definidas nas Especificações Técnicas e na Proposta adjudicada.
2. Para efeitos da análise a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve prestar à XXXX, de forma ativa, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. Até ao termo do prazo previsto no n.º 1, a XXXXX comunica ao Cocontratante a aceitação do Relatório ou a existência de quaisquer desconformidades e/ou incompletudes do Relatório podendo, em casos de maior complexidade, informar, no mesmo prazo, da prorrogação do prazo de análise por parte da XXXX, por período não superior a 5 (cinco) dias.

4. No caso de a XXXX não se pronunciar no prazo máximo referido no número anterior, o Relatório considera-se aceite.
5. Sempre que, no prazo mencionado no n.º 1 ou no n.º 3, a XXXX comunique desconformidades e/ou incompletudes no Relatório em análise, o Cocontratante dispõe do prazo máximo de 10 (dez) dias para proceder às alterações necessárias, devendo, aquando da comunicação, a XXXX definir o prazo para execução das alterações de forma proporcional ao que se revelar necessário.
6. No prazo de 5 (cinco) dias após a receção do Relatório alterado, a XXXX comunica a aceitação do mesmo ou, caso entenda não se encontrarem reunidos os pressupostos para o efeito, promove a realização de uma reunião conjunta urgente para discussão e encerramento das questões que considere impedirem a aceitação do Relatório, de forma a que o Relatório possa ser aceite nos 15 (quinze) dias seguintes com as alterações necessárias.

Cláusula 12.ª

Transferência da propriedade e direitos de propriedade intelectual

1. Com a aceitação de cada um dos entregáveis previstos no presente Caderno de Encargos, ocorre a transferência da posse e propriedade dos elementos a desenvolver e/ou a produzir ao abrigo do contrato a celebrar, incluindo os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Os produtos que resultem da execução do objeto do contrato a celebrar serão considerados como obra por encomenda, nos termos do disposto do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, pertencendo à XXXX a titularidade dos mesmos, bem como a propriedade dos respetivos suportes.
3. A XXXX poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referidos no número anterior.
4. O Cocontratante não pode divulgar nem utilizar a favor de outras entidades, os documentos elaborados ao abrigo do Contrato a celebrar, salvo com autorização expressa escrita pela XXXX.
5. A titularidade dos direitos de propriedade intelectual sobre quaisquer obras e materiais desenvolvidos, criados, modificados ou personalizados pelo Cocontratante para a XXXX ou pela XXXX ao abrigo do Contrato, incluindo nomeadamente escritos, relatórios, esquemas, desenhos, imagens, fotografias, especificações, parametrizações, dados em formato eletrónico e tabulações, inquéritos e questionários, invenções, inovações técnicas, *know-how*, processos, técnicas, métodos de investigação, documentos ou quaisquer outras criações, de qualquer natureza ou meio, (em conjunto “obras”) pertence à XXXX, ao abrigo do regime da obra por encomenda e, como tal, cabe exclusivamente a esta todos os direitos de propriedade intelectual a elas inerentes, considerando-se contrapartida suficiente para tal o preço contratual.

6. O Cocontratante garante que todos os seus colaboradores afetos à prestação de serviços, independentemente do vínculo jurídico que possuam com o Cocontratante, foram atempadamente informados e aceitaram que os direitos de propriedade intelectual sobre as obras acima indicadas pertencem exclusivamente à XXXX.
7. O Cocontratante é responsável pela infração de quaisquer direitos de patente, de concepção, de licenças, de projetos, de marcas, de nomes, ou de quaisquer outros direitos de propriedade intelectual, industrial ou afins, respeitantes aos bens e aos serviços objeto do Contrato, nomeadamente, projetos, estudos, programas informáticos, equipamento, materiais, documentação ou trabalhos realizados.
8. O Cocontratante é responsável por qualquer reclamação formulada perante a XXXX, resultante de violação dos direitos referidos nos números anteriores, adotando a XXXX o procedimento que se revele mais adequado para a intervenção plena do Cocontratante na discussão e no esclarecimento, perante terceiros reclamantes ou quaisquer autoridades, das dúvidas que, neste âmbito, se coloquem.
9. No caso de a XXXX ser demandada por violação de direitos constantes dos números anteriores, o Cocontratante indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 13.ª

Dever de sigilo

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à XXXX, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
2. O Cocontratante não pode vender, doar, ou de qualquer forma ceder qualquer informação ou documentação que lhe tenha sido entregue para efeitos de execução do estudo que constitui o objeto do contrato a celebrar.
3. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do Contrato.
4. O Cocontratante obriga-se a assegurar que os colaboradores, agentes ou quaisquer outras pessoas afetas à execução do objeto contratual assumem um compromisso de confidencialidade e estão sujeitas às mesmas obrigações de sigilo e confidencialidade aplicáveis ao Cocontratante.
5. O dever de sigilo impõe-se, de igual modo, às entidades que assegurem a realização dos trabalhos objeto de subcontratação.
6. No âmbito do contrato a celebrar consideram-se confidenciais todas as informações e



documentos que lhe sejam fornecidos pela entidade adjudicante, bem como quaisquer elementos a que os seus agentes, funcionários ou colaboradores venham a ter acesso no âmbito da prestação dos serviços ou em razão desta, incluindo processos, listagens, arquivos, bases de dados, contratos e demais documentação relacionada, direta ou indiretamente, com a execução de atribuições e competências ou a atividade da entidade adjudicante, bem como quaisquer relatórios, estudos, pareceres, informações, processos, listagens, arquivos, bases de dados, contratos e demais documentação, que sejam elaborados ou produzidos pelo adjudicatário, no âmbito da prestação dos serviços, salvo se forem do conhecimento público ou objeto de publicitação por força de disposição legal.

7. Em caso de dúvida, o Cocontratante deve tratar como confidenciais todas as informações, bem como documentos e elementos, a que tenha acesso no âmbito dos serviços prestados, até ao momento, e na precisa medida em que a própria entidade adjudicante os torne públicos.
8. No âmbito do contrato a celebrar, o cocontratante obriga-se, ainda, a observar os deveres de sigilo e confidencialidade quanto a informação confidencial da entidade adjudicante, nomeadamente:
 - i. Proteger a informação confidencial de modo adequado, em termos nunca menos diligentes que aqueles que utiliza para proteger a sua própria informação confidencial;
 - ii. Na sua organização interna para a prestação dos serviços, limitar a comunicação da informação confidencial aos seus agentes, funcionários ou colaboradores que a devam conhecer, em razão do seu envolvimento naquela prestação;
 - iii. Garantir que os seus agentes, funcionários ou colaboradores guardem absoluto sigilo e confidencialidade em relação à informação confidencial;
 - iv. Não proceder a qualquer cópia de informação confidencial, na totalidade ou em parte, salvo para utilização no âmbito da prestação dos serviços;
 - v. Não utilizar ou permitir a utilização, em circunstância alguma, dos dados e informações fornecidos pela entidade adjudicante, nem das informações e documentos a que os seus agentes, funcionários ou colaboradores venham a ter acesso no âmbito da prestação dos serviços, mesmo que não sejam de considerar informação confidencial, para quaisquer outros fins que não os estritamente necessários para a prestação dos Serviços;
 - vi. Não proceder à transferência ou interconexão com qualquer entidade, de quaisquer dados ou informações fornecidas pela entidade adjudicante, mesmo que não sejam informação confidencial, salvo quando devidamente autorizada por escrito.
9. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do Contrato.

10. As obrigações previstas na presente cláusula mantêm-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 14.ª

Proteção de dados pessoais

1. O Cocontratante assume a qualidade de subcontratante no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais objeto do contrato em que a XXXX assume a qualidade de entidade responsável pelo tratamento.
2. No âmbito e para todos os efeitos previstos no contrato, entende-se expressamente que o Cocontratante procede ao tratamento de dados pessoais no interesse e para as finalidades determinadas pela XXXX, obrigando-se, na qualidade e enquanto Subcontratante, a cumprir todas as instruções, recomendações, autorizações e diretivas transmitidas pela XXXX.
3. O tratamento de dados pessoais pelo Cocontratante deve ser efetuado na estrita observância do Acordo de Subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais que consta do Anexo II do presente Caderno de Encargos e que dele constitui parte integrante.
4. Sem prejuízo da eventual aplicação de penalidades previstas no contrato, o Cocontratante será responsável por quaisquer custos ou prejuízos, incluindo o pagamento de coimas, em que a XXXX venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do Cocontratante e ou dos seus colaboradores, representantes e outras entidades por si subcontratadas, de dados pessoais em violação da presente cláusula, do Acordo de Subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais constante do Anexo II do presente Caderno de Encargos, do Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - RGPD) e da demais legislação aplicável em matéria de dados pessoais.
5. O incumprimento de quaisquer deveres constantes da presente cláusula ou do Acordo de Subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais constante do Anexo II do presente Caderno de Encargos, bem como a verificação da inexistência de garantias de *compliance*, constitui fundamento de resolução do contrato por incumprimento, sem prejuízo do dever de indemnização ao responsável pelo tratamento a que possa haver lugar, por danos sofridos ou eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 15.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do Cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a XXXX venha a ser demandada por ter infringido, na execução do Contrato a celebrar, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Cocontratante indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 16.ª

Conflito de interesses

1. O Cocontratante deve assegurar que a prestação de serviços não é afetada por qualquer conflito de interesses em razão de quaisquer relações que tenha, ou que qualquer membro dos seus órgãos, ou qualquer colaborador com funções de direção, ou qualquer colaborador diretamente envolvido na prestação dos serviços, tenha, com qualquer outra entidade.
2. Em caso de conflito de interesses, superveniente, durante a execução dos serviços contratados, o Cocontratante deverá informar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, da ocorrência do facto e dos procedimentos que adotará para a resolução do conflito, sujeitos à aprovação da XXXX.
3. O Cocontratante obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão do qual possa resultar quaisquer ónus ou responsabilidades para a XXXX, ou para os seus direitos e interesses.
4. O Cocontratante obriga-se ainda a suportar quaisquer encargos resultantes, designadamente, de reclamações, custos, despesas, multas, coimas ou sanções, necessários para a libertação de quaisquer ónus ou responsabilidades que recaiam sobre a propriedade da XXXX, quando tenham sido criados ou causados por si ou por qualquer dos seus subcontratados.

Secção II

OBRIGAÇÕES DA XXXX

Cláusula 17.ª

Preço base e preço contratual

1. O preço base fixado para o presente procedimento, que constitui o encargo máximo a pagar pela execução da prestação de serviços que constitui objeto do Contrato a celebrar, é de _____ € (_____ euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço a pagar pela prestação dos serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, abrange todos os custos, encargos e despesas cuja

responsabilidade não esteja expressamente cometida à XXXX, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. Não há lugar a revisão de preços durante o prazo de vigência do Contrato.
4. A fixação do preço base, nos termos do n.º 3 do artigo 47.º do CCP, teve por referência [fundamentação do preço base].

Cláusula 18.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela XXXX, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a comunicação da aceitação pela XXXX, a que se refere a Cláusula 11.ª, referente à “análise e aceitação dos entregáveis”, nos seguintes termos:
 - a) 20% (vinte por cento) com a aceitação do Relatório Inicial;
 - b) 40% (quarenta por cento) com a aceitação do Relatório Intermédio;
 - c) 40% (quarenta por cento) com a aceitação do Relatório Final.
3. A emissão das faturas pelo Cocontratante deve observar o disposto no artigo 299.º-B do CCP.
4. As faturas têm de conter obrigatoriamente a indicação do número de compromisso, para efeitos de cumprimento da Lei sobre os Compromissos e Pagamentos em Atraso, sob pena de devolução.
5. Em caso de discordância por parte da XXXX quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. As faturas podem ser remetidas ou via plataforma FE-AP ou via correio eletrónico institucional, para o seguinte endereço: _____
7. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição bancária indicada pelo Cocontratante, da qual este deve ser titular.
8. O atraso no pagamento das faturas apresentadas fará a XXXX incorrer em mora com a correspondente aplicação, do artigo 1.º da Lei nº 3/2010, de 27 de abril, sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito, desde o respetivo vencimento até ao integral e efetivo pagamento.
9. O atraso no pagamento de quaisquer faturas regularmente emitidas não autoriza o Cocontratante a

invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do Contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.ª

Caução

1. A celebração do Contrato não se encontra sujeita à prestação de caução, nos termos do artigo 88.º, n.º 2, alínea a) do CCP.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a XXXX pode, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Secção III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 20.ª

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato

1. Sem prejuízo das competências exercidas pelos demais membros da equipa da XXXX, a execução do Contrato é acompanhada pelo gestor do Contrato designado pela XXXX e mencionado no Contrato a celebrar.
2. O gestor do Contrato é o interlocutor do Cocontratante, competindo-lhe proceder à aceitação dos Relatórios, à comunicação das desconformidades e/ou incompletudes, bem como aos demais atos previstos na cláusula 11.ª, referente à “análise e aceitação dos entregáveis”, e todos os que se revelem necessários para a execução do Contrato, bem como o exercício dos poderes delegados para aplicação de medidas destinadas à correção de desvios na execução do Contrato.
3. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 21.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante

1. A cessão da posição contratual e a subcontratação carecem de autorização prévia da XXXX e obedecem ao disposto nos artigos 316.º e seguintes do CCP.
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este deve ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do Contrato, que vier a ser indicado pela XXXX, em função da ordem sequencial daquele procedimento, nos termos e nas situações previstas no artigo 318.º-A do CCP.

Cláusula 22.ª

Penalidades

1. Sem prejuízo de outras penalidades definidas no presente Caderno de Encargos, em caso de incumprimento e/ou cumprimento defeituoso das obrigações contratuais por razões imputáveis ao Cocontratante, poderão ser aplicadas sanções de natureza pecuniária, ao abrigo do disposto nos artigos 329.º, 444.º e 451.º do CCP e nos termos dos números seguintes.
2. O incumprimento, imputável ao Cocontratante, permite a aplicação, pela XXXX, de uma sanção de natureza pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos seguintes:
 - a) Pelo não cumprimento do prazo de comunicação de substituição de qualquer elemento da equipa de avaliação, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 9.ª do presente Caderno de Encargos, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de 45,00€ (quarenta e cinco euros), por cada dia de atraso e por cada elemento;
 - b) Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, por cada substituição de elementos da equipa de avaliação em violação do disposto na cláusula 9.ª, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de 1.000€ (mil euros), por cada ocorrência;
 - c) Pelo incumprimento dos prazos de entrega dos entregáveis nos termos previstos na cláusula 10.ª e no ponto 7 das especificações técnicas do presente Caderno de Encargos, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de 2 ‰ (dois por mil) do preço contratual, por cada dia de atraso até ao pontual cumprimento;
 - d) Pela não realização das alterações solicitadas pela XXXX nos termos previstos na cláusula 11.ª do presente Caderno de Encargos, pode ser aplicada uma sanção no valor de 2 ‰ (dois por mil)

- do preço contratual, por cada dia de atraso até ao pontual cumprimento;
- e) Pela não elaboração dos entregáveis em conformidade com o definido nas Especificações Técnicas e na proposta adjudicada, nomeadamente no que concerne ao conteúdo, estrutura, formato, língua, informação e publicidade, pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de **2 ‰ (dois por mil)** do preço contratual por cada desconformidade;
 - f) Pela falta, sem justificação atempada e por motivo ponderoso, do coordenador do estudo, a qualquer reunião agendada para a qual deva estar presente pode ser aplicada uma sanção de natureza pecuniária no valor de **1.000,00€ (mil euros)**, por cada ocorrência;
 - g) No valor de **1% (um por cento)** do preço contratual por qualquer outro incumprimento e/ou cumprimento defeituoso de obrigações que não se subsumam nas alíneas anteriores, por cada ocorrência.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a **XXXX** tem ainda em consideração a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e consequências do incumprimento.
 4. O valor acumulado das sanções a aplicar não poderá exceder o limite máximo de **20% (vinte por cento)** do preço contratual.
 5. Nos casos em que seja atingido o limite máximo previsto no número anterior, e a **XXXX** decida não proceder à resolução do Contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para **30 % (trinta por cento)**.
 6. Em caso de resolução do Contrato por incumprimento definitivo, nos termos do artigo 333.º do CCP, a **XXXX** pode aplicar uma sanção de natureza pecuniária até ao limite indicado no número anterior.
 7. A **XXXX** pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as sanções de natureza pecuniária devidas nos termos da presente cláusula, obrigando-se o Cocontratante a emitir os necessários documentos contabilísticos para o efeito.
 8. As sanções de natureza pecuniária previstas na presente cláusula não obstam a que a **XXXX** exija uma indemnização pelo dano excedente nos termos das disposições relativas à obrigação de indemnização por mora e incumprimento definitivo previstas na lei.

Cláusula 23.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do Contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente

e em relação à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do Contrato;
- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do Contrato; e
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;
- h) Declaração de estado de emergência ou de calamidade, em situações de pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde, bem como imposição administrativa de teletrabalho que não impeça a execução do Contrato.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

Cláusula 24.ª

Resolução do Contrato por parte da XXXX

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a XXXX pode resolver o contrato nos termos dos artigos 333.º e seguintes do CCP.
- 2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a XXXX pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das

obrigações que lhe incumbem, designadamente atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do Contrato superior a trinta dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo.

3. O direito de resolução referido no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais.
4. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela XXXX.
5. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções contratuais aplicadas nos termos do número anterior.

Cláusula 25.ª

Resolução do Contrato por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o Contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do Contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 26.ª

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 2 (dois) dias úteis após a ocorrência do impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

Cláusula 27.ª

Comunicações

1. As notificações e comunicações a realizar no âmbito da execução contratual são efetuadas nos termos dos artigos 467.º, 468.º e 469.º do CCP.
2. Todas as comunicações entre a XXXX e o Cocontratante devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico, de acordo com as informações que, para o efeito, constarem no Contrato.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico efetuada após as 17h00 do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presume-se feita às 10h00 do dia útil seguinte.

Cláusula 28.ª

Desempenho Ambiental

1. O Cocontratante deve atender e garantir sustentabilidade ecológica das prestações objeto do contrato a celebrar, adotando e promovendo as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, entre outros aspetos que se revelem adequados, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.
2. O Cocontratante deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

Cláusula 29.ª

Despesas e encargos

1. Todas as despesas e encargos decorrentes ou necessários para a celebração do Contrato são da responsabilidade do Cocontratante.
2. O Cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares, em vigor, designadamente sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente aos elementos da sua equipa, na execução dos trabalhos, correndo por sua conta os encargos que daí resultem.

Cláusula 30.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal

Administrativo de Círculo de _____, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 31.ª

Direito aplicável

1. O Contrato é regulado pela Lei Portuguesa, com expressa renúncia a qualquer outra.
2. O Contrato tem natureza administrativa e rege-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação constante da republicação constante do Anexo III ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Cláusula 32.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados e a sua contagem rege-se pelo disposto no artigo 471.º do CCP, salvo quando especificado de forma diferente.

PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. DEFINIÇÕES E ACRÓNIMOS

- 1 Para efeitos do CADERNO DE ENCARGOS, os acrónimos referidos nas alíneas seguintes têm o sentido que aí lhes é atribuído na seguinte tabela: *[ajustar de acordo com as especificações técnicas]*

AG	Autoridade de Gestão
CCP	Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com a redação em vigor
CE	Comissão Europeia
DEUCP	Documento Europeu Único de Contratação Pública
EOR	Elementos Obrigatórios de Resposta
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE+	Fundo Social Europeu Mais
GA	Grupo de Acompanhamento
OE	Objetivo Estratégico
OI	Organismo Intermédio
PGA	Plano Global de Avaliação
PT2020	Portugal 2020
PT2030	Portugal 2030
QA	Questão de Avaliação
RDC	Regulamento das Disposições Comuns
TdP	Teoria da Programação
TO	Tipologia de Operação
UE	União Europeia

2. CONTEXTO E PROPÓSITO DA AVALIAÇÃO

Conteúdos recomendados neste ponto:

- *Enquadramento normativo da avaliação (Regulamento Europeu, PGA PT2030 / Planos de Avaliação dos Programas)*

- *Justificação da avaliação e do momento da avaliação (explicação do porquê da avaliação: antecedentes e razões que justificam a necessidade e oportunidade da avaliação)*
- *Fim último para o qual a avaliação deve contribuir (ex. decisões de gestão, programáticas e de política)*
- *Destinatários e utilizadores da avaliação*

Proposta de texto:

(Enquadramento normativo)

- 2 O Regulamento das Disposições Comuns dos Fundos Europeus – Regulamento (UE) nº 2021/1060, de 24 de junho, estabelece, no n.º1 do artigo 44.º que “O Estado-Membro ou a autoridade de gestão realiza avaliações dos programas no que respeita a um ou mais dos critérios seguintes: a eficácia, a eficiência, a relevância, a coerência e o valor acrescentado da União, com o objetivo de melhorar a qualidade da conceção e execução dos programas. [...]”. Mais ainda, estabelece, no n.º 5 do mesmo artigo, que “o Estado-Membro ou a autoridade de gestão elabora um plano de avaliação que pode cobrir mais que um programa [...]”, ao abrigo do qual serão realizadas as avaliações.
- 3 O Plano Global de Avaliação do Portugal 2030 (PGA PT2030), que enquadra os Planos de Avaliação dos Programas, é elaborado e consensualizado pelas entidades com responsabilidades na coordenação política, técnica e na gestão dos programas do PT2030, e define a estratégia de avaliação do Portugal 2030 e dos Programas, visando enquadrar e suportar a realização de avaliações de qualidade, com relevância e utilidade na promoção de políticas públicas mais relevantes, eficazes e eficientes. Visa, ainda, contribuir para a maior qualidade na prestação de contas da aplicação dos fundos europeus perante a sociedade e para o reforço de uma cultura de avaliação de políticas públicas e de desenho de políticas baseadas em evidência.
- 4 *(Parágrafo específico no caso de avaliações que incidam sobre intervenções do PT2020)* O PGA PT2030 e os Planos de Avaliação dos Programas incluem avaliações de impacto que incidem em intervenções do período de programação anterior (Portugal 2020), com relevância e continuidade no atual período de programação (PT2030), permitindo uma aprendizagem sobre os seus efeitos e sobre as eventuais necessidades de aperfeiçoamento na conceção e implementação das intervenções atuais e futuras.
- 5 De acordo com a estratégia de avaliação definida no PGA PT2030 e nos Planos de Avaliação dos Programas, a **Avaliação de Fundos Europeus: _____** é coordenada pela Autoridade de Gestão do Programa _____.

(justificação da avaliação e do momento em que se realiza a avaliação)

- 6 Esta avaliação justifica-se pela necessidade de
- 7 O momento em que a avaliação se realiza e a incidência temporal do seu objeto – *[avaliação ex post do impacto dos instrumentos de apoio do PT2020 / avaliação de impacto PT2030]* – justifica-se por

(Fim último para o qual a avaliação deve contribuir)

- 8 Os **resultados da avaliação deverão contribuir** para informar tempestivas decisões de gestão e decisões de política, desde logo as que visem o aperfeiçoamento do desenho e da implementação dos instrumentos de apoio do PT2030 dirigidos à _____. Para o efeito, a avaliação deve produzir recomendações fundamentadas pelas conclusões, realistas e exequíveis.

(Destinatários e utilizadores da avaliação)

- 9 Orientada pelo princípio da utilidade, a avaliação tem como principais destinatários:

- Autoridade de Gestão dos Programas envolvidos;
- Organismos Intermédios;
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C), enquanto órgão de coordenação técnica do Portugal 2030;
- Comissão Europeia;
- Comitês de Acompanhamento dos Programas envolvidos, enquanto órgãos responsáveis pelo acompanhamento do desempenho dos respetivos Programas;
- Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2030, enquanto órgão de coordenação política geral do Portugal 2030, e o membro do Governo responsável pela área temática a que o Programa está subordinado;
- Decisores políticos;
- Entidades públicas com funções nas áreas objeto da avaliação;
- Parceiros sociais;
- Beneficiários e destinatários, e os seus representantes (incluindo Parceiros sociais), das intervenções avaliadas e os cidadãos em geral, respeitando o princípio da transparência e da prestação de contas.

3. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO

Conteúdos recomendados neste ponto:

- *Caracterização sucinta das intervenções objeto da avaliação, enquadradas pelos respetivos programas financiadores, pelos objetivos de política e objetivos específicos e pelas tipologias abrangidas (TA / TI / TO) (ou pela arquitetura equivalente, no caso de intervenções do PT2020). Quando aplicável, devem ainda ser mencionadas as intervenções conexas com o objeto da avaliação, incluindo outras intervenções dos Fundos e intervenções do PRR. Devem ainda ser mencionado, quando aplicável, o papel dos Organismos Intermédios na implementação das intervenções.*
 - ⚠ *Ponderar a preparação de um documento de apoio com a descrição mais detalhada das principais características das tipologias de operação abrangidas, a disponibilizar no momento da assinatura do Contrato.*
- *Explicitação dos principais elementos do contexto internacional, nacional ou regional, quando e para as áreas em que se justifique.*
- *Explicitação da lógica de intervenção objeto da avaliação, suportada numa primeira versão da Teoria da Programação (TdP), a construir pela AG/AD&C e a disponibilizar, pelo menos em versão simplificada, como anexo das especificações técnicas, com a versão mais completa a ser disponibilizada no momento da assinatura do Contrato.*
 - ⚠ *Ponderar incluir neste ponto, e disponibilizar logo nas especificações técnicas, uma TdP em versão completa, incluindo sinalização e descrição dos principais mecanismos, pressupostos e riscos da TdP (ver exemplos no Anexo 1), ou uma Teoria da Programação (TdP) do Programa simplificada (apenas com a representação esquemática da cadeia de resultados). Sugere-se que a TdP, na versão mais completa, e respetiva narrativa, sejam sempre incluídas no Documento de Apoio acima referido.*
- *Balanço sintético dos progressos registados na implementação e execução das intervenções objeto da avaliação (avisos, candidaturas, operações aprovadas, beneficiários, níveis de execução financeira e indicadores de realização e de resultado dos programas e indicadores contratualizados nas operações).*

- Breve síntese (2 ou 3 parágrafos por avaliação/estudo) dos resultados das avaliações mais relevantes ou outros estudos realizados com incidência no objeto da avaliação (ex. avaliações do PT2020, avaliações ex ante dos programas PT2030, Avaliações de Operacionalização do Programas PT2030). As avaliações e os estudos que forem referidos devem ser listados no **ponto 11** das Especificações Técnicas.
- Síntese do conhecimento já existente e pistas de análise. Sempre que aplicável, deve recorrer-se, de forma explícita, aos resultados dos Estudos de Avaliabilidade, que devem igualmente ser listados no **ponto 11** das Especificações Técnicas.



O objetivo deste ponto é evitar redundâncias na análise da equipa de avaliação, face a análises já efetuadas em avaliações/estudos anteriores ou ao conhecimento já existente (mesmo que não estruturado/sistematizado), e dirigir a atenção e o esforço avaliativo para as questões que acrescentem valor ao conhecimento já existente.

Proposta de texto:

(Caracterização sucinta das intervenções objeto da avaliação)

A. Os apoios à ... [objeto da avaliação]

- 10 A avaliação tem como objeto de análise o conjunto de intervenções do Portugal 2020/2030 dirigidos à ... [objetivo global prosseguido pelas intervenções dos fundos, de acordo com a temática da avaliação].
- ... [descrição sintética de cada instrumento de política / instrumento de apoio abrangido pela avaliação; deverá, na maioria dos casos, ser coincidente com as Tipologias de Operação].
- 11 Seguindo a arquitetura programática do Portugal 2020/2030, as intervenções acima referidas estão subordinadas à(s) Prioridade de Investimento ... [PT2020] / ao(s) Objetivo(s) Específico(s) ... [PT2030] e são financiados pelo(s) ... [Fundo(s)] através dos Programas Portugal 2020/2030 identificados na figura seguinte, abrangendo as regiões NUTS II

Figura XX – Tipologias objeto da avaliação, por Programa financiador e região abrangida [conteúdo e formato meramente exemplificativo]

		Programa Financiador							
		COMPETE 2020	Norte 2020	Centro 2020	Alentejo 2020	Lisboa 2020	Algarve 2020	Açores 2020	Madeira 14-20
Região abrangida (localização da operação)	Norte	a) c) d) f)	b) e)						
	Centro	a) c) d) f)		b) e)					
	Alentejo	a) c) d) f)			b) e)				
	Lisboa					c)			
	Algarve						c)		
	Açores								
	Madeira								

Legenda:

SI Internacionalização PME – Projeto Individual	SI Internacionalização PME – Projeto Conjunto
SI Internacionalização PME – Vale Internacionalização	SIAC - Internacionalização

- a) Projetos de médias empresas + Multirregionais
- b) Projetos de micro e pequenas empresas + investimentos realizados na região no âmbito de projetos multirregionais
- c) As despesas da entidade promotora são financiadas pelos respetivos Programas Operacionais, referidos nas alíneas anteriores, em função do peso relativo da localização das PME
- d) Projetos de médias empresas
- e) Projetos de micro e pequenas empresas
- f) Projetos multirregionais

... [referir, quando aplicável, intervenções conexas com as intervenções objeto da avaliação, incluindo outras intervenções dos Fundos e intervenções do PRR].

- 12 *(Parágrafo específico quando existam Organismos Intermédios)* Para além das **Autoridades de Gestão dos Programas** acima referidos, a implementação destes apoios tem ainda a participação de um conjunto de organismos intermédios, de acordo com a extensão das competências nestes delegadas pelas Autoridades de Gestão. Mais concretamente, constituem-se como **Organismos Intermédios ...**, para as tipologias

(Explicitação da lógica de intervenção)

B. Explicitação da lógica da intervenção

- 13 As intervenções ... têm implícita uma Teoria da Programação (TdP), cuja representação esquemática se apresenta no **Anexo I**. Esta Teoria descreve a forma como se espera que estas intervenções contribuam para a concretização dos seus objetivos específicos e para o objetivo global de ... *[fim último das intervenções]*. Esta TdP é, assim, uma representação da lógica de intervenção dos instrumentos de política e dos processos causais que se esperam desencadear na produção dos efeitos desejados por esta política.

- 14 *(Proposta de texto para pressupondo disponibilização de documento de apoio)* Até 5 dias úteis após o início da vigência do contrato será disponibilizado um Documento de Apoio à avaliação, no qual consta:

- i) a TdP, completada com a identificação de mecanismos, pressupostos e riscos, e a respetiva narrativa *[quando especificações técnicas apenas incluem versão simplificada da TdP]* / a TdP e a respetiva narrativa *[quando especificações técnicas já incluem versão completa da TdP]*.
- ii) os quadros-síntese da implementação e execução financeira e física das intervenções apresentados neste Caderno de Encargos, atualizados à data da assinatura do contrato.
- iii) as fichas de caracterização das tipologias de operação objeto da avaliação (incluindo, para cada tipologia e com as referências e *links* ao enquadramento regulamento aplicável, a descrição dos objetivos e caracterização da intervenção, os respetivos Programas financiadores e Organismos Intermédios, a tipificação das entidade beneficiárias, das ações e despesas elegíveis, a listagem dos indicadores previstos e a listagem de todos os Avisos de Abertura a Candidaturas (AAC), com o respetivo *link* para os documentos).

(Balanço da implementação das intervenções objeto da avaliação)

C. Balanço da implementação das intervenções objeto da avaliação

- 15 Apresentam-se, de seguida, os principais dados de balanço da implementação destas intervenções, considerando os Avisos de Abertura a Candidaturas (AAC) publicados, as candidaturas apresentadas e as operações aprovadas, o número de entidades beneficiárias, os valores de apoio aprovado e executado, a calendarização das operações (de acordo com data de conclusão) e os indicadores de realização e resultado dos Programas e das operações.

... [incluir quadros (ver, meramente a título de exemplo, os quadros abaixo) e texto explicativo das dinâmicas de implementação e realizações/resultados mais relevantes das intervenções].



Quadro 1 – Avisos de Abertura a Candidaturas (AAC) publicados, por Tipologia de Operação

	Programa Financiador								Total
	COMPETE 2020	Norte 2020	Centro 2020	Alentejo 2020	Lisboa 2020	Algarve 2020	Açores 2020	Madeira 14-20	
SI Internacionalização PME – Projeto Individual	8	9	9	9	9	9	1	3	14
SI Internacionalização PME – Projeto Conjunto	6				5	5			6
SI Internacionalização PME – Vale Internacionalização	3	3	3	3	3	3	1		4
SIAC - Internacionalização	9	6	1	4	2	7	22	4	55
									79

Nota: A coluna "Total" corresponde ao número de Avisos lançados. Os valores indicados em cada Programa correspondem ao número de Avisos financiados por esse Programa, sendo que, com exceção da tipologia SIAC e dos Programas das Regiões Autónomas, os Avisos eram comuns a vários Programas.

Fonte: Sistema de Informação PT2020, Lista de Operações, 30.06.2024

... [texto explicativo das dinâmicas observadas]

Quadro 2 – Candidaturas e operações aprovadas, por Tipologia de Operação e Programa

Programas Operacionais do Portugal 2020	SI Internacionalização PME – Projeto Individual				SI Internacionalização PME – Projeto Conjunto				SI Internacionalização PME – Vales				SIAC - Internacionalização			
	Candidaturas (nº)	Aprova das (nº)	Apoio Aprovado (€)	Apoio Executado (€)	Candidaturas (nº)	Aprova das (nº)	Apoio Aprovado (€)	Apoio Executado (€)	Candidaturas (nº)	Aprova das (nº)	Apoio Aprovado (€)	Apoio Executado (€)	Candidaturas (nº)	Aprova das (nº)	Apoio Aprovado (€)	Apoio Executado (€)
COMPETE 2020	1 258	756	103 506 606	96 614 468	239	139	180 543 507	177 796 254	47	15	194 811	194 811	295	133	125 898 055	113 473 148
Norte 2020	3 387	1 043	111 734 895	102 907 167					329	83	1 084 881	1 083 881	9	7	5 620 821	5 163 007
Centro 2020	1 579	521	50 503 228	48 377 622					391	204	2 663 307	2 663 307	32	12	3 661 780	3 192 682
Alentejo 2020	547	132	12 781 924	12 565 901					136	54	664 408	664 408	53	29	14 146 257	13 169 695
Lisboa 2020	1 288	356	38 918 568	35 603 243	70	41	1 612 385	1 601 600	48	18	214 581	214 581	10	5	1 166 736	816 735
Algarve 2020	180	74	7 355 290	6 357 281	23	16	1 288 410	1 288 410	110	65	860 031	860 031	15	11	4 126 790	0
Açores 2020	26	9	807 762	213 723					100	51	479 191	469 191	58	47	47 796 652	47 568 625
Madeira 14-20	81	35	2 666 899	2 592 688									7	4	2 543 644	2 478 117
Total PT2020	8 346	2 926	328 275 171	305 232 094	332	196	183 444 302	180 686 264	1 161	490	6 161 211	6 150 211	479	248	204 960 734	185 862 008

Fonte: Sistema de Informação PT2020, Lista de Operações, 30.06.2024

Quadro 3 – Número de beneficiários, por Tipologia de Operação e Programa

	Programa Financiador								Total
	COMPETE 2020	Norte 2020	Centro 2020	Alentejo 2020	Lisboa 2020	Algarve 2020	Açores 2020	Madeira 14-20	
SI Internacionalização PME – Projeto Individual	598	907	470	121	317	66	8	28	2 456
SI Internacionalização PME – Projeto Conjunto	46				19	7			47
SI Internacionalização PME – Vale Internacionalização	15	83	204	54	18	65	51		490
SIAC - Internacionalização	86	3	12	16	5	7	11	2	134
Total	713	990	681	191	357	140	69	30	3 077

Nota: As contagens apresentadas correspondem, assim, ao número de entidades distintas em cada uma das células apresentadas. Por essa razão, os valores apresentados na linha e coluna de "Total" não somam os valores das restantes células, para evitar duplas contagens.

Fonte: Sistema de Informação PT2020, Lista de Operações, 30.06.2024

Quadro 4 – Calendário de conclusão das operações aprovadas, por Tipologia de Operação e Programa

	Ano de conclusão das operações aprovadas (data efetiva de conclusão)										Ainda s/ data efetiva de conclusão
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
SI Internacionalização PME – Projeto Individual		14	403	609	525	245	196	309	398	1	226
SI Internacionalização PME – Projeto Conjunto		33	13	41	10	3	24	22	44		6
SI Internacionalização PME – Vale Internacionalização	1	184	134	13	73	20	3	13	19	14	16
SIAC - Internacionalização		4	32	26	33	15	13	24	35		66

	Taxa cumulativa de conclusão das operações aprovadas										Ainda s/ data efetiva de conclusão
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
SI Internacionalização PME – Projeto Individual	0%	0%	14%	35%	53%	61%	68%	79%	92%	92%	8%
SI Internacionalização PME – Projeto Conjunto	0%	17%	23%	44%	49%	51%	63%	74%	97%	97%	3%
SI Internacionalização PME – Vale Internacionalização	0%	38%	65%	68%	83%	87%	87%	90%	94%	97%	3%
SIAC - Internacionalização	0%	2%	15%	25%	38%	44%	50%	59%	73%	73%	27%

Fonte: Sistema de Informação PT2020, Lista de Operações, 30.06.2024

16

Para efeitos de monitorização dos Programas, são reportados os indicadores de realização e de resultado definidos no texto dos Programas abaixo listados (**Quadro 5**), aos quais estão associadas metas (para o ano de ...) definidas para cada Programa. Abaixo apresentam-se, igualmente, os valores de execução reportados, com base nos dados mais recentes disponíveis (... [ano e fonte]).

Quadro 5 – Indicadores de Realização e de Resultados, metas e execução, por Programa

ID	Designação do Indicador	Fonte	Meta / Execução	Programa Financiador							
				COMPETE 2020	Norte 2020	Centro 2020	Alentejo 2020	Lisboa 2020	Algarve 2020	Açores 2020	Madeira 1 20
Indicadores de Realização											
C001	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio	SI FEEI	Meta (2023)	2.500	1.100	793	362	596	128	30	28
			Execução (1)	2.435	1.026	669	199	401	132	35	29
C002	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem subvenções	SI FEEI	Meta (2023)	2.500	1.100	793	362	596	128	30	27
			Execução (1)	2.435	1.026	669	199	401	132	35	29
C006	Investimento Produtivo: Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)	SI FEEI	Meta (2023)	320.000.000	217.214.013	67.400.000	62.409.910	107.000.000	14.152.813	2.025.000	5.300
			Execução (1)	401.443.365	196.359.796	137.573.876	28.119.008	91.265.713	13.651.965	591.009	1.946.352
C008	Investimento Produtivo: Aumento do emprego em empresas apoiadas	SI FEEI	Meta (2023)	800	1.800	1.000	388	294	99	25	49
			Execução (1)	826	1.398	680	199	566	75	0	0
O322	Projetos e promoção turística	SI FEEI	Meta (2023)							77	
			Execução (1)							87	
Indicadores de Resultado											
R321	Valor das exportações no volume e negócios das PME (a)	INE-SCIE	Meta (2023)	22%-27%	22%-25%	14%-16%	12%-15%	16%-18%	7%-7,5%	4,2%-4,6%	9,36%
			Execução (2)	18,70%	12,70%	11,04%	14,79%	12,28%	6,11%	4,00%	24,92%
R322	Dormidas de estrangeiros na hotelaria regional	SREA	Meta (2023)							1265	
			Execução (2)							529	

Fonte: Texto dos Programa; Relatórios Anuais de Execução dos Programas, 2022 (dados a 31.12.2022)

17

Para efeito de monitorização das operações, e seguindo o princípio da orientação para resultados, são definidos, em sede de AAC, indicadores de realização e resultado a contratuar pelos beneficiários, tendo em vista a comprovação da obtenção dos resultados subjacentes à decisão de financiamento da operação.

- 18 Uma vez que os indicadores de contratualização são definidos ao nível dos AAC, estes podem diferir entre Programas e, para cada Programa, entre Avisos. Ou seja, nem todos os indicadores abaixo listados estão, necessariamente, associados a todas as operações da mesma tipologia e/ou do mesmo Programa. Este aspeto deverá ser tido em conta na avaliação, enquanto limitação deste conjunto de indicadores para efeito de análises agregadas do desempenho dos Programas.

Quadro 6 – Listagem de Indicadores de Realização e de Resultados contratualizados nas operações

SI Internacionalização PME – Projeto Individual		SI Internacionalização PME – Projeto Conjunto	Programa Financiador
ID	Designação do Indicador		
Indicadores de Realização			
O.03.02.06.P	N.º de ações de prospeção e captação de novos clientes nos mercados externos		COMPETE; POR
O.03.02.14.P	N.º de adesões a marketplaces N.º de novas adesões a marketplaces		COMPETE; POR
O.03.02.13.P	N.º de lojas online N.º lojas próprias online criadas		COMPETE; POR
O.03.02.05.P	N.º de mercados alvo, comunitários e terceiros, visados no projeto N.º de mercados abrangidos no âmbito das ações de marketing digital		COMPETE; POR
O.03.02.07.P	N.º de presenças em feiras e certames internacionais		COMPETE; POR
Indicadores de Resultado			
R.03.02.10.P	Intensidade das exportações Intensidade das exportações no pós-projeto		COMPETE; POR
R.03.02.01.E	Valor das exportações no volume de Negócios		COMPETE; POR
R.08.05.02.E	Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação		COMPETE; POR

Fonte: Avisos; Sistemas Informação PT2020

- 19 Os valores destes indicadores de contratualização por operação serão disponibilizados à equipa de avaliação até 5 dias após o início da vigência do contrato e **correspondem a toda a informação passível de extrair dos sistemas de informação do Portugal 2020/2030 e dos Programas** – ver também **ponto 11, alínea f) destas especificações técnicas**. **As eventuais limitações destes dados para efeitos de avaliação devem ser devidamente ponderadas no desenho metodológico da avaliação, devendo a equipa de avaliação identificar outros indicadores necessários à avaliação e assegurar a respetiva recolha de informação**, de acordo com os requisitos adiante definidos nos **pontos 5 e 6 destas especificações técnicas**. *[quando aplicável]* Alerta-se, ainda, de que para parte das intervenções não existem listagens de destinatários nos Programas financiadores para disponibilizar aos avaliadores; estas terão de ser obtidas pela equipa de avaliação junto das entidades beneficiárias.

(Referenciação das avaliações ou outros estudos realizados com incidência no objeto da avaliação, incluindo Estudos de Avaliabilidade)

D. Avaliações ou estudos realizados com incidência no objeto da avaliação

... [elaborar, com referências precisas às avaliações e/ou outros estudos aplicáveis, sobre os principais resultados dessas análises, na medida em que relevem para a presente avaliação]

- 20 No **ponto 11 destas especificações técnicas** identificam-se as avaliações mais recentes que incidem ou abrangem esta temática, incluindo as avaliações intercalares dos Programas financiadores das tipologias objeto desta avaliação *[quando a presente avaliação é ex post PT2020]* / incluindo as avaliações de operacionalização dos Programas financiadores das tipologias objeto desta avaliação *[quando a presente avaliação é impacto PT2030]*.

(Síntese do conhecimento já existente e pistas de análise)

... [elaborar, a partir da revisão de literatura e análise efetuada nos Estudos de Avaliabilidade]

- 21 Os resultados das avaliações e o(s) estudo(s) de avaliabilidade *[quando aplicável]* acima referidos servem de ponto de partida e sugerem pistas de análise que a presente avaliação visa explorar. *... [desenvolver, em função das principais pistas levantadas e necessidades de conhecimento identificadas, incluindo nos Estudos de Avaliabilidade, e mensagens que se pretenda passar à equipa de avaliação]*

4. ÂMBITO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

Conteúdos recomendados neste ponto:

- *Âmbito da avaliação (âmbito temático, territorial e temporal da avaliação)*
- *Objetivos da avaliação (objetivo global e objetivos específicos)*

Proposta de texto:

(Âmbito da avaliação)

22 A avaliação tem por **âmbito temático** as tipologias de operação ..., subordinadas à(s) Prioridade(s) de Investimento ... [PT2020] / ao(s) Objetivo(s) Específico(s) [PT2030] financiada/os pelos Programas ... do Portugal 2020/2030.

23 O **âmbito programático** corresponde aos Programas Temáticos ... e/ou Programas Regionais

24 A avaliação tem por **âmbito territorial** todas as regiões NUTS II de Portugal / as regiões NUTS II

25 O **âmbito temporal** da avaliação abrange todo o período de programação do Portugal 2020 [PT2020] / o período que medeia o arranque do Portugal 2030 e o início dos trabalhos da avaliação, marcado pela assinatura do contrato / entrega do Relatório Inicial [PT2030] *[Esta proposta considera a existência de um documento de apoio, cuja informação deverá reportar à data mais próxima da assinatura do contrato. Pode, em função das especificidades do objeto da avaliação, ser considerada uma “data de corte” posterior, ex. até à entrega do relatório inicial]*

(Objetivos da avaliação)

26 Tratando-se de uma avaliação de impacto, o **objetivo global** desta avaliação é aferir o contributo da intervenção dos Fundos *[pode, eventualmente, ser-se mais específico quanto aos instrumentos de política em concreto]* para ... *[enunciar o objetivo global prosseguido pelas intervenções dos fundos, de acordo com a temática da avaliação]*.

27 Mais concretamente, a avaliação tem como **objetivos específicos** *[aqui apresentados de forma genérica; ajustar, eliminar ou acrescentar, em função da especificidade de cada avaliação]*:

- Aferir em que medida a implementação de cada um dos instrumentos de apoio permitiu, ou está em condições de permitir *[no caso de avaliações on going do PT2030]* a concretização dos respetivos objetivos imediatos e das metas estabelecidas, identificando as causas para eventuais desvios.
- Aferir em que medida (se e como) os instrumentos de apoio à ... contribuíram para os respetivos objetivos específicos (efeitos imediatos e de curto-médio prazo) e para os objetivos últimos destes instrumentos (efeitos socioeconómicos), incluindo os mecanismos que produziram esses efeitos.
- Identificar os fatores determinantes do maior ou menor sucesso no cumprimento dos objetivos desses instrumentos, incluindo pressupostos e riscos subjacentes, bem como os aspetos da implementação dos apoios que possam ter influenciado o melhor ou pior desempenho dos apoios.
- Identificação de efeitos eventualmente diferenciados em função do tipo de operações cofinanciadas e características dos beneficiários, das regiões/territórios em que se inserem e de outras dimensões contextuais,
- Perceber se e como os diferentes instrumentos de apoio funcionaram de forma sinérgica e complementar, incluindo face a políticas complementares, contribuindo adequadamente para os objetivos de aumento/melhoria da ... *[objetivos últimos destes instrumentos de política]*.
- Identificar o Valor Acrescentado Europeu nos resultados obtidos pelas intervenções.

5. CRITÉRIOS E QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

Conteúdos recomendados neste ponto:

- *Tabela com as Questões de Avaliação (QA), os Elementos Obrigatórios de Resposta (EOR) e os Métodos e técnicas que se pretenda estabelecer como requisitos mínimos da estratégia de pesquisa e resposta a cada QA.*

⚠ A Lista de QA-EOR deve ser ajustada à especificidade de cada avaliação, tomando por referência (com as necessárias adaptações/evoluções) as respetivas fichas inscritas no PGA/PA, os Estudos de Avaliabilidade (quando aplicável) e necessidades de conhecimento supervenientes, definidas em articulação como os stakeholders das intervenções. Nesse sentido, na tabela abaixo são apresentadas QA genéricas, sobretudo para facilitar a ilustração dos demais elementos da tabela das QA (EOR e Métodos e Técnicas).

⚠ Recomenda-se algum nível de prescrição metodológica nas especificações técnicas, designadamente na tabelas das QA, por forma a conduzir a equipa de avaliação aos métodos e técnicas que, à partida e em função do propósito da avaliação, das QA e da informação disponível ou passível de ser recolhida, se entendam ser os mais adequados, sem prejuízo da necessária densificação em sede de proposta (na qual deverão, igualmente, ser concretizados e detalhados os métodos e técnicas preconizados, que podem ir além dos previstos nas especificações técnicas). A definição destes requisitos metodológicos poderá ser feita com o apoio da AD&C, beneficiando também dos trabalhos realizados no âmbito dos Estudos de Avaliabilidade (que se encontram publicados no [site da AD&C](#)).

Questões de Avaliação (QA)

O enunciado das QA deve ser claro, sucinto e de interpretação imediata, evitando conceitos de interpretação dúbia ou termos já carregados de um determinado juízo de valor. As QA decorrem do(s) objetivo(s) da avaliação e cada QA (ou conjunto de QA) deve estar subordinada a um Critério de avaliação.

Sugere-se, sem prejuízo de necessidades específicas que justifiquem outros critérios (adicionais ou em substituição), um particular enfoque em QA subordinadas aos critérios Eficácia, Eficiência e Impacto, bem como ao critério Valor Acrescentado Europeu (sempre que adequado, em função da perceção pré-existente sobre eventuais efeitos de volume, de âmbito e de processo do financiamento das políticas públicas através dos Fundos Europeus). Os critérios Relevância e Coerência poderão, igualmente, ser considerados, assim como critérios de Eficiência Operativa e Sustentabilidade, ou ainda outros critérios referidos no nº 1 do Art.º 44º do Regulamento das Disposições Comuns (Regulamento (UE) 2021/1060, de 24 de junho de 2021), como a Inclusão, Não Discriminação e Notoriedade.

Na tabela abaixo apresentam-se algumas QA associadas a estes critérios, a título meramente ilustrativo, sobretudo para facilitar a compreensão das sugestões apresentadas em relação aos EOR e Métodos e Técnicas.

Elementos Obrigatórios de Resposta (EOR)

Os EOR devem concretizar os aspetos que se entende que cada QA deve necessariamente analisar e sobre os quais se deve concluir (produzir um juízo fundamentado) na resposta à QA.

Sugere-se que, sempre que adequado, os EOR sejam definidos por relação aos elementos aplicáveis da TdP.

Na tabela abaixo apresentada são introduzidos, a título de exemplo, formulações possíveis para alguns EOR, de acordo com as QA-tipo associadas aos diferentes critérios de avaliação.

Métodos de avaliação e Técnicas de recolha de informação

Recomenda-se algum grau de prescrição metodológica nas especificações técnicas, indicando os métodos de avaliação (de Avaliação Baseada na Teoria e/ou de Avaliação de Impacto Contrafactual, quando aplicáveis) e/ou as técnicas de recolha de informação que se pretendam estabelecer como requisitos mínimos da estratégia de pesquisa e resposta a cada QA.

Na tabela abaixo apresentada são introduzidos, a título de exemplo, o tipo e grau de especificação (que se pretende simplificada) esperada nesta coluna, sem preocupação de exaustividade ou de exclusividade mútua (i.e. podem ser utilizados outros métodos/técnicas além dos exemplificados, e estes podem ser utilizados de forma alternativa entre si – ex. nem sempre será necessário combinar ABT e AIC na mesma questão). A

especificação adicional dos requisitos de aplicação destes métodos e técnicas é feita no ponto 6 das especificações técnicas.

Propostas de texto:

- 28 A avaliação deverá dar resposta ao conjunto de Questões de Avaliação (QA) enunciadas na tabela seguinte. Esta resposta deve considerar, necessariamente, os Elementos Obrigatórios de Resposta (EOR) descritos na segunda coluna da tabela, sem prejuízo de outros elementos ou dimensões de análise complementares que a equipa de avaliação apresente em sede de Proposta e/ou que emergjam no curso dos trabalhos.
- 29 A resposta às QA deve ser orientada pela Teoria da Programação (TdP), que se deve constituir como elemento de conceptualização teórica da forma esperada de produção de resultados do Programa.
- 30 A resposta às QA deve permitir, sempre que pertinente, uma leitura regional dos resultados obtidos, tomando por referência as regiões NUTS II.

Tabela 1. Critérios e Questões de Avaliação (QA) [Tabela exemplificativa]

Critérios e Questões de Avaliação (QA)	Elementos Obrigatórios de Resposta (EOR)	Métodos de avaliação e Técnicas de recolha de informação
Relevância QA1. Em que medida as intervenções ... cobrem adequadamente as necessidades dos destinatários e dos territórios abrangidos? Coerência QA2. Em que medida as intervenções ... se complementam entre si e face a outros instrumentos de política pública que sejam orientados para os mesmos objetivos últimos da política pública?	<ul style="list-style-type: none"> Estabilizar a Teoria da Programação (TdP), consensualizando-a na medida do possível, entre os principais <i>stakeholders</i>, de forma a refletir a perspectiva do “programador” e do que os <i>stakeholders</i> esperam da intervenção. Concluir se a TdP das intervenções reflete cabalmente as necessidades dos destinatários e dos territórios, e identificar eventuais necessidades não cobertas <i>[de acordo com as colunas de “Problemas” da TdP, revista pela equipa de avaliação]</i>. Concluir sobre a adequação das intervenções, face às necessidades identificadas, em termos de: i) pertinência dos seus objetivos, ii) características dos apoios (despesas elegíveis, públicos-alvo, forma e intensidade do apoio...) e iii) do volume global do apoio <i>[de acordo com as colunas de “Problemas”, “Meios” e “Processos Fundos” da TdP] (Relevância)</i>. Concluir sobre a cobertura das necessidades dos destinatários territórios, considerando a combinação dos instrumentos de apoio em análise (Coerência interna) e o seu papel no quadro mais amplo de políticas públicas dirigidas à ... (Coerência externa) <i>[de acordo com as colunas de “Atividades”, “Realizações” e “Resultados” da TdP]</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão de literatura Análise documental (documentos de programação e regulamentação dos apoios, avisos, avaliações e estudos, ...) Análise de dados e de estatísticas oficiais com origem em sistemas e fontes estatísticas nacionais e internacionais e bases de dados administrativas Auscultação de atores (inquéritos, entrevistas, <i>focus group</i>) ...
Eficiência operativa QA3. As condições de implementação (captação da procura, processo e critérios de seleção,	Concluir <i>[de acordo com as colunas de “Processos Fundos”, “Atividades”, “Realizações” e “Resultados” da TdP (incluindo mecanismos, pressupostos e riscos) da TdP]</i> sobre:	<ul style="list-style-type: none"> Análise documental (documentos de programação e regulamentação dos apoios, avisos, memórias descritivas dos projetos) Análise de dados dos sistemas de informação dos Fundos (tipologia de



Critérios e Questões de Avaliação (QA)	Elementos Obrigatórios de Resposta (EOR)	Métodos de avaliação e Técnicas de recolha de informação
pagamentos, ...) são adequadas e facilitadoras do cumprimento dos objetivos dos apoios?	<ul style="list-style-type: none">• Adequação dos processos divulgação e de captação de procura, em volume e qualidade suficiente• Adequação dos critérios de seleção para a identificação e seleção das operações com maior contributo potencial para os objetivos dos apoios• Adequação dos prazos de decisão e de pagamentos para assegurar a boa a atempada execução das operações	<p>operação, aplicação dos critérios de seleção, tipologia de despesa, dados de execução física – indicadores realização e resultado – e financeira das operações aprovadas, prazos de decisão e de pagamento dos apoios)</p> <p>– Auscultação de atores (inquéritos, entrevistas, <i>focus group</i>)</p>
<p>Eficácia</p> <p>QA4. As intervenções atingiram os resultados previstos? Com se explica o grau de cumprimento desses resultados?</p> <p>QA5. Em que medida e como é que os resultados intermédios e resultados finais [de acordo com os resultados definidos na TdP] observados são efeito da intervenção ...?</p> <p>QA6. Para que grupos-alvo e em que circunstâncias os efeitos dos apoios são mais/menos expressivos, e porquê?</p>	<p>Concluir [de acordo com as colunas de “Atividades”, “Realizações” e “Resultados” da TdP (incluindo mecanismos, pressupostos e riscos) da TdP] sobre:</p> <ul style="list-style-type: none">• Grau de cumprimento dos resultados esperados dos projetos apoiados, conforme metas da programação e indicadores contratualizados.• Ocorrência de outros resultados esperados dos apoios, que não estejam traduzidos nas metas e indicadores contratualizados.• Causas / fatores determinantes do grau de cumprimento e da ocorrência dos resultados esperados (incluindo aspetos relacionados com a operacionalização dos apoios). <p>Concluir [de acordo com as colunas de “Atividades”, “Realizações” e “Resultados” da TdP (incluindo mecanismos, pressupostos e riscos) da TdP] sobre:</p> <ul style="list-style-type: none">• Medida em que os resultados obtidos são atribuíveis aos apoios, e fatores de heterogeneidade dos efeitos observados [métodos de AIC].• Processos causais que explicam os resultados obtidos e a sua variabilidade – como, para quem e em que circunstâncias as intervenções contribuíram para os resultados observados [métodos de ABT].	<ul style="list-style-type: none">– Análise de dados dos sistemas de informação dos Fundos (dados de aprovação e de execução física – indicadores realização e resultado – e financeira das operações aprovadas)– Análise documental (documentos de programação e regulamentação dos apoios, avisos, memórias descritivas das operações, relatórios de encerramento das operações)– Auscultação de atores (inquéritos, entrevistas, <i>focus group</i>) – recolha de informação sobre resultados não traduzidos por indicadores/variáveis disponíveis nos sistemas de informação, e recolha de informação de natureza qualitativa e explicativa do grau de cumprimento dos resultados– ...– [Mobilizar elementos de resposta à QA anterior]– Análise de bases de dados administrativas e/ou de estatísticas oficiais com origem em sistemas e fontes estatísticas nacionais e internacionais– Métodos de Avaliação de Impacto Contrafactual (AIC) [pode, quando possível, indicar-se o método em concreto (métodos de Emparelhamento, Diferença nas Diferenças, Regressão Descontínua, ...)] – estimar efeitos dos apoios; analisar eventual heterogeneidade desses efeitos [com base nas variáveis de resultado relevantes de acordo com a TdP e disponibilidade de informação em bases de dados administrativas ou residentes no sistema estatístico nacional]– Auscultação de atores (entrevistas, <i>focus group</i>) para discussão/interpretação dos resultados produzidos pela AIC– Métodos de Avaliação Baseada na Teoria (ABT) [pode, quando possível, indicar-se o método em concreto (Análise de

Critérios e Questões de Avaliação (QA)	Elementos Obrigatórios de Resposta (EOR)	Métodos de avaliação e Técnicas de recolha de informação
		<p>Contribuição, Avaliação Realista, <i>Process Tracing</i>, QCA, ...]] – análise do contributo das intervenções para os resultados observados, descrevendo os processos causais (como, para quem e em que circunstâncias) que relacionam as intervenções e os resultados observados [análise suportada na TdP e/ou TdM específicas adaptadas a um método específico, recorrendo às técnicas de recolha e tratamento de informação, quantitativa e qualitativa – ex. inquéritos, entrevistas, focus group, estudos de caso, ... – que sejam adequadas à implementação desse método]</p> <p>– ...</p>
<p>Eficiência QA7. Como se avalia a mobilização de recursos nas intervenções ... face às realizações e resultados obtidos?</p>	<p>Concluir [de acordo com as colunas de “Meios”, “Atividades”, “Realizações” e “Resultados” da TdP] sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O custo-eficácia dos meios alocados pelas intervenções e a sua razoabilidade face aos objetivos de política prosseguidos. • Fatores explicativos da eventual variabilidade do custo-eficácia, incluindo o contexto de implementação das intervenções. 	<ul style="list-style-type: none"> – Análise de dados dos sistemas de informação dos Fundos (dados de aprovação e de execução física – indicadores realização e resultado – e financeira das operações aprovadas) – Auscultação de atores (inquéritos, entrevistas, focus group) – Análise Custo-Benefício ... – Análise Envolvória de Dados ... – Benchmarking – ...
<p>Impacto QA8 As intervenções ... contribuíram para a/o ... [fim último da política, de acordo como os impactos socioeconómicos definidos na TdP]? Como?</p>	<p>Concluir [de acordo com a coluna de “impactos socioeconómicos” (incluindo mecanismos, pressupostos e riscos) da TdP] sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evolução do ... [variável(eis) e/ou dimensões de contexto socioeconómico relevante(s) de acordo com a TdP] e explicação do contributo das intervenções para esta evolução, considerando: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Contributo direto das intervenções para ... [variável(eis) e/ou dimensões de contexto socioeconómico relevante(s) de acordo com a TdP]. ✓ Contributo indireto (efeitos de arrastamento, contágio, ...) para ... [variável(eis) e/ou dimensões de contexto socioeconómico relevante(s) de acordo com a TdP] e efeitos não esperado das intervenções. ✓ ... • Existência e importância relativa de outros fatores com influência (causal ou contextual) na evolução observada. 	<ul style="list-style-type: none"> – [Mobilizar elementos de resposta às QA sobre relevância, coerência e eficácia] – Análise de dados e de estatísticas oficiais com origem em sistemas e fontes estatísticas nacionais e internacionais – Análise de dados dos sistemas de informação dos Fundos – Auscultação de atores (inquéritos, entrevistas, focus group) – Métodos de Avaliação Baseada na Teoria – análise do contributo das intervenções para os resultados observados, descrevendo os processos causais (como, para quem e em que circunstâncias) que relacionam as intervenções e os resultados observados [análise suportada na TdP e/ou TdM específicas adaptadas a um método específico, recorrendo às técnicas de recolha e tratamento de informação, quantitativa e qualitativa – ex. inquéritos, entrevistas, focus group, estudos de caso, ... – que sejam adequadas à implementação desse método] – ...

Critérios e Questões de Avaliação (QA)	Elementos Obrigatórios de Resposta (EOR)	Métodos de avaliação e Técnicas de recolha de informação
Valor Acrescentado Europeu QA9. Em que medida as transformações observadas são potenciadas pelo facto das intervenções ... serem financiadas por Fundos Europeus?	<p>Concluir [de acordo com a coluna de “meios”, “atividades”, “realizações”, “resultados” e “impactos socioeconómicos” (incluindo mecanismos, pressupostos e riscos) da TdP] sobre a existência e magnitude de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Efeitos de volume – aumento da magnitude de recursos e de resultados proporcionado pelo apoio dos fundos europeus. Efeitos de âmbito – alargamento do âmbito de atuação dos instrumentos de política proporcionado pelo apoio dos fundos europeus. Efeitos de processo – alteração/inação das formas de intervenção (desenho e implementação) dos instrumentos de política induzidos pelo enquadramento dos fundos europeus. 	<ul style="list-style-type: none"> [Mobilizar elementos de resposta às QA sobre os demais critérios: relevância, coerência, eficácia, eficiência e impacto] Análise de dados e de estatísticas oficiais com origem em sistemas e fontes estatísticas nacionais e internacionais Análise de dados dos sistemas de informação dos Fundos e bases administrativas Auscultação de beneficiários e outros stakeholders (inquéritos, entrevistas, focus group) ...

6. METODOLOGIA

Conteúdos recomendados neste ponto:

- Descrição sintética dos requisitos metodológicos da avaliação, em função de **duas hipóteses**:

A. Com Prescrição da metodológica, com dois níveis de especificação:

- Num primeiro nível de prescrição, identificando genericamente os métodos – de Avaliação Baseada na Teoria (ABT) e/ou de Avaliação de Impacto Contrafactual (AIC) – que se pretende que sejam implementados pela equipa de avaliação e as técnicas de recolha de informação que se entendem obrigatórias na avaliação, sem especificação ao nível das QA e sem prejuízo de outro/as (adicionais) que o concorrente apresente em sede de proposta.

Neste caso, não há lugar ao preenchimento da 3ª coluna da Tabela 1, e apenas será preenchida a Tabela 2, por forma a identificar e especificar os requisitos dos métodos e técnicas obrigatórios. A definição da forma como estes métodos e técnicas são implementados na estratégia de resposta a cada QA será da responsabilidade do concorrente, com a correspondente especificação em sede de proposta (incluindo a “matriz de avaliação” e a “matriz de técnicas”).

- Num segundo nível de prescrição, identificam-se os métodos – de ABT e/ou de AIC – a desenvolver na avaliação e as técnicas de recolha de informação obrigatórias implementar ao nível de cada QA, para produção dos EOR, sem prejuízo de outras (adicionais) que o concorrente apresente em sede de proposta.

Esta prescrição é preferível quando a formulação de cada QA e o conhecimento do objeto de estudo e da informação disponível ou passível de obter permite antecipar uma metodologia assente em métodos e técnicas concretas, tendo por vantagem obter dos concorrentes a especificação, em sede de proposta, da metodologia que se entende mais adequada para cobrir todos os EOR e dar resposta robusta à QA.


Neste caso, deverão ser preenchidas a 3ª coluna da Tabela 1 e a Tabela 2, por forma a identificar os métodos e técnicas obrigatórios ao nível de cada QA e especificar os respetivos requisitos. A especificação detalhada da forma como estes métodos e técnicas são implementados na


estratégia de resposta a cada QA será da responsabilidade do concorrente, com a correspondente descrição em sede de proposta (incluindo a “matriz de avaliação” e a “matriz de técnicas”).

*As Especificações Técnicas podem densificar, no que respeita às técnicas de recolha e análise de informação inscritas na **Tabela 2**, desde logo, os elementos e fontes documentais a utilizar, os grupos-alvo sobre os quais deverão incidir as técnicas de auscultação, como os inquéritos por questionário, focus group (quais os grupos / temáticas de cada focus group, tipificação dos participantes e entidades que representam) e entrevistas (entidades), ou o número e unidades de análise de estudos de caso.*

B. Sem prescrição da metodologia, sugerindo-se ainda assim estabelecer-se requisitos genéricos, nomeadamente em termos de abordagem metodológica de avaliação de impacto a privilegiar – ABT, AIC ou a combinação de ambos – e necessidade de combinação de diferentes técnicas e fontes a respeitar pela equipa de avaliação em sede de Proposta.

Mesmo sem prescrição metodológica detalhada, considera-se fundamental uma apreciação inicial, pela entidade adjudicante, do objeto da avaliação, das QA e da informação disponível ou passível de ser obtida, para que, no mínimo, seja possível determinar o desenho metodológico global pretendido – por regra centrado na abordagem ABT ou AIC ou na combinação de ambas.

 *Em qualquer dos casos, os requisitos devem ser entendidos como elementos mínimos essenciais da metodologia a propor e desenvolver pelos concorrentes em sede de Propostas, designadamente através da **matriz de avaliação** e da **matriz de técnicas de recolha de informação**, cujos modelos se apresentam no Programa do Procedimento do concurso.*

 *Os requisitos a apresentar no Programa do Procedimento devem ser ajustados de acordo com o grau de prescrição adotada, permitindo distinguir as propostas de acordo com a adequação do desenvolvimento metodológico e o conhecimento demonstrado.*

– *Especificação dos requisitos em termos de produção de conclusões e recomendações.*

Proposta de texto:

- 31 A avaliação deverá realizar-se com recurso a ... *[métodos de Avaliação Baseada na Teoria (ABT) e/ou métodos de Avaliação de Impacto Contrafactual (AIC)]*, integrados numa metodologia que permita uma resposta completa e robusta às Questões de Avaliação (QA).
- 32 A metodologia a implementar deve ser sintetizada e descrita na “**Matriz de avaliação**” e na “**Matriz de técnicas de recolha e tratamento de informação**”, com o necessário desenvolvimento e aprofundamento face ao desenho e matrizes apresentados pela equipa em sede de Proposta (solicitadas no **Anexo II do Programa do Procedimento**), a concretizar no Relatório Inicial.
- 33 A metodologia deve combinar, na implementação do(s) método(s) acima referidos, diferentes técnicas de recolha de informação e diferentes fontes de informação, bem como as correspondentes técnicas de tratamento e análise de informação, aplicadas de acordo com as respetivas convenções e melhores práticas. A combinação de técnicas e fontes deve assegurar a recolha de informação primária e secundária, de natureza quantitativa e qualitativa, e garantir níveis adequados de triangulação, em linha com os requisitos, potencialidades e limitações dos métodos preconizados.
- 34 A estratégia de pesquisa deve ser orientada pela Teoria da Programação (TdP) apresentada no **Anexo I** – que é sujeita a revisão crítica e completamento pela equipa de avaliação na fase inicial dos trabalhos, recorrendo, para o efeito, a técnicas de revisão de literatura, análise documental e auscultação de stakeholders (de forma a refletir a perspetiva do “programador” e do que os stakeholders esperam da intervenção). É da TdP que emergem as hipóteses descritivas e explicativas dos resultados e impactos esperados da intervenção que serão sujeitas a teste empírico e análise – e, consequentemente, a especificação da metodologia –, devendo as respostas às QA estar explicitamente ancoradas, sempre que aplicável, nos elementos relevantes da TdP.

- 35 (quando aplicável, em função do método de ABT previsto) No caso particular da aplicação do método ... [alguns métodos de ABT, como o Process Tracing ou a Avaliação Realista, requerem uma especificação de TdM adequada aos mesmos] (ver última coluna da Tabela 1 e descritivo do método na Tabela 2), devem ser construídas Teorias da Mudança (TdM) específicas e ajustadas à implementação desse método – sob a forma de processos mecanísticos detalhados das intervenções em análise [no caso do Process Tracing] / sob a forma de configurações Contexto-Mecanismo-Resultados detalhados das intervenções em análise [no caso da Avaliação Realista] –, informadas pela TdP.
- 36 (Se se optar por maior prescrição metodológica (ou seja, preenchimento da 3ª coluna da Tabela 1) este texto poderá prosseguir da seguinte forma) Consideram-se como requisitos essenciais da metodologia a desenvolver pela equipa de avaliação aqueles inscritos na terceira coluna da Tabela 1 e densificados na Tabela 2, sem prejuízo do aprofundamento ou completamento metodológico que a equipa venha a propor. Distinguem-se, na Tabela 2, os métodos de ABT e/ou de AIC das técnicas de recolha de informação, sendo que estas últimas deverão estar, na maioria dos casos, igualmente subordinadas à aplicação dos referidos métodos.

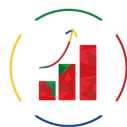
Tabela 2. Métodos e técnicas de recolha de informação a utilizar

[Apenas aplicável na hipótese A, acima referida. Ajustar os conteúdos desta tabela ao nível de prescrição adotado e, quando aplicável, aos conteúdos inscritos na Tabela 1, ou seja: menos detalhada, no cenário A.i) e mais detalhada, no cenário A.ii).

Pode ainda assim, no caso da hipótese B, optar-se por incluir, com as devidas adaptações, uma tabela de técnicas – incluindo as mais comumente utilizadas nas avaliações – centrada nos “requisitos de aplicação das técnicas”, servindo de sinalização dos requisitos mínimos quando algumas dessas técnicas sejam mobilizadas nas propostas.]

Métodos de Avaliação (apresentam-se, de forma relativamente genérica e a título de exemplo, alguns dos métodos possíveis)	
Métodos de Avaliação de Impacto Contrafactual	<p>Devem ser utilizados métodos de avaliação de impacto contrafactual (AIC), com a especificação que a equipa de avaliação apresente em sede de proposta e confirmada/detalhada no Relatório Inicial, que permita aferir a atribuição causal, a estimação quantitativa dos efeitos das intervenções e a análise da heterogeneidade desses efeitos, para efeito da resposta às QA</p> <p>As variáveis de resultado e as fontes potenciais de heterogeneidade a considerar na análise devem ser informadas pela TdP.</p> <p>As estimações devem incidir sobre os apoios das tipologias ..., com uma especificação metodológica ajustada às características dos instrumentos de apoio abrangidos, aos dados disponíveis, e às potencialidades e limitações dos métodos propostos pela equipa de avaliação.</p> <p>Espera-se que estes métodos contribuam para a resposta às QA ..., em função do alcance dos métodos propostos pela equipa de avaliação.</p>
Qualitative Comparative Analysis (QCA)	<p>Este método deve ser aplicado na resposta às QA ..., utilizando a especificação metodológica (p.e. <i>crisp</i> ou <i>fuzzy sets</i>) que a equipa de avaliação considere e fundamente em sede de proposta e no Relatório Inicial como mais adequada às características das intervenções, tendo em consideração a identificação das “condições” e do(s) “resultado(s)” a incluir na análise de configurações causais.</p> <p>Para a aplicação deste método será necessária a inventariação e caracterização da respetiva população de casos e a seleção dos casos em número e diversidade adequadas ao propósito desta análise, considerando a especificação metodológica adotada, a informação disponível e as técnicas de recolha de informação previstas mobilizar pela equipa de avaliação. Na aplicação deste método o processo de “calibração” de condições e de resultados é crítico, pelo que deve ser adequadamente descrito e documentado, assim como a construção da “data matrix” e da “truth table”.</p> <p>A análise deve permitir concluir, fundamentadamente, sobre necessidade e suficiência das condições e/ou configurações causais relevantes.</p>
Process Tracing	<p>Este método deve ser aplicado na resposta às QA Sendo o <i>Process Tracing</i> um método <i>within-case</i> (ou seja, baseado num ou mais estudos de caso) que visa a conceptualização e teste empírico dos mecanismos causais que explicam a relação entre a intervenção e os resultados por ela gerados, a seleção dos casos é crítica, pelo que deve ser descrita e fundamentada quanto ao tipo de casos a selecionar (incluindo sempre casos “típicos”; a inclusão de outro tipo de casos deve ser justificada em função do teor da análise pretendida).</p>

	<p>É desejável a análise de mais que um caso “típico”, por forma a explorar a eventual heterogeneidade mecanística (e contextual) e potenciar a generalização dos resultados da análise. Neste âmbito, é expectável a realização de um número mínimo de ... <i>[ajustar e fundamentar em função do objeto da avaliação e objetivos deste método – por regra sugerem-se pelo menos 3 casos por mecanismo causal / TO em análise]</i> estudos de caso no âmbito do <i>Process Tracing</i>.</p> <p>Devem ser especificadas e concretizadas pela equipa de avaliação a teorização dos mecanismos causais (tendo por referência a TdM desenvolvida especificamente para o <i>Process Tracing</i> no curso dos trabalhos) associados a cada uma dessas configurações, a operacionalização dos mecanismos em termos de “impressões empíricas hipotéticas” (<i>fingerprints</i> do mecanismo causal) e a conceção e implementação dos testes empíricos a realizar. Para o efeito deve recorrer-se à informação disponível e à informação passível de recolher através das técnicas de recolha de informação previstas mobilizar pela equipa de avaliação, incluindo as que abaixo se especificam.</p>
Avaliação Realista	<p>Este método deve ser aplicado na resposta às QA Sendo um método suportado num princípio de causalidade generativa, em que os resultados (R) são produzidos através da ativação de mecanismos (M) subjacentes em condições contextuais (C) específicas, ou seja, configurações CMR, a sua implementação passa necessariamente pela conceptualização e análise empírica das CMR relevantes, com o objetivo último de identificar padrões entre estes contextos, mecanismos e resultados, que indicam como, para quem e em que contextos as intervenções funcionam.</p> <p><i>[Caso seja possível, identificar à partida os contextos, mecanismos e resultados de interesse]</i> Entre outros elementos que a equipa de avaliação venha a considerar na especificação da implementação deste método, devem ser considerados i) como elementos de <u>Contexto</u> ... <i>[especificar/exemplificar os contextos aplicáveis]</i>, ii) como <u>Mecanismos</u> ... <i>[especificar/exemplificar os mecanismos previstos]</i>, e iii) como <u>Resultados</u> ... <i>[especificar os resultados de interesse]</i> <i>[cada um destes elementos deve ser informado pela TdP]</i>.</p> <p>A implementação deste método deve, preferencialmente, assentar num desenho de estudos de caso, a especificar pela equipa de avaliação, devendo, para esse efeito, ser adequadamente fundamentada a estratégia de seleção de casos, identificando i) as unidades de análise que configuram os casos e ii) os critérios para selecionar e o número de casos a estudar, por forma a garantir a cobertura da diversidade de configurações CMR que podem estar presentes (p.e. casos em número adequado para cobrir diversidade de contextos, de mecanismos e de resultados, ou ainda que garantam saturação teórica e que representem a complexidade das intervenções, etc.). Neste âmbito, é expectável a realização de um <u>número mínimo de ... estudos de caso</u> <i>[ajustar e fundamentar em função do objeto da avaliação e objetivos deste método – por regra sugerem-se pelo menos 2 casos para cada uma das CMR identificadas na fase exploratória]</i>.</p> <p><i>Ver, abaixo, especificação para os Estudos de caso.</i></p>
Análise de Contribuição	<p>Este método deve ser aplicado na resposta às QA Sendo um método suportado num princípio de causalidade generativa, a sua implementação deverá estar centrada na identificação e teste empírico de alegações de contribuição, que permitam perceber e descrever, numa narrativa de contribuição, em que medida a intervenção é parte de um pacote causal explicativo da mudança observada. Pressupõe, portanto, identificar e explicar o contributo da intervenção para uma mudança observada, quando a intervenção é parte de um conjunto fatores e causas interligadas diversas.</p> <p>Na implementação deste método devem ser observadas duas fases distintas, com passos intermédios em cada uma delas: i) <i>theory testing</i>, com vista ao desenvolvimento de Teoria(s) da Mudança (TdM) de onde se derivam as “alegações de contribuição” associadas às intervenções (ou a outras causas que relevem para a compreensão da mudança observada), e ii) <i>theory testing</i>, com vista ao teste empírico das alegações de contribuição, permitindo reforçar a plausibilidade das alegações, validando a(s) TdM, e consolidar a narrativa de contribuição (suportada pela evidência).</p> <p>Partindo da TdP desenvolvida (revista e completada na fase inicial dos trabalhos), o objetivo é construir e testar empiricamente um conjunto de “alegações de contribuição” (“<i>contribution claims</i>”) sobre como (porquê e em que circunstâncias) a intervenção está ligada às mudanças observadas, desenvolvendo e reforçando (por via das evidências produzidas) a plausibilidade de uma narrativa de contribuição em que a intervenção é parte de um “pacote causal” – na qual outros eventuais fatores causais e contextuais são explicitados – suficiente (e, eventualmente, necessário) à produção da mudança observada.</p> <p>Devem ser mobilizadas as técnicas de recolha e tratamento de informação mais adequadas a cada uma das fases da Análise de Contribuição. Na primeira fase, devem ser privilegiadas técnicas de recolha de informação secundária – análise documental e revisão de literatura – a par da auscultação de <i>stakeholders</i>. Na segunda fase, devem ser privilegiadas técnicas de recolha e tratamento de informação primária e secundária, a especificar pela equipa de avaliação em função dos testes empíricos a desenvolver, assegurando níveis adequados de triangulação.</p> <p>A aplicação deste método deverá tomar como principais referências os termos em que é descrito por Thomas Delahais, em “Contribution Analysis”, LIEPP Methods Brief n°44, 2023-07, e por John Mayne, em “Revisiting Contribution Analysis”. Canadian Journal of Program Evaluation. 34 (2), 2019.</p>
...	...
Técnicas de recolha e tratamento e informação	
As técnicas aqui descritas podem ser realizadas autonomamente e/ou integradas nos métodos acima descritos.	
Análise documental e	Objetivos e fontes a considerar:



revisão de literatura	<p>A revisão da literatura e a análise documental (sobretudo programática e de planeamento) devem contribuir para a revisão crítica da Teoria da Programação (TdP) das intervenções objeto da avaliação, com vista ao aperfeiçoamento da estratégia de resposta às QA e ao desenho dos métodos de ... <i>[ABT e/ou AIC]</i> a aplicar.</p> <p>É, igualmente, essencial a recolha e análise de informação que contribua para a construção de evidência de resposta às QA, triangulando-a com as demais técnicas de recolha.</p> <p>A revisão da literatura e a análise documental devem incidir, pelo menos, sobre os seguintes documentos (ver ponto 11 das especificações técnicas):</p> <ul style="list-style-type: none">– Acordo de Parceria do ... <i>[Portugal 2020/2030]</i>, Programas financiadores das intervenções objeto da avaliação e Regulamentos Específicos aplicáveis– Avaliações e estudos (de âmbito nacional e internacional) sobre as intervenções objeto da avaliação ou sobre intervenções similares na forma e/ou nos objetivos prosseguidos– Avisos de Abertura a Candidaturas publicados (incluindo referenciais de análise de mérito)– Memórias descritivas das candidaturas e operações aprovadas e Relatórios de encerramento / Pedidos de saldo final (preferencialmente para o conjunto de candidaturas/operações aprovadas, ou através de processo amostral, se devidamente fundamentada essa opção).– ... <p>Requisitos da aplicação desta técnica:</p> <p>A revisão de literatura e a análise documental deve recorrer a técnicas de análise de conteúdos, devidamente evidenciadas em <i>outputs</i> específicos, em particular no que respeita à análise de documentação programática e de planeamento conduzida com o propósito de aprofundamento e validação da TdP. As fontes bibliográficas e documentais utilizadas devem ser explicitadas, assim como a data de consulta/acesso às mesmas.</p> <p><i>(quando aplicável)</i> Na análise documental que incida sobre um número muito elevado de documentos (ex. memórias descritivas dos projetos) deve considerar-se o recurso a ferramentas de Inteligência Artificial para efeito de <i>text mining</i> e/ou <i>software</i> específico de análise de conteúdos.</p>
Recolha, tratamento e análise de dados	<p>Objetivos e fontes a considerar:</p> <p>Deve ser efetuada a recolha, tratamento e análise estatística (descritiva) dos seguintes dados:</p> <ul style="list-style-type: none">– Dados e estatísticas oficiais com origem nos sistemas ou fontes estatísticas nacionais e internacionais (INE, Eurostat, ... <i>[ser abrangente mas específico, incluindo apenas as fontes que se sabe, a partida, disporem de dados relevantes para a análise]</i>)– Dados disponíveis nos sistemas de informação do ... <i>[Portugal 2020/2030]</i> e dos Programas financiadores das intervenções objeto da avaliação (ver ponto 11, alínea f) das especificações técnicas). <p>Requisitos da aplicação desta técnica:</p> <p>Deve ser efetuado um tratamento estatístico detalhado da informação recolhida, incluindo as estatísticas descritivas, análise multivariada e outros apuramentos adequados à natureza dos dados e propósito da análise, explicitando, sempre que necessário, a metodologia de cálculo/apuramento. As fontes de dados e datas a que reportam devem ser explicitadas, bem como as datas de consulta.</p> <p>O tratamento detalhado dos dados deve, tendencialmente, ser remetido para anexo (incluindo no relatório apenas os principais quadros e gráficos ilustrativos da análise apresentada), e os seus resultados devem servir para suportar o texto do relatório eminentemente analítico, devendo ser evitados textos descritivos dos dados.</p>
Entrevistas semiestruturadas	<p>Objetivos e fontes a considerar:</p> <p>Considera-se essencial a realização de entrevistas exploratórias na fase inicial da avaliação, com o propósito de melhorar a compreensão das intervenções objeto da avaliação, do contexto em que se desenvolve e identificar preocupações e/ou necessidades específicas de conhecimento, ou seja, expectativas quanto aos resultados da avaliação (ex. o que esperam da avaliação, que decisões podem ser influenciadas pelos resultados e que tipo de recomendações serão mais úteis).</p> <p>Em fases mais avançadas da Avaliação, devem também ser realizadas entrevistas para maior aprofundamento de temáticas específicas e para triangulação/explicação de informação recolhida por outros métodos e/ou técnicas de recolha de informação.</p> <p>As entrevistas deverão envolver, pelo menos, as seguintes entidades:</p> <ul style="list-style-type: none">– Responsáveis (Direção e/ou Secretariados Técnicos) das Autoridades de Gestão– Responsáveis dos Organismos Intermédios– Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.– Outros <i>stakeholders</i> das intervenções, designadamente representantes dos beneficiários (ex. associações industriais e empresariais, parceiros sociais, ...)– ... <p>Requisitos da aplicação desta técnica:</p> <p>As entrevistas devem ser suportadas por <u>guiões</u> adequados ao propósito da mobilização desta técnica no quadro metodológico definido. As perguntas previstas nos guiões devem: i) ser claras e objetivas, ii) focar-se em aspetos específicos de uma estratégia de resposta às QA (devidamente evidenciada na Matriz de Avaliação), evitando-se</p>

	<p>transpor o enunciado da QA para o guião e iii) ser ajustadas ao nível de conhecimento e/ou experiência dos entrevistados face ao objeto da avaliação.</p> <p>A informação recolhida através de entrevistas deve ser objeto de análise e sistematização (sinopses das entrevistas, apresentadas como <i>output</i> específico em anexo aos relatórios), recorrendo a <u>técnicas e suportes de codificação de conteúdos e de análise</u> adequadas.</p>
Focus Groups e/ou Workshops	<p>Objetivos e fontes a considerar:</p> <p>Devem ser utilizados <i>focus groups</i> e/ou <i>workshops</i> para recolher informações e perspetivas dos principais atores em fases iniciais da avaliação, eminentemente exploratórios (p.e. para densificar a TdP), ou em fases mais avançadas para recolher informações e perspetivas sobre situações específicas identificadas pela equipa através de outras técnicas de recolha de informação.</p> <p>Deve ser realizado, pelo menos, um <i>focus group</i> para a validação de conclusões e recomendações da avaliação, na fase final da avaliação.</p> <p>Requisitos da aplicação desta técnica:</p> <p>Deve ser apresentado o <u>número de <i>focus group</i> e/ou <i>workshop</i></u> e a especificação de cada um deles – objetivo, tema, critérios de seleção dos participantes e composição dos grupos – devem ser apresentados e fundamentados pela equipa de avaliação, no quadro do desenho metodológico global da avaliação.</p> <p>Deve ser apresentado o <u>roteiro de implementação de cada <i>focus group</i> e/ou <i>workshop</i></u>, incluindo modo de recrutamento dos participantes, duração das sessões, guiões e técnicas de dinamização e ferramentas/produtos a utilizar para incentivar e orientar a participação ativa dos participantes.</p> <p>A informação recolhida no <i>focus group</i> e/ou <i>workshop</i> deve ser objeto de tratamento analítico com recurso a <u>técnicas específicas de análise</u>, codificação e síntese de conteúdos, dando origem a <u>outputs</u> de síntese da informação recolhida nos <i>focus groups</i> e/ou <i>workshops</i>.</p> <p>A especificação e implementação dos <i>focus group</i> e/ou <i>workshop</i> deverá considerar os princípios e boas práticas preconizados no guia “Da teoria à prática da avaliação de políticas públicas: Focus Group e Workshops”.</p>
Inquéritos por questionário	<p>Objetivos e fontes a considerar:</p> <p>Devem ser realizados um ou mais inquéritos, abrangendo as diferentes tipologias objeto da avaliação, dirigidos a ... <i>[entidades beneficiárias e/ou destinatários finais das intervenções, ...]</i>, com o propósito de recolher informação, quantitativa e qualitativa, que permita a recolha de dados inexistentes nos sistemas de informação/bases de dados disponíveis e o levantamento de perceções dos beneficiários sobre determinadas temáticas específicas, nomeadamente ... <i>[se houver interesse e/ou possibilidade de especificar desde logo nas Especificações Técnicas]</i>.</p> <p>Os inquéritos deverão ter natureza censitária, i.e. ser dirigidos à totalidade das potenciais respondentes (de acordo com as listagens de entidades candidatas/beneficiárias dos apoios). Opções diferentes, nomeadamente a realização de inquéritos por amostragem, devem ser justificadas e detalhadas quanto ao processo amostral.</p> <p>Requisitos da aplicação desta técnica:</p> <p>Devem ser descritos e implementados <u>os procedimentos de construção, pré-teste, aplicação e seguimento do inquérito</u>, incluindo a caracterização (e dimensão) da população de interesse, a forma de aplicação do inquérito e os respetivos pré-testes e os procedimentos a implementar com vista à maximização das taxas de resposta. <u>No caso de inquéritos amostrais, devem ser apresentados os planos de amostragem</u>, incluindo a estratificação das amostras (quando aplicável) e os intervalos de confiança e margens de erro subjacentes. <u>No caso de inquéritos censitários, devem ser apresentados à partida os critérios e os procedimentos a adotar para assegurar a representatividade das respostas</u> (ex. identificação de um limiar mínimo para a taxa de resposta – e justificação do limiar proposto –, cumprimento de uma determinada estrutura de distribuição da população, de acordo com as segmentações relevantes).</p> <p>Com os resultados do inquérito, devem ser apresentadas as <u>taxas de resposta</u> (incluindo, se aplicável, a respetiva segmentação entre subgrupos relevantes), fundamentando a sua adequação e descrevendo os procedimentos adotados para potenciar a representatividade e validade na interpretação dos resultados, designadamente, i) a <u>análise de enviesamentos de não resposta</u> (identificação de potenciais causas de não resposta e de diferenças sistemáticas entre respondentes e não respondentes, incluindo enviesamentos decorrentes do modo de inquirição), e ii) os <u>testes estatísticos apropriados</u>, bem como os procedimentos para a mitigação desses enviesamentos na interpretação dos resultados (ex. ponderação de respostas).</p> <p>Devem ser apresentados <u>intervalos de confiança e margens de erro efetivos</u> para os inquéritos amostrais e, quando adequado, para os censitários, devidamente contextualizados e salvaguardando as limitações de interpretação desses parâmetros (uma vez que não correspondem a uma amostra aleatória), explicitando as suas implicações para a validade e interpretação dos resultados do inquérito.</p> <p><u>Devem ser reportadas as estatísticas descritivas das respostas obtidas</u> (distribuições de frequência e medidas de tendência central) e, se aplicável, estatísticas inferenciais, apresentadas sob a forma de quadros (incluindo o N de cada resposta) ou gráficos de fácil leitura e interpretação, sinalizando, sempre que necessário, as limitações de validade e robustez dos resultados. As respostas a questões abertas devem ser objeto de tratamento e análise com recurso a <u>técnicas de categorização e codificação</u> e devidamente reportadas.</p> <p>De forma a maximizar as taxas de resposta, minimizar os enviesamentos de resposta e, consequentemente, obter uma maior robustez dos dados recolhidos e potenciar a utilidade e validade dos resultados, <u>os inquéritos devem ser concisos e exclusivamente centrados na recolha de informação para a qual essa seja a técnica mais eficaz e eficiente</u>, com vista à construção de evidências robustas para a produção de resposta às QA (que não se devem</p>



	confundir com as perguntas do inquérito). Assim, as perguntas a incluir nos instrumentos de notação devem: i) ser em número reduzido, ii) ter uma formulação clara e livre de interpretações ambíguas ou tendenciosas (evitando, p.e., respostas “socialmente desejáveis”, de protesto ou que sejam demasiado sensíveis a <i>recall bias</i> , i. e, enviesamentos de memória), iii) ser específicas e assertivas, iv) combinar, em moldes adequados ao propósito do inquérito no âmbito da estratégia de pesquisa, perguntas fechadas (com recurso a opções de respostas dicotómicas, de escolha múltipla, de escalas de avaliação e escalas Likert, etc.) e perguntas abertas (devem ser usadas quando estritamente necessárias, devendo, no entanto, utilizar-se em cada pergunta fechada uma hipótese de resposta aberta, quando adequado).
Estudos de Caso	<p>(quando previstos estudos de caso subordinados a um método específico) Os estudos de caso devem ser desenvolvidos no âmbito da aplicação do(s) método(s) ... [Process Tracing, Avaliação Realista, ...] acima referido, de acordo com a especificação adotada pela equipa de avaliação para cada um desses métodos.</p> <p>(quando previstos estudos de caso não subordinados a um método específico) No âmbito da resposta às QA ..., devem ser realizados estudos de caso de natureza ... [exploratória, descritiva ou explicativa], de desenho ... [caso único, casos múltiplos], para análises específicas e de maior aprofundamento, com um número de casos adequado, fazendo uso de algumas das técnicas acima descritas, designadamente análise documental, entrevistas e focus group.</p> <p>Requisitos da aplicação desta técnica:</p> <p>Deve ser apresentada a <u>especificação dos Estudos de Caso</u>, nomeadamente, número de estudos de caso, unidades de análise, mapeamento e a análise prévia da população de casos em função das características relevantes para a seleção dos casos e critérios de seleção dos casos. Deve ser explicitada a sua <u>natureza</u> (exploratórios, descritivos ou explicativos) e justificado o seu <u>propósito</u> no âmbito da avaliação.</p> <p>Na <u>especificação detalhada da implementação dos Estudos de Caso</u> devem ser apresentados os casos selecionados de acordo com os <u>critérios de seleção</u> e descrito o <u>guião com a estratégia de recolha da informação</u> (incluindo a especificação das técnicas a implementar e fontes a mobilizar, e a articulação entre estas técnicas, e o tipo (temas) de informação a recolher). Esta estratégia deve ser abrangente e diversificada (com níveis adequados de triangulação), permitindo uma análise aprofundada do caso e do contexto em que ocorre.</p> <p>A realização de Estudos de Caso deverá dar origem a <i>outputs</i> específicos de reporte dos seus resultados, sob a forma de <u>fichas de estudo de caso</u> [em anexo ao relatório] e uma síntese dos resultados.</p> <p>A especificação e implementação dos estudos de caso deverá considerar os princípios e boas práticas preconizados no guia “Da teoria à prática da avaliação de políticas públicas: Estudos de caso”.</p>

37 Os requisitos acima definidos na **tabela 2** para cada método/técnica deverão ser observados ao longo da realização da avaliação, em paralelo com os requisitos dos métodos específicos de **ABT/AIC** (quando prescritos), da “Matriz de avaliação” e da “Matriz de técnicas de recolha e tratamento de informação” previstos no **Anexo II do Programa do Procedimento** e da subsequente metodologia proposta pelo cocontratante e especificada no Relatório Inicial.

38 Prosseguindo os objetivos acima enunciados e em resposta às Questões de Avaliação, a avaliação deverá produzir **conclusões** bem fundamentadas, devidamente suportadas em evidências sólidas e credíveis – resultantes da robustez e transparência na aplicação dos métodos utilizados e dos níveis de triangulação de métodos e fontes. Mais concretamente, as conclusões a apresentar deverão:

- Ser sintéticas, claras e fundamentadas, isentas de considerações pessoais e concretizando juízos de valor orientados para a resposta às QA e baseados única e explicitamente na análise dos dados/informação recolhidos, tratados e interpretados (evidências produzidas) no desenvolvimento dos elementos de resposta, sem se limitarem a reproduzir/sintetizar a análise apresentada na resposta às questões de avaliação.
- Incluir, sempre que possível, referência sintética às principais evidências que as suportam (com remissão para a pág./capítulo onde se encontra a respetiva informação);
- Refletir adequadamente o grau de robustez da análise efetuada e das evidências recolhidas e reconhecer, quando aplicável, as limitações dessa análise e/ou das evidências (ex. evidências contraditórias ou inconclusivas, limites de validade inerentes ao quadro metodológico implementado, etc.);
- Cobrir adequadamente todos os elementos obrigatórios de resposta das QA;

- Estar (a sua redação) norteadas pela Teoria da Programação;
- Refletir, de acordo com o quadro metodológico definido (designadamente no âmbito dos *focus groups* previsto para o efeito), um processo adequado de auscultação dos *stakeholders* com vista à discussão e validação das conclusões;
- Estar devidamente numeradas, para facilidade de leitura e indexação às recomendações.

39 A avaliação deverá ainda, em função das suas conclusões, propor **recomendações** acionáveis com os ajustamentos necessários à melhoria das condições de eficácia e eficiência da implementação das intervenções

40 O processo de elaboração das recomendações deve ocorrer ao longo de toda a avaliação, identificando, desde o início, potenciais recomendações (incluindo as necessidades sentidas e a expectativa dos *stakeholders* face à relevância e utilidade de recomendações em determinadas temáticas).

41 As recomendações apresentadas devem ser:

- Direta e inteiramente suportadas pelas conclusões da avaliação;
- Suficientemente focadas/específicas, claras e compreensíveis;
- Relevantes, isto é, suscetíveis de atingir melhorias tangíveis no desenho e/ou implementação da intervenção;
- Realistas, ou seja, sensíveis ao contexto em que se espera que sejam implementadas;
- Em número limitado e hierarquizadas em termos de prioridade;
- Definidas em moldes operacionalizáveis, tornando claro quem e quando as poderá implementar – unívocas em relação aos destinatários;
- Devidamente numeradas e indexadas às conclusões que as suportam.

42 Seguindo estes critérios, no quadro das recomendações apresentadas pela equipa da avaliação, deve **ser incluída uma recomendação específica relativa aos indicadores utilizados na monitorização e avaliação das intervenções financiadas pelos Fundos Europeus** no domínio dos apoios, que permita a introdução e melhorias concretas no sistema de monitorização e avaliação dos Fundos Europeus.

43 O processo de construção e formulação das recomendações deverá considerar os princípios e boas práticas preconizados no guia “[Da teoria à prática da avaliação de políticas públicas: Recomendações](#)”.

7. PRODUTOS E CRONOGRAMA

Conteúdos recomendados neste ponto:

– Identificação dos Produtos obrigatórios e sua calendarização

*Nas avaliações de impacto, em particular quando previstos prazos mais longos, para além dos **produtos** habitualmente previstos (**relatórios de avaliação, sumário executivo e síntese gráfica**), pode ser útil a solicitação de **Sínteses de Progresso**, de formato menos rígido, mas que permitam um acompanhamento mais próximo (e correção antecipada de trajetórias desviantes) dos trabalhos (cf. Tabela abaixo a título indicativo).*

É expectável um **prazo de execução** (considerado como o tempo exclusivamente da responsabilidade da equipa de avaliação, sem considerar os prazos de análise dos produtos de avaliação) entre 9 meses e 13 meses.

! Momento de disponibilização de dados/informação – recomenda-se que o essencial dos dados/informação residente nos sistemas de informação e/ou acesso a bases de dados previstas utilizar esteja disponível aquando do arranque dos trabalhos, por forma a habilitar a equipa a iniciar, de imediato e de forma plena, os trabalhos, e desonerar a AG pelos eventuais atrasos na execução do contrato, permitindo uma maior responsabilização e vinculação da equipa às obrigações contratuais em termos de prazo de execução. Nesse sentido, será necessário iniciar a preparação desses dados com a adequada antecedência face à data prevista para o lançamento da avaliação.

Na definição do prazo deve ter-se em consideração:

- i) Número de Questões de Avaliação e EOR previstos
- ii) Requisitos metodológicos previstos, designadamente a exigência de métodos e/ou técnicas cuja implementação pressupõe prazos necessariamente dilatados, em função dos “trabalhos de campo” a que obrigam (ex. acesso e tratamento preliminar de bases de dados, realização de estudos de caso, focus group, entrevistas, inquéritos)

! A definição dos prazos (bem como para a determinação do preço base do procedimento) é feita com base na experiência de avaliações anteriores e nos tempos expectáveis para a implementação da metodologia a desenvolver. Por esta razão, quanto mais prescritivos forem as especificações técnicas (ou a conjectura de um desenho metodológico e um hipotético roteiro de pesquisa, incluindo a aplicação da técnica de recolha e tratamento de informação), mais fácil é estimar um prazo que seja realista e consentâneo com a ambição da avaliação.

– Estrutura e conteúdo e características dos Produtos

Além da estrutura dos Relatórios, que permite sinalizar a organização e conteúdos mínimos esperados em cada Relatório, **sugere-se a imposição de um limite de páginas relativamente restritivo** (mas realista) para cada um dos produtos, por forma a incentivar a redação de Relatórios mais concisos, mais analíticos (e menos descritivos), mais focados nos conteúdos essenciais à compreensão da análise efetuada, e mais acessíveis e fáceis de ler pelos diferentes stakeholders.

Proposta de texto:

44 (para uma avaliação com a prazo global de 555 dias, cf. cláusula 5.ª da Caderno de Encargos) A avaliação deverá produzir os seguintes documentos:

Produtos	Prazo de entrega
Relatório Inicial	Até <u>45 dias</u> após o início do <u>Contrato</u>
1ª Síntese de Progresso	Até <u>90 dias</u> após aceitação do <u>Relatório Inicial</u>
Relatório Intermédio	Até <u>150 dias</u> após aceitação do <u>Relatório Inicial</u>
2ª Síntese de Progresso	Até <u>60 dias</u> após aceitação do <u>Relatório Intermédio</u>
Relatório Final Preliminar	Até <u>150 dias</u> após a aceitação do <u>Relatório Intermédio</u>
Relatório Final	Até <u>30 dias</u> após a aceitação do <u>Relatório Final Preliminar</u>
Sumário Executivo	Junto com os Relatório Final Preliminar e Relatório Final
Síntese Gráfica	Junto com os Relatório Final Preliminar e Relatório Final

45 Os documentos a produzir pela avaliação deverão ter os seguintes objetivos e conteúdos:

- Um **Relatório Inicial**, que deverá cumprir o objetivo de aprofundar a informação constante da Proposta apresentada pela equipa de avaliação, designadamente a que respeita à metodologia a

implementar na avaliação e à forma como se dará resposta completa e fundamentada às QA. O Relatório Inicial deve respeitar a estrutura que se segue, com uma dimensão não superior a **50 páginas**, excluindo os anexos.

ESTRUTURA DO RELATÓRIO INICIAL

CAPA [Identificação do concurso (designação da avaliação), designação do relatório, da ... [entidade adjudicante] enquanto entidade adjudicante, da data (dia, mês e ano) de conclusão do relatório, da entidade cocontratante responsável pela realização da avaliação e da fonte de financiamento de acordo com o estipulado no **ponto 12 das Especificações Técnicas**]

CONTRACAPA [Identificação da composição da equipa de avaliação e respetivas responsabilidades; logótipos dos Programas envolvidos na avaliação]

SIGLAS E ACRÓNIMOS [Lista de siglas e acrónimos]

ÍNDICES [Identificação de índice geral e índice de quadros/figuras/gráficos]

INTRODUÇÃO [Exposição dos principais objetivos do relatório e da forma como está estruturado o documento]

ENQUADRAMENTO DA AVALIAÇÃO E DO SEU OBJETO (no máximo 4 páginas) [Apresentação sintética das intervenções objeto da avaliação, incluindo a lógica da intervenção – a sua Teoria da Programação – e o contexto de atuação; síntese analítica do estado de implementação das intervenções]

ÂMBITO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO [Delimitação do âmbito temático, geográfico e temporal da avaliação; apresentação dos objetivos da avaliação e relação destes com os Critérios e as Questões de Avaliação (QA)]

METODOLOGIA [Apresentação da metodologia de avaliação, concretizando as **abordagens** (Avaliação Baseada na Teoria (ABT) e/ou Avaliação Impacto Contrafactual (AIC)) e os **métodos** específicos a utilizar, por relação às QA-EOR e aos elementos da TdP relevantes; apresentação da **Matriz de avaliação** e da **Matriz de técnicas de recolha e tratamento de informação**, sistematizando a metodologia da avaliação e a sua forma de implementação, em moldes que demonstrem níveis adequados de triangulação, incluindo:

- i) A análise documental e de dados, respetivas fontes e formas de análise de conteúdo e tratamento e análise de dados;
- ii) Entrevistas (entidades/pessoas) a realizar e seus objetivos (exploratórios ou de aprofundamento), e respetivas formas de análise de conteúdo;
- iii) *Focus group* e/ou dos *workshops* a realizar e especificação de cada *focus group/workshop* – objetivo, tema, critérios de seleção e recrutamento de participantes, composição dos grupos, duração, as técnicas de dinamização e as ferramentas e produtos a utilizar para incentivar e orientar a participação ativa dos participantes;
- iv) Inquéritos a realizar, com a especificação dos grupos-alvo a inquirir e, quando aplicável, dos respetivos planos de amostragem, e procedimentos a implementar com vista à maximização das taxas de resposta e representatividade das respostas;
- v) Identificação preliminar dos estudos de caso e explicitação da natureza (exploratório, descritivo, explicativo/causal), desenho (caso único / casos múltiplos) e do propósito dos estudos por relação ao desenho metodológico global da avaliação e, quando aplicável, aos métodos específicos de ABT, explicitando unidades de análise e critérios de seleção dos casos e protocolos para a sua realização (incluindo estratégia de recolha de informação a desenvolver).

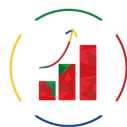
Os elementos descritivos da metodologia da avaliação devem corresponder à revisão e aprofundamento da metodologia apresentada em sede de proposta, de acordo com os requisitos das especificações técnicas e do Anexo II do Programa de Procedimento, e tendo em conta os aspetos que tenham sido discutidos na reunião de arranque dos trabalhos com a entidade adjudicante (e interações subsequentes), bem como o tratamento e análise da informação recolhida nesta fase dos trabalhos. Elementos de maior detalhe, relativos à operacionalização dos métodos e técnicas, podem ser remetidos para anexos/apêndices metodológicos]

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS [Incluindo: i) organização da equipa de avaliação e responsabilidades de cada um dos seus elementos; ii) cronograma dos trabalhos e dos produtos da avaliação (Diagrama de Gantt); iii) mecanismos de controlo de qualidade dos produtos e do processo da avaliação]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS [Lista de referências bibliográficas (incluindo legislativas, regulamentares e programáticas) e eletrónicas]

ANEXOS E/OU APÊNDICES [O(s) Anexo(s) e/ou Apêndice(s) deverão constituir volumes à parte do Relatório, incluindo:

- Índice dos Anexos e/ou Apêndices;
- Teoria da Programação detalhada, incluindo narrativa, sinalizando e justificando, quando aplicável, alterações introduzidas à versão disponibilizada nas Especificações Técnicas e/ou na assinatura do contrato;
- *[quando aplicável]* Teorias da Mudança ajustadas aos métodos;
- Tratamento e análise de dados de balanço da implementação das intervenções e de caracterização do contexto em que se desenvolve (ex. estatísticas descritivas dos dados existentes nos sistemas de informação do **PT2020/PT2030**, outras bases de dados disponibilizadas no âmbito da avaliação ou informação adicional recolhida pela equipa de avaliação);
- Listagem preliminar da documentação consultada/a consultar no âmbito da análise documental e revisão de literatura;
- Listagem dos principais dados utilizados/a utilizar;
- Guiões das entrevistas e, quando aplicável, sinopses das entrevistas já realizadas;
- Guiões dos *focus groups*;
- Instrumentos de notação dos inquéritos;



— Guiões dos estudos de caso.]

- Um **Relatório Intermédio**, que deverá sistematizar os trabalhos realizados até ao momento da entrega do relatório e, em função das evidências já recolhidas, produzir uma primeira resposta às QA, sinalizando as insuficiências e passos seguintes da avaliação. O Relatório Intermédio deverá respeitar a estrutura que se segue, com uma dimensão não superior a **75 páginas**, excluindo os anexos.
- Um **Relatório Final Preliminar**, que deverá sistematizar os trabalhos realizados, a informação recolhida e a análise efetuada, os resultados e as conclusões e recomendações decorrentes da resposta às questões de avaliação. O Relatório Final Preliminar deverá respeitar a estrutura que se segue, com uma dimensão não superior a **75 páginas**, excluindo os anexos.
- Um **Relatório Final**, entregue no prazo contratualmente estabelecido, que deverá sistematizar os trabalhos realizados, a informação recolhida e a análise efetuada, os resultados e as conclusões e recomendações decorrentes da resposta às questões de avaliação. Face ao Relatório Final Preliminar (RFP), o Relatório Final deve refletir a ponderação de elementos adicionais e/ou ajustamentos que decorram da apreciação do Relatório Final Preliminar (RFP) pelo Grupo de Acompanhamento e da eventual auscultação complementar dos demais *stakeholders* do Programa, designadamente sobre as conclusões e recomendações. O Relatório Final deverá respeitar a estrutura que se segue, e não ultrapassar as **75 páginas**, excluindo os anexos.

ESTRUTURA DO RELATÓRIO INTERMÉDIO, FINAL PRELIMINAR E FINAL

CAPA [Identificação do concurso (designação da avaliação), da designação do relatório, da ... [entidade adjudicante] enquanto entidade adjudicante, da data (dia, mês e ano) de conclusão do relatório, da entidade cocontratante responsável pela realização da avaliação e da fonte de financiamento de acordo com o estipulado no **ponto 12 das presentes Especificações Técnicas**].

CONTRACAPA [com a identificação da composição da equipa de avaliação e respetivas responsabilidades].

SIGLAS E ACRÓNIMOS [Lista de siglas e acrónimos]

RESUMO (no máximo meia página) [Síntese dos aspetos principais da avaliação, em versão bilingue português/inglês].

ÍNDICES [Identificação de índice geral e índice de quadros/figuras/gráficos].

INTRODUÇÃO (no máximo 1 página) [Exposição dos principais objetivos do relatório e da forma como está estruturado o documento].

OBJETO DA AVALIAÇÃO (no máximo 4 páginas) [Apresentação sintética das intervenções objeto da avaliação, incluindo a lógica da intervenção – a sua Teoria da Programação – e o contexto de atuação; síntese analítica do estado de implementação das intervenções].

ÂMBITO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO (no máximo 1 página) [Delimitação do âmbito temático, geográfico e temporal da avaliação; apresentação dos objetivos da avaliação e relação destes com os Critérios e as Questões de Avaliação (QA)].

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO (no máximo 4 páginas) [Síntese do desenho global metodológico prosseguido e justificação das opções tomadas, identificando: i) as abordagens (ABT e/ou AIC) e os **métodos** específicos adotados; ii) as técnicas de recolha, tratamento e análise de informação / as fontes de informação utilizadas, os seus principais objetivos e as suas principais características (número de entrevistas e entidades auscultadas; inquéritos realizados e número de unidades inquiridas, taxas de resposta aos inquéritos, intervalos de confiança e margens de erro obtidos e testes estatísticos aplicáveis, para efeito de validade estatística e representatividade dos resultados; número de *focus groups* realizados, respetivos temas e tipificação/número de participantes; número, critérios de seleção e natureza dos estudos de caso realizados); iii) a lógica de triangulação de informação empregada; iv) análise crítica das limitações da metodologia desenvolvida na avaliação e das suas implicações na leitura dos resultados da avaliação]

[No **Relatório Intermédio**, esta síntese deve identificar claramente as etapas já realizadas e as componentes da metodologia que ainda serão desenvolvidas, apresentando o Diagrama de Gantt com o mapeamento das tarefas até ao final do estudo]

RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO (no máximo 50 páginas) [Apresentação da síntese conclusiva (caixa com dimensão máxima de meia página) e do desenvolvimento da resposta a cada Questão de Avaliação (QA). Para cada QA devem ser apresentados os resultados da recolha, tratamento e análise de informação utilizados para produzir as evidências necessárias à elaboração da resposta, cobrindo (e sinalizando o grau de cobertura, quando não for completo) os elementos obrigatórios de resposta identificados nas Especificações Técnicas. Estes elementos devem ser apresentados de forma compreensiva, concisa e analítica (evitando análises meramente descritivas), utilizando elementos gráficos. As limitações da análise e/ou necessidades de desenvolvimento adicional da análise devem ser claramente explicitadas. As respostas devem estar ancoradas nos elementos relevantes da TdP].

[No **Relatório Intermédio**, as limitações da análise e/ou necessidades de desenvolvimento adicional da análise devem ser claramente indicadas e remetidas para a etapa seguinte da avaliação]

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO (no máximo 15 páginas) [Quadro de conclusões e de recomendações, identificando os destinatários de cada recomendação e a identificação das ações concretas tendo em vista a sua concretização. As conclusões devem ser numeradas, assim como as recomendações, para melhor indexação entre ambas]

[No Relatório Intermédio as conclusões e recomendações são preliminares]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS [Com a lista de referências bibliográficas e eletrónicas].

ANEXO(S) E/OU APÊNDICE(S) [O(s) Anexo(s) e/ou Apêndice(s) deverão constituir volumes à parte do Relatório, incluindo:

- Índice dos Anexos e/ou Apêndices;
- Teoria da Programação detalhada, incluindo narrativa; a TdP dever ser codificada de acordo com validação empírica obtida em face dos resultados da avaliação;
- *[quando aplicável]* Teorias da Mudança ajustadas aos métodos;
- Listagem da documentação consultada no âmbito da análise documental e revisão de literatura;
- Listagem de entidades efetivamente auscultadas (identificando também, quando adequado, os interlocutores – cargo/nome – envolvidos) no âmbito das diferentes técnicas (entrevistas, *focus group*) e dos grupos-alvo inquiridos;
- Tratamento de informação e dados recolhidos através das técnicas de recolha e tratamento de informação (entrevistas, inquéritos, *focus group*, sistemas de informação do PT2020/PT2030, fontes estatísticas, entre outras) implementadas até ao momento de entrega do relatório: tabulações completas (com valores do N e percentagens das respostas) e tratamento estatístico (descritivo) dos inquéritos; tratamento estatístico de outros dados quantitativos recolhidos, com referência às fontes; sinopses das entrevistas, evidenciando a utilização adequada de técnicas de codificação e análise de conteúdos; descrição detalhada da implementação (modo de dinamização, e outputs finais dos *focus group* (sínteses analíticas, evidenciando o recurso a técnicas específicas de análise e de codificação de conteúdos adequadas à informação recolhida);
- Fichas-Síntese dos estudos de caso, evidenciando o cumprimento dos guiões previamente definidos, designadamente no que respeita à aplicação das diferentes técnicas de recolha e tratamento de informação previstas;
- Versões finais da **Matriz de avaliação** e da **Matriz de técnicas de recolha e tratamento de informação**;
- Outra informação considerada relevante pela equipa de avaliação, incluindo anexos ou apêndices específicos com a descrição e resultados mais detalhados da aplicação dos métodos específicos de ACI e/ou de ABT adotados.]

- Duas **Sínteses de Progresso**, com uma dimensão não superior a **5 páginas**, com estrutura a definir pela equipa de avaliações, que deverá respeitar os seguintes requisitos:
 - i. **1ª Síntese de Progresso** – com descrição sintética dos trabalhos realizados até à data de entrega, resultados preliminares da aplicação do quadro metodológico definido no Relatório Inicial e reporte de eventuais dificuldades e/ou constrangimentos encontrados e correspondentes estratégias de superação e/ou mitigação.
 - ii. **2ª Síntese de Progresso** – com descrição sintética dos trabalhos realizados até à data de entrega, resultados preliminares da aplicação do quadro metodológico e o seu reflexo em termos de produção da resposta às Questões de Avaliação, identificando limitações não antecipadas da análise e/ou necessidades de desenvolvimento adicional da mesma.
- Um **Sumário Executivo**, com uma dimensão não superior a **5 páginas**, que deverá respeitar os seguintes requisitos:
 - ser um documento autónomo do Relatório Final Preliminar (apenas a versão em português) e do Relatório Final, devendo a sua versão final ser produzida em formato bilingue (português/inglês).
 - refletir, de forma sintética, as principais temáticas desenvolvidas na avaliação, redigido de forma apelativa à divulgação por um público mais vasto, não se limitando assim a reproduzir o conteúdo dos relatórios.
 - a estrutura do Sumário Executivo deve incluir: capa [Identificação do concurso (designação da avaliação), da designação do relatório, da XXXX, da data (dia, mês e ano) de conclusão do relatório, da entidade contratante responsável pela avaliação e da fonte de financiamento de acordo com o estipulado no **ponto 12 das presentes Especificações Técnicas**] e contracapa [com a identificação da composição da equipa de avaliação e respetivas responsabilidades]; objeto, âmbito e objetivos da avaliação; metodologia

prosseguida; principais conclusões de resposta às questões de avaliação; recomendações da avaliação.

- Uma **Síntese Gráfica** para divulgação generalizada, com uma dimensão não superior a **2 páginas**, que deverá ser um documento autónomo do Relatório Final Preliminar e do Relatório Final. Deverá sintetizar as principais conclusões da avaliação com recurso a uma linguagem não técnica e a elementos gráficos e imagens, de leitura fácil e apelativa, para divulgação dos principais resultados junto do grande público. A estrutura será definida pela equipa de avaliação tendo em conta os destinatários deste produto de comunicação.

46 A disponibilização dos Relatórios e do Sumário Executivo será efetuada em suporte eletrónico¹, tanto em formato *PDF* como em versão de processador de texto e, quando aplicável, de folha de cálculo, possibilitando a sua utilização posterior pela entidade adjudicante.

47 A Síntese Gráfica pode assumir vários formatos, devendo possibilitar a sua divulgação em *websites*.

48 Os produtos apresentados pelo adjudicatário serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sendo que o Sumário Executivo, o Resumo e a Síntese Gráfica serão também redigidos em língua inglesa.

49 A par dos produtos explicitados em cima, devem igualmente ser entregues todos os subprodutos produzidos no âmbito do desenvolvimento do estudo, nomeadamente bases de dados recebidas das entidades produtoras de dados (originais e bases finais, após o trabalho do avaliador).

50 Os parágrafos dos relatórios deverão ser numerados.

8. REQUISITOS DE QUALIDADE DOS PRODUTOS

Conteúdos recomendados neste ponto:

- *Identificação genérica dos requisitos e critérios de qualidade a observar em cada Relatório*

As grelhas apresentadas nas especificações técnicas servem o propósito de sinalizar, junto dos concorrentes, os principais aspetos que serão submetidos a apreciação para efeito de aferição da qualidade dos relatórios e respetiva aceitação pela entidade adjudicante.



A AD&C disponibilizará modelos de análise específica de cada tipo de Relatório, seguindo, de forma mais detalhada, as secções incluídas nas grelhas abaixo apresentadas.

Proposta de texto:

51 Para efeitos do acompanhamento dos trabalhos da avaliação, os produtos da avaliação, em particular os relatórios de avaliação, serão apreciados tendo por referência os seguintes elementos, baseados nos critérios de controlo de qualidade contemplados no *EVALSED: The resource for the evaluation of Socio-Economic Development*, de setembro de 2013.

¹ Os formatos eletrónicos acima referidos devem ser compatíveis com os aplicativos de *software* comumente utilizados, designadamente o Adobe Acrobat Reader e os aplicativos do Microsoft Office.

Relatório Inicial

Critérios e questões de aferição da qualidade do relatório	Resposta às questões de aferição da qualidade dos produtos da avaliação	
	Apreciação*	Comentários
Objeto da avaliação e seu contexto. Âmbito e objetivos da avaliação: Apresenta de forma clara e precisa os elementos essenciais à compreensão do objeto da avaliação e do seu contexto de implementação, bem como do âmbito programático, geográfico e temporal e dos objetivos da avaliação.		
Conceção metodológica: Apresenta a metodologia de forma objetiva, fundamentada e adequada ao objeto da avaliação, aos objetivos da avaliação e à estratégia de resposta às Questões de Avaliação (QA). A metodologia proposta é capaz de fornecer respostas válidas e relevantes às QA, é viável e credível, respeitando as convenções e melhores práticas na aplicação das técnicas de recolha, tratamento e análise de informação, incluindo o respeito pelo princípio da triangulação e um nível adequado envolvimento dos <i>stakeholders</i> . São reconhecidas as limitações de validade dos resultados da avaliação que decorrem da metodologia a aplicar.		
Organização do trabalho: A organização da equipa e dos trabalhos é apresentada de forma detalhada, incluindo a planificação das tarefas a desenvolver e o respetivo cronograma, as responsabilidades dos membros da equipa e os mecanismos de controlo de qualidade. Esta organização é coerente e exequível dados os recursos e prazo da avaliação.		
Clareza e concisão da redação: Apresenta os conteúdos redigidos de forma clara, bem estruturada e lógica. A redação é auxiliada pelo uso de tabelas, quadros e gráficos de fácil leitura e entendimento; o uso de conceitos e linguagem técnica é parcimonioso, sem prejuízo do rigor necessário e da explicitação dos mesmos.		

Nota (*): a apreciação terá a seguinte sinalética:  Corresponde ao Cadernos de Encargos  A melhorar

Relatório Intermédio, Relatório Final Preliminar e Relatório Final

Critérios e questões de aferição da qualidade do relatório	Resposta às questões de aferição da qualidade dos produtos da avaliação	
	Apreciação*	Comentários
Objeto da avaliação e seu contexto. Âmbito e objetivos da avaliação: Apresenta de forma clara e precisa os elementos essenciais à compreensão do objeto da avaliação e do seu contexto de implementação, bem como do âmbito programático, geográfico e temporal e dos objetivos da avaliação.		
Conceção e implementação metodológica: Descreve o quadro metodológico prosseguido na avaliação, concluindo sobre a sua adequação para produzir as evidências necessárias à resposta às Questões de Avaliação (QA). Apresenta as eventuais dificuldades sentidas e as estratégias de superação das mesmas, refletindo também sobre as limitações que decorrem da metodologia aplicada. A implementação das técnicas de recolha, tratamento e análise de informação é robusta, seguindo as convenções e melhores práticas aplicáveis, e a informação primária e secundária e as respetivas fontes são credíveis e adequadas à resposta às questões de avaliação, atestando a fiabilidade e validade dos dados e das evidências produzidas.		
Resposta às Questões de Avaliação (QA): As respostas às QA apresentam-se lógicas, fundamentadas, credíveis e suportadas em evidências que decorrem da análise de dados resultante da utilização adequada da metodologia implementada.		
Conclusões e recomendações: As conclusões são claras e fundamentadas, isentas de considerações pessoais e correspondem a juízos de valor exclusivamente suportados pelas evidências produzidas na resposta às questões de avaliação. As recomendações estão suportadas nas conclusões, são explícitas, coerentes, concretas (descritas de forma clara e objetiva) e operacionalizáveis (incluindo a identificação dos seus destinatários e dos requisitos para que possam ser implementadas).		
Clareza e concisão da redação: Apresenta os conteúdos redigidos de forma clara, bem estruturada e lógica. A redação é auxiliada pelo uso de tabelas, quadro e gráficos de fácil leitura e entendimento; o uso de conceitos e linguagem técnica é parcimonioso, sem prejuízo do rigor necessário e da explicitação dos mesmos.		

Nota (*): a apreciação terá a seguinte sinalética:  Corresponde ao Cadernos de Encargos  A melhorar

52 Serão também objeto de verificação os requisitos formais apresentados nos pontos 7 e 12 das presentes Especificações Técnicas.

53 A apreciação dos critérios de qualidade deverá constar do parecer do Grupo de Acompanhamento, mostrando a conformidade do serviço prestado pelo adjudicatário com os termos de referência da avaliação. *(quando se preveja a utilização explícita de modelos mais detalhados de verificação e apreciação, ex. check-lists a disponibilizar pela AD&C, acrescentar frase seguinte)* Este parecer terá um formato preestabelecido que inclui,

de forma mais detalhada, os critérios apresentados nas tabelas anteriores, e será disponibilizado até cinco dias após o início da vigência do contrato.

9. COMPOSIÇÃO DA EQUIPA DE AVALIAÇÃO

Conteúdos recomendados neste ponto:

– Identificação dos perfis a preencher pela equipa de avaliação

Recomenda-se a especificação de perfis em número e termos que sejam ajustados aos requisitos metodológicos definidos e/ou esperados como necessários à boa execução da avaliação.

⚠ *Essa especificação de perfis obrigatórios, que deve equilibrar ambição e realismo, visa incentivar os concorrentes a compor equipas de avaliação com as competências necessárias ao desenvolvimento de avaliações com maior sofisticação metodológica.*

⚠ *A descrição dos elementos a apresentar na Proposta para evidenciar o preenchimento destes perfis deve ser feita no Programa de Procedimento.*

– Na proposta de redação abaixo apresentada enunciam-se diferentes perfis, para ponderação de acordo com a especificidades de cada avaliação. Recomendam-se como perfis obrigatórios os associados à coordenação, à implementação de métodos e/ou técnicas específicas (pelo menos aquele/as que se perspetivem mais crítico/as e/ou que requeiram maior grau de especialização técnica), e ao conhecimento mais aprofundado da temática central da avaliação.

Proposta de texto:

54 Os requisitos adiante definidos dizem respeito à composição mínima obrigatória da equipa, a apresentar com a Proposta, responsável realização da avaliação.

55 A composição da equipa responsável pela elaboração do estudo tem necessariamente de assegurar, pelo menos, os seguintes perfis, sob pena de exclusão:

Perfil A: 1 (um) Coordenador

56 Com experiência de coordenação de estudos (*) sobre políticas públicas/programas públicos.

(quando aplicável) Perfil B: 1 (um) Especialista nos métodos de Avaliação de Impacto previstos na proposta

57 Com experiência de aplicação dos métodos de Avaliação de Impacto previstos na proposta, tendo sido responsável pelo desenho e implementação desses métodos. *(subdividir este perfil quando aplicável e se assim se entender)*

Perfil C: 1 (uns) Especialista em Inquéritos

58 Com experiência de realização de Inquéritos, tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica.

Perfil D: 1 (um) Especialista em Focus Groups

59 Com experiência de realização de Focus Group, tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica.

Perfil E: 1 (um) Especialista em Estudos de Caso

60 Com experiência de realização de Estudos de Caso, tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica.

Perfil F: 1 (um) Especialista temático

61 Com experiência de realização de estudos (*) sobre temas objeto da presente avaliação ou experiência em atividades profissionais diretamente relacionadas com esses temas.

(*) Estudos de avaliação ou artigos académicos ou outros estudos e trabalhos de natureza similar

62 Cada elemento da equipa proposta não pode ser associado a mais do que dois perfis.

63 A experiência de cada elemento da equipa será comprovada pelo número de estudos realizados que atestem os requisitos acima definidos para cada perfil ou, quando aplicável, a duração do exercício de atividades profissionais diretamente relacionadas com os temas objeto da presente avaliação.

64 Os elementos da equipa a afetar à execução do contrato devem ter realizado, no mínimo, um estudo que ateste os requisitos acima definidos, sendo apenas considerados os estudos realizados e concluídos, no máximo, nos últimos 10 anos, e quando aplicável, deverão ter no mínimo um mês de experiência em atividades profissionais diretamente relacionadas com os temas objeto da presente avaliação, desempenhadas num período compreendido nos últimos 10 anos.

10. MECANISMOS DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

Conteúdos recomendados neste ponto:

— *Especificação do mecanismos e intervenientes no acompanhamento da avaliação, na apreciação e na aceitação dos produtos da avaliação*

Proposta de texto:

65 Para o acompanhamento dos trabalhos do estudo será constituído um Grupo de Acompanhamento (GA), com a seguinte composição:

- a) Autoridade de Gestão do Programa _____ (que coordena o GA),
- b) Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.;
- c) Organismos Intermédios *[especificar]*;
- d) Outras Agências Públicas com responsabilidades nas áreas setoriais abrangidas pela avaliação *[especificar]*
- e) ...;
- f) Conselho Económico e Social (CES).

66 O Grupo de Acompanhamento terá como funções:

- Analisar e emitir parecer sobre os produtos de avaliação, para efeito de controlo de qualidade dos relatórios e da medida em que a avaliação está a corresponder aos requisitos e objetivos estabelecidos;
- Apoiar a equipa de avaliação na identificação e/ou facilitação do acesso aos interlocutores relevantes e acesso a dados e informação por estes detida.

67 A Autoridade de Gestão do Programa _____, enquanto entidade adjudicante, assume as seguintes funções:

- Coordenar o Grupo de Acompanhamento;
- Realizar pontos de situação periódicos com a equipa de avaliação, incluindo a promoção de reuniões de trabalho, com vista ao acompanhamento da avaliação;
- Identificar eventuais desvios entre a Proposta de avaliação e a sua implementação, promovendo junto da equipa de avaliação a definição de medidas corretivas;
- Aceitar os produtos da avaliação.

11. INFORMAÇÃO DISPONÍVEL

Conteúdos recomendados neste ponto:

– *Deve ser indicada toda a informação disponível ou passível de ser disponibilizada à equipa de avaliação no arranque dos trabalhos.*

! *O objetivo deste ponto é deixar claro qual a informação existente nos sistemas de informação do Programa/Portugal 2020/2030, ou em outras fontes, que possa ser disponibilizada à equipa no arranque da avaliação, tornando claro que todos os demais dados e/ou informação que seja necessária à resposta às QA deverão ser recolhidos e tratados pela equipa de avaliação, recorrendo às metodologias mais adequadas ao tipo e volume de dados/informação necessária, a apresentar na proposta técnica.*

! *Sempre que adequado aos objetivos e objeto da avaliação, **deverão ser identificadas as bases de dados administrativas** que possam ser úteis e utilizáveis na avaliação, e **desenvolvidos atempadamente os mecanismos necessários ao acesso/disponibilização** para efeito da avaliação em causa.*

– *As Especificações Técnicas devem já incluir um conjunto de informação que permita um conhecimento mais detalhado do Programa e do seu estado de implementação.*

– *Recomenda-se a inclusão do link para toda a informação que se encontre publicada.*

– *Apresentam-se, abaixo, uma estrutura indicativa (não exaustiva), em modo “menu”, para que possa ser adotada e completada em função da sua relevância para a avaliação em causa.*

Proposta de texto:

68 Para a realização da avaliação podem ser consultados ou serão disponibilizados, quando não se encontrem publicados, até cinco dias úteis após o início da vigência do contrato, entre outros elementos que venham a estar disponíveis ou que a equipa de avaliação entenda consultar, os seguintes:

a) Documentação relativa ao Portugal 2020/2030 e aos Programas financiadores das intervenções objeto da avaliação:

- a1) [Acordo de Parceria Portugal 2020 / Acordo de Parceria do Portugal 2030](#) [PT2020] [PT2030]
- a2) Programas financiadores das intervenções objeto da avaliação *[incluir link]*
- a3) [Avisos de abertura a candidaturas do Portugal 2020](#) [PT2020]
- a4) [Avisos de abertura a candidaturas do Portugal 2030](#) [PT2030]
- a5) [Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia – Portugal 2020](#) [PT2020]

- a6) [Boletim Mensal dos Fundos da União Europeia – Portugal 2030](#) [PT2030]
- a7) Teoria da Programação das intervenções objeto da avaliação [versão mais detalhada, incluindo Mecanismos/Pressupostos/Riscos, editável *[quando especificações técnicas apenas incluem versão simplificada da TdP]* / versão, editável, com narrativa *[quando especificações técnicas já incluem versão completa da TdP]*, a disponibilizar até cinco dias após o início da vigência do contrato]

b) Legislação nacional e outros documentos de enquadramento da atuação do Portugal 2020/2030:

- b1) [Decreto-Lei n.º 137/2014 - D.R. n.º 276/2014, Série I de 2014-09-12](#) – Modelo de Governação do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais 2014-2020. [PT2020]
- b2) [Decreto-Lei n.º 159/2014 - D.R. n.º 207/2014, Série I de 2014-10-27](#) – Estabelece as regras gerais de aplicação dos Programas Operacionais e dos Programas de Desenvolvimento Rural financiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, para o período de programação 2014-2020. [PT2020]
- b3) [Portaria n.º 57-A/2015](#) – Regulamento Específico do domínio Competitividade e Internacionalização [PT2020]
- b4) [Portaria nº 60-C/2015, de 2 de março](#) – Regulamento Específico do domínio Capital Humano [PT2020]
- b5) [Portaria nº 97-A/2015](#) – Regulamento Específico do domínio Inclusão Social e Emprego [PT2020]
- b6) [Portaria n.º 57-B/2015](#) – Regulamento Específico do domínio Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos [PT2020]
- b7) [Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro](#), que Estabelece os princípios orientadores e a estrutura operacional do período de programação de fundos europeus da Política de Coesão relativo a 2021 -2027 [PT2030]
- b8) [Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2020, de 13 de novembro](#), que aprova a Estratégia Portugal 2030 [PT2030]
- b9) [Decreto-Lei n.º 5/2023 de 25 de janeiro](#), que define o modelo de governação dos fundos europeus para o período de programação 2021-2027) [PT2030]
- b10) [Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março](#), que estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030 e do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração para o período de programação de 2021-2027. [PT2030]
- b11) [Portaria n.º 325/2023, de 30 de outubro](#) – Regulamento Específico da Área Temática Demografia, Qualificações e Inclusão
- b12) [Portaria n.º 103-A/2023, de 12 de abril](#) – Regulamento Específico da Área Temática Inovação e Transição Digital, no âmbito dos Sistemas de Incentivos do Portugal 2030
- b13) [Portaria n.º 125/2024/1, de 1 de abril](#) – Regulamento Específico da Área Temática Ação Climática e Sustentabilidade
- b14) Planos, Estratégias e documentos de enquadramento legal e estratégico das intervenções apoiadas pelo Programa *[especificar documentos aplicáveis e incluir links]...* [PT2020] [PT2030]



c) Regulamentos europeus referentes ao período de programação do Portugal 2020/2030:

- c1) [Regulamento \(UE\) n.º 1303/2013 Geral dos Fundos Estruturais e de Investimento do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013](#) (disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas). [PT2020]
- c2) [Regulamento \(UE\) n.º 1301/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013](#) (relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) [PT2020]
- c3) [Regulamento \(UE\) n.º 1300/2013 o Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013](#) (relativo ao Fundo de Coesão) [PT2020]
- c4) [Regulamento \(UE\) n.º 1304/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013](#) (relativo ao Fundo Social Europeu) [PT2020]
- c5) [Regulamento \(UE\) 2021/1060, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho](#) (regulamento das disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu Mais, ao Fundo de Coesão, ao Fundo para uma Transição Justa e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura e regras financeiras aplicáveis a esses fundos e ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, ao Fundo para a Segurança Interna e ao Instrumento de Apoio Financeiro à Gestão das Fronteiras e à Política de Vistos). [PT2030]
- c6) [Regulamento \(UE\) 2021/1058, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho](#) (relativo ao [Fundo](#) Europeu de Desenvolvimento Regional e ao Fundo de Coesão). [PT2030]
- c7) [Regulamento \(UE\) 2021/1057, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho](#) (que cria o Fundo Social Europeu Mais (FSE+)). [PT2030]
- c8) [Regulamento \(UE\) 2021/1056, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho](#) (que cria o Fundo para uma Transição Justa). [PT2030]

d) Avaliações do Portugal 2020/2030 e outros estudos:

- d1) [Avaliações realizadas no âmbito do Plano Global de Avaliação do Portugal 2020](#), com destaque para:
 - *Avaliação ... (inserir ano de conclusão e Programas abrangidos)*
 - *Avaliação ... (inserir ano de conclusão e Programas abrangidos)*
- d2) [Avaliações realizadas no âmbito do Plano Global de Avaliação do Portugal 2030](#), com destaque para:
 - *Avaliação ... (inserir data de conclusão e Programas abrangidos)*
 - *Avaliação ... (inserir data de conclusão e Programas abrangidos)*
- d3) [Estudo Avaliabilidade de Políticas de Investigação e Inovação cofinanciadas pelos Fundos Europeus \(2024\)](#)
- d4) [Estudo Avaliabilidade de Políticas de Educação e Inovação cofinanciadas pelos Fundos Europeus \(2024\)](#)
- d5) [Estudo Avaliabilidade de Políticas de Ação Climática cofinanciadas pelos Fundos Europeus \(2023\)](#)
- d6) [Estudo Avaliabilidade de Políticas de Emprego cofinanciadas pelos Fundos Europeus \(2024\)](#)

d7) [Avaliações realizadas no QREN \(2007-2013\)](#)

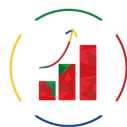
e) Documentos de orientação e referenciais metodológicos sobre avaliação:

- e1) Comissão Europeia (2021), [Performance, monitoring and evaluation of the European Regional Development Fund, the Cohesion Fund and the Just Transition Fund in 2021-2027](#), SWD(2021) 198 final, 8.7.2021.
- e2) Comissão Europeia (2023), [Better Regulation "Toolbox"](#).
- e3) OCDE (2019), [Better Criteria for Better Evaluation Revised Evaluation Criteria Definitions and Principles for Use](#)
- e4) Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana (2014), [Guidance Document on Monitoring and Evaluation – European Cohesion Fund European Regional Development Fund – Concepts and Recommendations](#). (Revision 2018)
- e5) Comissão Europeia (2013), [EVALSED: The resource for the evaluation of Socio-Economic Development – Evaluation guide](#), September
- e6) Comissão Europeia (2013), [EVALSED Sourcebook: Method and Technics](#), September
- e7) AD&C (2024), [Da teoria à prática da avaliação de políticas públicas: Estudos de Caso](#)
- e8) AD&C (2024), [Da teoria à prática da avaliação de políticas públicas: Focus Group vs. Workshops](#)
- e9) AD&C (2024), [Da teoria à prática da avaliação de políticas públicas: Recomendações](#)
- e10) AD&C (2025), [Da Teoria à Prática da Avaliação de Políticas Públicas: A aplicação das Teorias da Mudança nos Fundos Europeus](#)
- e11) [Estudos de desenvolvimento metodológico no âmbito do PO AT PT2020](#)
- e12) Para referências bibliográficas sobre ... *[especificar métodos de ABT]*, consultar site [AD&C](#)

f) Informação recolhida nos Sistemas de Informação do Portugal 2020/2030 e dos Programas financiadores das intervenções objeto de avaliação, e outras bases de dados a disponibilizar até cinco dias após início da vigência do Contrato:

f1) Sistemas de Informação do Portugal 2020/2030

[A tabela abaixo apresentada tem por base um exemplo de uma avaliação de impacto ex post PT2020, devendo por isso ser ajustada/completada face às necessidades concretas de cada avaliação e ao tipo/campos de dados que estejam disponíveis no sistemas do PT2030]



Informação sintetizada nas Especificações Técnicas	Informação a disponibilizar no arranque dos trabalhos, após assinatura do contrato
<p>Quadros síntese com resumo da implementação das intervenções objeto da avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none">– Nº de Avisos, por Tipologia de Operação e Programa– Nº total de candidaturas, por Tipologia de Operação e Programa– Nº operações aprovadas (e Apoio Total Aprovado (Fundo) e Apoio Total Executado), por Tipologia de Operação e Programa– Nº de beneficiários, por Tipologia de Operação, Programa e Aviso– Calendário de conclusão das operações aprovadas, por Tipologia de Operação	<p>Lista de candidaturas / operações PT2020, com os seguintes identificadores e elementos principais:</p> <ul style="list-style-type: none">– Programa financiador– Código e designação da operação– Código e designação do Aviso– Tipologia de Operação– Estado operação (não admitida, ...),– Identificação do beneficiário principal (designação, NIF, contacto)– CAE da operação– Datas (submissão candidatura, estado da operação, início/fim previsto, data efetiva realização da operação / data efetiva de conclusão)– Localização da operação (NUTS II dominante, NUTS III dominante, Concelho dominante)– CT apresentado– CT/CTE/Fundo aprovado (em vigor)– CT/Fundo executado– Fundo pago <p>Lista de operações QREN</p>
<p>Quadros síntese dos Indicadores dos Programas:</p> <ul style="list-style-type: none">– Indicadores de realização e de resultado inscritos nos Programas (designação, metas e valores executados)– Indicadores contratualizados ao nível das operações (designação)	<p>Metas e valores de executados dos indicadores de Programa (31dez2022):</p> <ul style="list-style-type: none">– Indicadores de Realização, por Programa– Indicadores de Resultado, por Programa <p>Listagem de Indicadores associados às operações:</p> <ul style="list-style-type: none">– Indicadores de contratualização, com respetivas metas (decisão de aprovação) e valores executados (encerramento), por operação
	<p>Lista de Avisos publicados, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none">– Código do Aviso– Designação do Aviso– Data de abertura e data de encerramento para submissão de candidaturas (inicial e revista, quando aplicável)– Natureza do Aviso (Convite/Concurso/...)– Dotação do Aviso (inicial e revista, quando aplicável)– Tipologia de Operação– Abrangência territorial– <i>Link</i> para Avisos no Balcão/site PT2020
	<p>Listagem de beneficiários:</p> <ul style="list-style-type: none">– Beneficiário principal /promotor (NIF/designação/contacto), por operação– Outros beneficiários / copromotores (NIF/designação/contacto), por operação (projetos conjuntos, SIAC)
	<p>Fluxos de decisão e processo de seleção das operações:</p> <ul style="list-style-type: none">– data candidatura (<i>lista de operações</i>)– data de decisão de aprovação (<i>lista de operações</i>)– data de Contrato (<i>lista de operações</i>)– Grelhas de análise de elegibilidade/admissibilidade, por candidatura (com tipificação de motivos de não elegibilidade / não admissibilidade de promotores e candidaturas)– Grelhas de classificação de mérito das candidaturas (classificação final e classificação em cada critério/subcritério de seleção), por candidatura
	<p>Execução das operações:</p> <ul style="list-style-type: none">– Cronograma de execução do investimento, por operação– Lista de despesas (tipificação/classificação e montantes executados), por operação
	<p>Elementos de descrição das candidaturas/operações:</p> <ul style="list-style-type: none">– Memórias descritivas das candidaturas e operações aprovadas (<i>se possível na forma de campos de texto estruturados; em pdf ou acesso de consulta nos Sistemas de informação</i>)– Relatórios de encerramento / Pedidos de saldo final das operações (<i>se possível na forma de campos de texto estruturados; em pdf ou acesso de consulta nos Sistemas de informação</i>)

f2) (quando aplicável) (ver nota introdutória deste ponto) Bases de dados a disponibilizar através do SafeCenter da/o ... [Entidade detentora dos dados]:

- ... [designação e caracterização sintética da base de dados]
- ... [designação e caracterização sintética da base de dados]

12. MEDIDAS DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

Proposta de texto:

69 No cumprimento das disposições legais europeias e nacionais, todos os produtos a entregar no âmbito do Contrato devem obedecer às regras de informação e publicitação do cofinanciamento dos fundos europeus do Portugal 2030.

70 O fundo europeu financiador desta aquisição de serviços é o _____. [FEDER / FSE+ / Fundo de Coesão]

71 As regras de informação e publicitação do cofinanciamento cumprem-se com a colocação em todos os produtos referidos no ponto 7 das presentes Especificações Técnicas, bem como todos os outros produtos objeto do Contrato e ações de comunicação e reuniões/eventos realizados no decorrer do Contrato (apresentações PowerPoint, brochuras, posters, vídeos e outro qualquer produto físico ou digital), da barra de logótipos e de informação do cofinanciamento, conforme apresentada em seguida.

(a título de exemplo:)

Cofinanciado por:



Cofinanciado pela
União Europeia

72 Nos Relatórios a produzir no âmbito da avaliação, devem ainda ser incluída uma barra de logótipos relativa aos seguintes Programas envolvidos:

(a título de exemplo:)



ANEXO I. TEORIA DA PROGRAMAÇÃO

- *Recomenda-se que as Especificações Técnicas incluam, como Anexo, uma (primeira) representação esquemática da **Teoria da Programação** da intervenção objeto da avaliação e, preferencialmente, o enunciado dos mecanismos, pressupostos e riscos (mapeados na representação gráfica).*
- *A disponibilização da TdP com as especificações técnicas permite:*
 - ✓ *Explicitar com maior detalhe o processo esperado de produção de resultados das intervenções, descrevendo esquematicamente os problemas a que a intervenção dos fundos visa dar resposta, as atividades a desenvolver pela e com o apoio da intervenção e as relações causais entre a intervenção e os seus resultados e impactos esperados, incluindo os mecanismos subjacentes a essas relações causais, os principais pressupostos em que assentam e os riscos que as podem comprometer.*
 - ✓ *Orientar a interpretação das Questões de Avaliação (QA), incluindo, sempre que necessário, a referência explícita dos elementos da TdP sobre os quais as QA deverão incidir.*
 - ✓ *Informar, juntamente com o enunciado das QA e EOR, a estratégia de pesquisa e resposta a apresentar pelo concorrente, incluindo a identificação dos métodos de avaliação e das técnicas de recolha e tratamento de informação mais adequados.*

ANEXO II. ACORDO DE SUBCONTRATAÇÃO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Considerando que:

- A. O Cocontratante procederá ao tratamento de dados pessoais para a prestação do serviço de acordo com as especificações definidas no contrato;
- B. O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, que aprova o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), impõe um conjunto de obrigações na relação entre Responsáveis pelo Tratamento e Subcontratantes, no que respeita ao tratamento de dados pessoais;
- C. A **XXXX**, na qualidade Responsável pelo Tratamento, tem a obrigação de celebrar um acordo de subcontratação de tratamento de dados com os seus Subcontratantes, para garantir o cumprimento das regras relativas à recolha e tratamento de dados pessoais, segurança e privacidade de dados, de acordo com o artigo 28.º do RGPD;
- D. Pelo presente Acordo de Subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais (Acordo) são estabelecidas as obrigações e deveres das Partes, para garantia de cumprimento do disposto no Considerando anterior.

É reciprocamente aceite o presente Acordo, que se rege pelos Considerandos anteriores, pelas cláusulas seguintes e, no que for omissivo, pela legislação nacional e europeia aplicável em matéria de proteção de dados pessoais:

Cláusula 1.ª

Objeto, finalidade e natureza do tratamento

1. O tratamento dos dados pessoais pelo Cocontratante destina-se exclusivamente à realização de um estudo tendente à “Avaliação de Fundos Europeus: _____”, inserido no contexto das funções de avaliação que a **XXXX** assegura no âmbito do modelo de governação dos Fundos Europeus, tendo como objetivo global identificar o contributo dos Fundos Europeus do Portugal 2020 para a mitigação dos obstáculos no acesso de grupos desfavorecidos ao trabalho e ao rendimento da atividade económica, e para a promoção da igualdade de oportunidades em contexto laboral, bem como identificar as repercussões dessa integração nas entidades empregadoras e dos negócios criados na resposta às necessidades dos territórios.
2. O tratamento de dados pessoais decorre do acesso a dados associados a intervenções cofinanciadas pelo **Portugal 2020** e pela componente “_____” do PRR (identificadas nas especificações técnicas) *[texto apenas ilustrativo, especificar de acordo com objeto da avaliação]*, bem como da recolha e

organização dos dados no âmbito das técnicas de recolha de informação identificadas nas especificações técnicas, designadamente *através de entrevistas, inquéritos por questionário, focus groups e estudos de caso [texto apenas ilustrativo, especificar de acordo com a metodologia prevista]*.

Cláusula 2.ª

Tipo de dados pessoais e categorias dos titulares dos dados

[Ajustar a especificação do tipo de dados pessoais recolhidos, quando aplicável]

1. São objeto de tratamento, para efeitos do contrato, os dados pessoais de candidatos, de beneficiários, de responsáveis de entidades envolvidas no processo de concessão dos apoios, bem como de *participantes, de formandos e de destinatários* dos apoios financiados por fundos europeus.
2. O tratamento de dados pessoais abrange, designadamente, *dados de identificação (nome, número de identificação civil), dados de contacto (morada, e-mail, telefone), dados sobre condições de vida (p.e. condições conforto e acesso a bens, habitação, habitabilidade e mobilidade residencial), dados da vida escolar e profissional (situação e percurso), dados de rendimentos de trabalho ou de outras proveniências (autoprodução de bens alimentares, apoios de familiares, prestações sociais e outros apoios sociais), dados sobre despesas e consumos, sobre pertenças associativas, participação eleitoral, dados sobre desempenho escolar dos filhos, dados de categorias especiais de dados (designadamente dados sobre incapacidades, situação de saúde e, relativamente ao próprio e agregado familiar, dados sobre nacionalidade e pertença étnica).* *[texto apenas ilustrativo]*
3. Deve ser assegurada a confidencialidade sobre todos os dados pessoais disponibilizados pela XXXX ou a que o Subcontratante venha a ter acesso no âmbito da execução do contrato.

Cláusula 3.ª

Duração do Tratamento

O tratamento de dados pessoais pelo Subcontratante será realizado exclusivamente durante o período de vigência do contrato.

Cláusula 4.ª

Obrigações do Responsável pelo Tratamento

Nos termos e para os efeitos do presente Acordo, constituem obrigações da XXXX enquanto Responsável pelo Tratamento:

- a) Informar o Subcontratante sobre todas as circunstâncias relevantes para a realização dos tratamentos de dados pessoais, atendendo essencialmente à especificidade das finalidades descritas no presente Acordo e a potenciais riscos envolvidos;

- b) Definir, dentro dos limites da lei, os períodos e condições em que se procede à conservação de dados pessoais;
- c) Determinar, dentro dos limites da lei, os períodos e condições em que se procede ao apagamento dos dados pessoais;
- d) Garantir o exercício por partes dos titulares dos dados pessoais dos respetivos direitos, designadamente de informação, de acesso, de retificação, de apagamento e de oposição.

Cláusula 5.ª

Obrigações do Subcontratante

1. A atividade desenvolvida pelo Subcontratante e respetivos colaboradores, independentemente da natureza da relação contratual que com estes possua, encontra-se sujeita ao disposto no RGPD, bem como na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e na demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais.
2. O Subcontratante obriga-se a executar o objeto do contrato de acordo com o princípio do *Privacy by Design* e do *Privacy by Default*, sempre que aplicável.
3. O Subcontratante não pode recorrer à subcontratação do tratamento de dados pessoais no âmbito do presente contrato sem que a XXXX tenha dado, previamente e por escrito, autorização para esse efeito.
4. Caso o Subcontratante recorra à subcontratação para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da XXXX, o respetivo subcontratante fica sujeito, por contrato ou outro ato normativo ao abrigo do direito da União Europeia ou do direito nacional, às mesmas obrigações em matéria de proteção de dados pessoais que as estabelecidas no contrato, em particular à obrigação de apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de modo a que o tratamento de dados pessoais seja conforme com os requisitos do RGPD e demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, continuando o Cocontratante a ser plenamente responsável, perante a XXXX, pelo cumprimento das obrigações, em matéria de proteção de dados, desse outro subcontratante.
5. O Subcontratante obriga-se, no que respeita ao tratamento dos dados pessoais, ao cumprimento de todos os deveres e obrigações que impendem sobre a XXXX, enquanto entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais objeto do contrato a celebrar, comprometendo-se designadamente a:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pela XXXX, única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto do contrato a celebrar;
 - b) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha



- acesso, ou que lhe sejam transmitidos pela XXXX, sem que tenha sido por esta expressamente instruído por escrito;
- c) Assegurar que os trabalhadores temporários e os seus colaboradores (incluindo representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido com o Cocontratante e o referido colaborador) cumprem todas as obrigações previstas no presente Acordo;
 - d) Assegurar a confidencialidade dos dados pessoais recolhidos, sem prejuízo do cumprimento de obrigações legais, nomeadamente para com as entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras;
 - e) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumem, por escrito, um compromisso de confidencialidade e estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade, nos precisos termos em que o próprio Subcontratante se encontra obrigado a demonstrar o cumprimento dessa obrigação, caso seja solicitado pela XXXX;
 - f) Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas da XXXX, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do direito nacional a que está sujeito, informando nesse caso a XXXX desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público;
 - g) Designar um responsável pela segurança ou um Encarregado de Proteção de Dados e comunicar à XXXX os respetivos contactos;
 - h) Implementar todas as medidas técnicas e organizativas (MTO) para garantir um nível de segurança adequado ao risco, tendo em conta a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, nos termos do artigo 32.º do RGPD, e conforme especificado na cláusula 6.ª do presente Acordo;
 - i) Tratar os dados pessoais de forma a garantir a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito, contra a sua perda, alteração, divulgação ou acesso não autorizados e destruição ou danificação acidental ou ilícita, adotando as medidas técnicas e organizativas necessárias;
 - j) Prestar assistência à XXXX, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que esta cumpra as suas obrigações de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos respetivos direitos previstos no capítulo III do RGPD;
 - k) Prestar assistência à XXXX, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD;
 - l) Apagar todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e cuja conservação não decorra da obrigação de cumprimento de normas legais imperativas;
 - m) Disponibilizar à XXXX todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas no presente Acordo e no RGPD, bem como a facilitar e a colaborar nas auditorias, incluindo as inspeções, conduzidas pela XXXX ou por outro auditor por esta mandatado, ou por outras entidades com competência para o efeito;
 - n) Comunicar de imediato à XXXX qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados pessoais em causa, ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

- o) Notificar a XXXX, no prazo máximo de 24 horas após ter tido conhecimento de qualquer violação de dados pessoais, devendo essa notificação conter, pelo menos, as seguintes informações, sem prejuízo das demais disposições da lei:
 - i) A descrição da natureza da violação de dados pessoais ocorrida, incluindo, as categorias e o número aproximado de titulares de dados em causa, bem como o número aproximado de registos de dados pessoais afetados;
 - ii) A descrição das medidas adotadas e das propostas para reparar a violação de dados pessoais, inclusive, se for caso disso, as medidas adotadas para atenuar os seus eventuais efeitos negativos;
 - iii) A descrição das consequências prováveis da violação de dados pessoais.
 - p) Comunicar de imediato à XXXX, quaisquer reclamações ou questões levantadas pelos titulares dos dados pessoais que se relacionem com o tratamento e/ou com a proteção e segurança dos respetivos dados;
 - q) Colaborar com o Encarregado de Proteção de Dados da XXXX, facultando todas as informações e esclarecimentos que este vier a solicitar no âmbito das suas funções.
6. Se quaisquer dados pessoais se perderem ou forem danificados, no âmbito da execução do contrato a celebrar, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as medidas necessárias com vista à recuperação dos dados, sem quaisquer custos adicionais para a XXXX.

Clausula 6.ª

Medidas de Segurança e Privacidade

1. Para efeitos do cumprimento do disposto no artigo 32.º do RGPD, o Subcontratante deve adotar padrões de segurança organizacional e tecnológica, com recurso a práticas eficazes na gestão de segurança da informação, para efeitos de proteção da confidencialidade, integridade e acesso àquela.
2. No âmbito do presente Acordo e para o respetivo cumprimento o Subcontratante deve adotar as medidas técnicas e organizativas pertinentes para garantir um nível de segurança dos dados pessoais adequado ao risco, bem como contra destruição, perda, alteração, divulgação não autorizada, acesso accidental ou ilícito.
3. Para efeitos do disposto nos números anteriores, o Subcontratante deve, designadamente, adotar as seguintes medidas de segurança e obrigações de informação e documentação:
 - a) Identificação, divulgação e documentação das funções e obrigações do pessoal com acesso a dados pessoais;
 - b) Manutenção de um registo escrito de todas as atividades de tratamento por conta da XXXX, conforme requisitos RGPD;
 - c) Definição e implementação de um procedimento de identificação e autenticação dos utilizadores;
 - d) Definição e implementação de um procedimento para controlar o acesso aos dados;
 - e) Definição e implementação de um procedimento de registo de incidentes;
 - f) Definição e implementação de um plano de continuidade do serviço;

- g) Definição e implementação de um procedimento para a destruição ou devolução de dados e documentos, de forma segura e confidencial (tornando impossível recuperá-los mais tarde e certificando a ausência de cópias), quando a relação contratual termine.

Clausula 7.ª

Confidencialidade

1. Para efeitos do presente Acordo, as Partes obrigam-se a não divulgar e/ou publicar qualquer informação a que tenham acesso, no âmbito da execução das suas obrigações.
2. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula, vincula as Partes durante a vigência do presente contrato e subsiste após a sua cessação, independentemente da causa da sua cessação.
3. A obrigação referida no n.º 1, cessa se a informação for do conhecimento público, exceto se tal acontecer em razão da violação do dever de confidencialidade imposto por esta cláusula.

Clausula 8.ª

Cooperação com a CNPD

A XXXX e o Cocontratante comprometem-se a cooperar com a Comissão Nacional de Proteção de Dados, a pedido desta, na prossecução das suas atribuições, enquanto autoridade de controlo competente, nos termos do disposto no RGPD e demais legislação aplicável.

The background is a solid yellow color. There are several white, curved, double-lined shapes scattered across the page. One large shape is in the upper left, another is in the upper right, and a large circular shape is in the lower right, partially enclosing the text.

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO

COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE FUNDOS
EUROPEUS: _____**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

(Processo n.º / /)

Disclaimer: este Programa do Procedimento resulta de uma adaptação de Programas do Procedimento utilizados pela AD&C, não constituindo qualquer orientação formal, nem dispensando a análise jurídica por cada AG e entidade adjudicante

ÍNDICE

1. TIPO E IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO	71
2. OBJETO DO PROCEDIMENTO	71
3. ENTIDADE ADJUDICANTE.....	71
4. DECISÃO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA E DECISÃO DE CONTRATAR	71
5. ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E REGRAS DE PARTICIPAÇÃO	72
6. IMPEDIMENTOS.....	72
7. AGRUPAMENTOS.....	75
8. ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	76
9. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.....	77
10. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	77
11. IDIOMA DAS PROPOSTAS	78
12. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	78
13. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA	78
14. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA	79
15. EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS	80
16. PREÇO BASE	80
17. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO	80
18. PROPOSTAS VARIANTES	80
19. NEGOCIAÇÃO E LEILÃO ELETRÓNICO	80
20. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS.....	81
21. CRITÉRIO DE DESEMPATE	81
22. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO	81
23. CAUÇÃO.....	82
24. REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO	82
25. DESPESAS E ENCARGOS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	82
26. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO	82

Anexos

1. TIPO E IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, adotado ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, tem a designação de “**aquisição de serviços para realização da Avaliação de Fundos Europeus: _____**”, a que corresponde a referência interna – Processo n.º **_/_/_____**.

2. OBJETO DO PROCEDIMENTO

- 2.1. O objeto do procedimento consiste na aquisição serviços com vista à realização do estudo **Avaliação de Fundos Europeus: _____**, de acordo com o Caderno de Encargos e demais anexos.
- 2.2. Os termos, condições e Especificações Técnicas da presente aquisição de bens e serviços constam do Caderno de Encargos e do presente programa, os quais terão de ser observados nos termos legais.
- 2.3. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável, constante do Anexo I ao Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, o objeto do presente procedimento tem a seguinte classificação CPV – 79419000-4 – “*Serviços de consultoria para avaliação*”.

3. ENTIDADE ADJUDICANTE

- 3.1. A entidade adjudicante é a **XXXX**, com sede na _____, pessoa coletiva n.º _____, e com o email _____.
- 3.2. O processo do concurso decorre no _____ [**unidade orgânica da XXXX**], sito na _____, Telefone _____, com o endereço de correio eletrónico _____, através da plataforma eletrónica www.acinGov.pt, de acordo com as condições constantes no presente programa e Caderno de Encargos.

4. DECISÃO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA E DECISÃO DE CONTRATAR

- 4.1. A decisão de contratar e a autorização para a realização da despesa foram tomadas por deliberação do Conselho Diretivo da **XXXX**, de **__.****__.****__**, exarada sobre a Informação n.º _____, ao abrigo das **competências delegadas, nos termos conjugados da alínea c) do 1º do artigo 17.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho e do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com a redação em vigor.**

- 4.2. A decisão de contratar foi precedida da obtenção da competente assunção de compromissos plurianuais autorizada por deliberação do Conselho Diretivo da da XXXX, de __.__.__, exarada sobre a Informação n.º ____, de __.__.__, ao abrigo da **delegação de competências constante do Ponto 3 do Despacho n.º 9876/2025, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 159, de 20 de agosto, de S. Exa. o Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, e por força do Despacho n.º 6854/2025, de 26 de junho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 121, de S. Exa. o Ministro de Estado e das Finanças.**
- 4.3. A decisão de contratar foi, igualmente, precedida da obtenção do competente parecer prévio da DGAEP, nos termos exigidos pelo Regime da valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, aprovado em anexo à Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, na sua atual redação.

5. ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E REGRAS DE PARTICIPAÇÃO

- 5.1. O presente procedimento será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do sítio na Internet <https://www.acingov.pt>.
- 5.2. A participação no concurso depende de prévia inscrição no procedimento a ser efetuada no sítio na Internet <https://www.acingov.pt>.
- 5.3. Após inscrição na plataforma eletrónica, será obtido o acesso necessário para efeitos de consulta das peças do procedimento nos termos referidos no ponto 5.1.

6. IMPEDIMENTOS

- 6.1. Nenhuma entidade poderá apresentar mais do que uma Proposta, não podendo, designadamente, fazer parte de mais do que um agrupamento, nem concorrer simultaneamente a título individual e integrada num agrupamento concorrente.
- 6.2. Podem ser concorrentes pessoas singulares ou pessoas coletivas, agrupamentos de pessoas coletivas, sem que entre elas exista qualquer vínculo jurídico de associação, que não se encontrem em quaisquer das situações previstas no artigo 55.º do CCP, na atual redação.
- 6.3. Sem prejuízo da possibilidade de relevação de impedimentos nos termos do disposto no artigo 55.º-A do CCP, não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que:
- a) Se encontrem em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respetivo processo pendente, salvo quando se encontrarem abrangidas ou tenham pendente um plano de recuperação de empresas, judicial ou extrajudicial, previsto na lei;

- b) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, no caso de pessoas singulares, ou, no caso de pessoas coletivas, quando tenham sido condenados por aqueles crimes a pessoa coletiva ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, e estes se encontrem em efetividade de funções, em qualquer dos casos sem que entretanto tenha ocorrido a respetiva reabilitação;
- c) Tenham sido objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido objeto de aplicação daquela sanção administrativa os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
- d) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- f) Tenham sido objeto de aplicação de sanção acessória de proibição de participação em procedimentos de contratação pública previstos em legislação especial, nomeadamente nos regimes contraordenacionais em matéria laboral, de concorrência e igualdade e não discriminação, bem como da sanção prevista no artigo 460.º, durante o período fixado na decisão condenatória;
- g) Tenham sido objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- h) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes a pessoa coletiva e os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:



- i) Participação numa organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008;
- ii) Corrupção, tal como definida no artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários da União Europeia ou dos Estados-Membros da União Europeia e no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, e nos artigos 372.º a 374.º-B do Código Penal;
- iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, tal como definidos no artigo 1.º da Diretiva n.º 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo;
- v) Infrações terroristas ou infrações relacionadas com um grupo terrorista, tal como definidas nos artigos 3.º e 4.º da Diretiva n.º 2017/541, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017, relativa à luta contra o terrorismo, ou qualquer infração relacionada com atividades terroristas, incluindo cumplicidade, instigação e tentativa, nos termos do artigo 14.º da referida diretiva;
- vi) Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, tal como definidos no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011;
- i) Tenham, a qualquer título, prestado, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;
- j) Tenham diligenciado no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar do órgão competente, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no procedimento, ou tenham prestado informações erróneas suscetíveis de alterar materialmente as decisões de exclusão, qualificação ou adjudicação;
- k) Estejam abrangidas por conflitos de interesses que não possam ser eficazmente corrigidos por outras medidas menos gravosas que a exclusão;
- l) Tenham acusado deficiências significativas ou persistentes na execução de, pelo menos, um Contrato público anterior nos últimos três anos, tendo tal facto conduzido à resolução desse Contrato por incumprimento, ao pagamento de indemnização resultante de incumprimento, à aplicação de sanções que tenham atingido os valores máximos aplicáveis nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 329.º, ou a outras sanções equivalentes.

- 6.4. Para efeitos do disposto na alínea k) do número anterior, podem ser ponderadas, como medidas menos gravosas que a exclusão, designadamente, a substituição de membros do júri ou de peritos que prestem apoio ao júri, a instituição de sistemas de reconfirmação de análises, apreciações ou aferições técnicas, ou a proibição de o concorrente recorrer a um determinado subcontratado.

7. AGRUPAMENTOS

- 7.1. Podem ser candidatos ou concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais a contratar, comprovando em relação a cada uma das empresas os documentos exigidos no ponto 14 do presente programa (todas as empresas que compõem o agrupamento).
- 7.2. Os membros de um agrupamento candidato ou concorrente não podem ser candidatos ou concorrentes no mesmo procedimento, de acordo com o estabelecido no CCP, nem integrar outro agrupamento candidato ou concorrente.
- 7.3. A constituição jurídica do agrupamento não é exigida na apresentação da Proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis solidariamente perante a entidade adjudicante pela manutenção da Proposta.
- 7.4. As entidades que compõem o agrupamento deverão designar o interlocutor único, devidamente identificado perante a entidade adjudicante, entregando obrigatoriamente os respetivos instrumentos de mandato.
- 7.5. Não existindo representante comum, a Proposta e todos os documentos que a constituem devem ser assinados por todos os seus membros (todas as empresas que compõem o agrupamento) ou respetivos representantes.
- 7.6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do Contrato, numa das seguintes modalidades jurídicas: sociedade, consórcio externo ou agrupamento complementar de empresas, fazendo constar desse Contrato a menção quantitativa relativamente à participação de cada um dos membros do agrupamento no âmbito do Contrato a celebrar.
- 7.7. Em caso de adjudicação, a apresentação dos documentos de habilitação deve obedecer ao disposto no artigo 81.º do CCP, conjugado com a Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro.



8. ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 8.1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 8.2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do Contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do Contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
- 8.3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do Caderno de Encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do Contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
- 8.4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas:
 - a) O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 8.5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de Propostas.
- 8.6. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento.
- 8.7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
- 8.8. Será ainda aplicável, neste âmbito, o disposto no artigo 64.º do CCP.

9. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

As Propostas devem ser submetidas, pelos concorrentes ou pelos seus representantes, até às **23:59 horas do 30.º (trigésimo) dia**, a contar da data do envio do anúncio para o Jornal Oficial da União Europeia e para o Diário da República, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 136.º do CCP.

10. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 10.1. As Propostas e os documentos que as instruem são apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante (<https://www.acingov.pt>).
- 10.2. Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, todos os documentos que compõem a Proposta, devem ser assinados pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar.
- 10.3. Todos os documentos devem ser assinados, em observância do disposto no n.º 5 do artigo 54.º e do n.º 4 do artigo 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, com recurso a assinatura eletrónica/digital qualificada, os quais são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em <https://www.qns.gov.pt>).
- 10.4. Todos os documentos devem ser assinados individualmente com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios do concorrente ou dos seus representantes legais em momento anterior à submissão dos mesmos na plataforma eletrónica.
- 10.5. Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete.
- 10.6. Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidade terceira, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do concorrente que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.
- 10.7. Nos casos em que o certificado original não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento que, nos termos legais, ateste os poderes de representação necessários para o efeito.
- 10.8. Quando a Proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram (com junção do documento que comprove o mandato emitido por cada um dos membros) ou, não existindo representante comum, por todos os membros ou seus representantes legais.



11. IDIOMA DAS PROPOSTAS

- 11.1. Os documentos que constituem a Proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada/certificada, em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- 11.2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, admite-se a apresentação de comprovativos das certificações e o recurso a termos ou expressões de natureza técnica, assim como estrangeirismos próprios do objeto contratual em língua inglesa.

12. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas Propostas durante o prazo de **120 dias** contados a partir do termo do prazo para a apresentação das mesmas.

13. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 13.1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a Proposta, para efeitos de restrição ou de limitação de acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 66.º do CCP.
- 13.2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a Proposta deve ser notificada aos interessados, pelo júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 66.º do CCP.
- 13.3. Quando por força da classificação de documentos que constituem a Proposta, não seja possível apresentá-los nos termos do disposto no ponto 10 do presente programa ou no prazo fixado, o júri pode estabelecer, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário, conforme dispõe o n.º 5 do artigo 66.º do CCP.
- 13.4. Não há lugar à classificação ou anonimato de documentos cujos elementos sejam necessários para a análise e avaliação das propostas, devendo os concorrentes assegurar a licitude do tratamento dos dados pessoais em matéria de proteção de dados e o cumprimento do RGPD e demais legislação aplicável em matéria de dados pessoais.
- 13.5. Na apresentação dos currícula e/ou outros documentos nos quais constem dados pessoais, os concorrentes são responsáveis por assegurar a licitude do tratamento dos dados pessoais, para que a XXXX, no âmbito exclusivo do procedimento de contratação pública em apreço e de execução do contrato, fique habilitada para o tratamento desses dados, designadamente a

respetiva conservação pelo prazo necessário à monitorização do contrato a celebrar e à garantia da realização de auditorias, nacionais ou europeias ao contrato.

14. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

14.1. A Proposta a apresentar deve ser composta pelos seguintes documentos:

- a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, em modelo pré-preenchido pela entidade adjudicante, em formato XML, consta como anexo e conforme indicado no **Anexo I** ao presente Programa do Procedimento;
- b) **Documento** designado "**Proposta técnica**", como os seguintes elementos:
 - i) "**Explicitação da metodologia a utilizar para realizar os trabalhos**", em conformidade com o **capítulo 1 do Anexo II** do presente Programa do Procedimento;
 - ii) "**Composição e experiência da equipa de avaliação**", em conformidade com o **capítulo 2 do Anexo II** do presente Programa do Procedimento;
 - iii) **Preço total**, indicado em algarismos e por extenso, não incluindo IVA, com a respetiva decomposição e fundamentação para o mesmo, em conformidade com o **capítulo 3 do Anexo II** do presente Programa do Procedimento.
- c) **Declaração de inexistência de conflitos de interesses** a apresentar em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** do presente programa do Procedimento;
- d) **Certidão do registo comercial ou código de acesso à certidão permanente e/ou qualquer outro documento** que ateste a legitimidade para a apresentação de Proposta por forma a relacionar o assinante com a sua função e poder de representação para efeitos de assinatura dos documentos que instruem a Proposta (ex.: procuração).

14.2. Os concorrentes poderão ainda indicar outros aspetos que considerem relevantes para a apreciação das Propostas, desde que os mesmos não contrariem as peças do procedimento.

14.3. Para efeitos de apresentação da equipa que integra a Proposta, o Concorrente responsabiliza-se pela obtenção do consentimento para transmissão dos dados pessoais à Agência, I.P. e para a sua divulgação que possa ser obrigatória nos termos legais, no âmbito do Regulamento nº 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), bem como na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.

14.4. Quando a Proposta seja apresentada por um agrupamento, os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes legais.

15. EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS

- 15.1. Sem prejuízo do disposto no artigo 72.º do CCP, as Propostas serão excluídas nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º e no n.º 2 do 146.º do CCP.
- 15.2. Serão, ainda, excluídas as propostas que não obedeçam ao modelo constante do **Anexo II** do presente programa e/ou desrespeitem os requisitos aí fixados.

16. PREÇO BASE

- 16.1. O preço base do procedimento é de _____.____, __ € (_____euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.
- 16.2. O preço base constante no número anterior corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do Contrato a celebrar.
- 16.3. Os preços constantes da Proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
- 16.4. Quando os preços constantes da Proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 16.5. Sempre que na Proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

17. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

- 17.1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP, não serão definidas as situações em que o preço ou o custo de uma Proposta é considerado anormalmente baixo.
- 17.2. Mesmo na ausência de definição, o preço ou custo de uma Proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do Contrato, caso em que é aplicável o disposto nos n.ºs 3 e seguintes do artigo 71.º do CCP.

18. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de Propostas variantes.

19. NEGOCIAÇÃO E LEILÃO ELETRÓNICO

As Propostas apresentadas não serão objeto de negociação ou de leilão eletrónico.

20. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS

A adjudicação será efetuada segundo o critério da Proposta economicamente mais vantajosa, *na modalidade multifator*, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com o modelo de avaliação das Propostas, nos termos do disposto no artigo 139.º do CCP e constante do **Anexo IV** do presente Programa.

21. CRITÉRIO DE DESEMPATE

21.1. Em caso de empate de Propostas, o critério de desempate é efetuado pela pontuação mais elevada obtida nos fatores, pela ordem a seguir indicada, sucessivamente:

- a) Maior pontuação obtida no Fator 1 – Qualidade técnica da Proposta – Metodologia [M];
- b) Maior pontuação obtida no Fator 3 – Preço (P);
- c) Maior pontuação obtida no Fator 2 - Experiência da equipa de avaliação [E].

21.2. No caso de se manter a situação de empate entre as Propostas classificadas em primeiro lugar, efetua-se um sorteio, nos termos definidos no **Anexo V** do presente Programa.

22. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO

22.1. Em caso de adjudicação, o concorrente deverá apresentar no prazo de **10 (dez) dias** a contar da notificação de adjudicação, e sob pena de caducidade da adjudicação, os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP, a que refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, na sua atual redação (**Anexo VI** ao presente programa);
- b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP (certificado do registo criminal da entidade e dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções, situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e situação regularizada relativamente a impostos);
- c) Comprovativo do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º do Anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua atual redação ou indicação do código de acesso gerado pelo RCBE aquando da validação do registo.

22.2. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os seus membros.

22.3. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

22.4. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em

relação ao qual o adjudicatário declara aceitar a prevalência para todos os efeitos sobre os respetivos originais.

- 22.5. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado relativamente ao qual o facto ocorreu, sendo fixado um prazo máximo de 5 (cinco) dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 22.6. Caso se verifique que a situação ocorreu por facto não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar concederá, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 2 (dois) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 22.7. Nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o prazo a conceder para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade em conformidade com o preceituado no artigo 86.º do CCP, será de 2 (dois) dias.
- 22.8. Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na plataforma eletrónica já identificada ou, no caso de a mesma se encontrar indisponível para o endereço eletrónico indicado pela entidade adjudicante.
- 22.9. O modo de apresentação dos documentos de habilitação obedece ainda ao disposto na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

23. CAUÇÃO

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não será exigida a prestação de caução.

24. REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO

Nos termos do artigo 94.º do CCP, o Contrato será reduzido a escrito.

25. DESPESAS E ENCARGOS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

- 25.1. Constituem encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração da respetiva Proposta.
- 25.2. As despesas e encargos inerentes à celebração do Contrato, são da inteira responsabilidade do adjudicatário.

26. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO

- 26.1. Em tudo o que for omissa no presente programa, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação em vigor.

26.2. Na ocorrência de eventuais litígios, estes serão dirimidos com recurso à lei portuguesa no Tribunal Administrativo de Círculo de _____ com expressa renúncia a qualquer outro.

Nota: Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica poderão recorrer ao apoio técnico previsto para esse fim, através do endereço eletrónico www.acingov.pt ou do telefone 707451451 ou através do e-mail: apoio@acingov.pt das 09:00 às 19h00, em dias úteis.

ANEXOS:

- Anexo I** DEUCP (a que se reporta a alínea a) do Ponto 14.1 do presente Programa do Procedimento);
- Anexo II** Modelo de Proposta (a que se refere a alínea b) do Ponto 14.1 do Programa do Procedimento);
- Anexo III** Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses (a que se refere a alínea c) do Ponto 14.1 do Programa do Procedimento);
- Anexo IV** Modelo de avaliação das propostas (a que se refere o ponto 20 do Programa do Procedimento);
- Anexo V** Regras para realização do Sorteio (a que se refere o ponto 21.2. do Programa do Procedimento);
- Anexo VI** Modelo de declaração (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e a alínea a) do ponto 22.1. do Programa do Procedimento);

ANEXO I – DEUCP

(a que se reporta a alínea a) do Ponto 14.1 do Programa do Procedimento)

Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016.

O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pela entidade adjudicante, com as informações que lhe digam respeito, através do link:

<https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>

O documento deve ser assinado eletronicamente pelo operador económico ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada.

Recomenda-se, para efeitos de preenchimento do formulário, a prévia leitura da Circular Informativa nº 01/IMPIC/2016, bem como o documento de ajuda (FAQ) em anexo à mesma e demais elementos disponibilizados pelo IMPIC para o efeito, em:

http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/Circular_informativa_1_IMPIC_2016.pdf

http://www.impic.pt/impic/pt-pt/noticias/deucp_2

<http://www.impic.pt/impic/pt-pt/noticias/documento-europeu-unico-de-contratacao-publica>

Para efeitos de apresentação do DEUCP referido na alínea a) do Ponto 14.1 do presente Programa do Procedimento, os concorrentes deverão aceder à área específica do Portal BASE (em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>), selecionar a opção “Importar um DEUCP”, efetuar o *upload* do modelo pré-preenchido (ficheiro XML) disponibilizado em Anexo I ao presente Programa do Concurso e preencher o remanescente do documento na parte aplicável.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA

(a que se reporta a *alínea b) do Ponto 14.1 do presente Programa do Procedimento*)

A Proposta Técnica deve ser organizada de acordo com a estrutura do presente Modelo de Proposta e integrar todos os elementos nele referenciados, salvo se existir algum aspeto não aplicável ou inexistente e que deve, como tal, ser expressamente declarado, sob pena de ser considerada uma omissão.

A Proposta Técnica deve ser apresentada num documento em formato PDF, em letra tipo Calibri ou semelhante, de tamanho entre 10 e 12, e com espaçamento entre linhas simples ou de 1,5 no corpo do texto, e de 6 pto. antes do parágrafo e com margens mínimas de 5 cm no total das margens superior e inferior e 5 cm no total das margens laterais.

Todos os requisitos constantes das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos são obrigatórios e o seu não cumprimento, bem como a omissão dos elementos constantes do presente Modelo, constituem causa de exclusão.

A proposta, com a indicação da referência do procedimento: - Aquisição de serviços para realização da Avaliação de fundos europeus: , deve ser apresentada de acordo com o seguinte modelo:

CAPÍTULO 1 – Explicitação da metodologia a utilizar para realizar os trabalhos (Este capítulo não pode ultrapassar 15 páginas) *[deve ajustar-se este número de páginas considerando, como limites indicativos, 2 páginas por cada método (ponto 1.1. da proposta), uma página por QA, na matriz de avaliação (ponto 1.2), e meia página para cada técnica, na matriz de técnicas (ponto 1.3)]*

Conteúdos recomendados neste ponto:

- *O grau de especificação dos requisitos da proposta é condicionado pelas opções tomadas nas especificações técnicas, designadamente no que respeita à opção pela identificação mais precisa ou mais genérica dos métodos e avaliação de impacto previstos (i.e., em função das hipóteses A ou B indicadas nos conteúdos recomendados do ponto 6 das especificações técnicas).*
- *Um maior grau de prescrição metodológica facilita a definição dos requisitos dos métodos a apresentar na proposta (secção 1.1, na redação abaixo sugerida), permitindo especificar, para cada método, os requisitos essenciais a observar. Uma menor prescrição conduzirá, necessariamente, a requisitos mais genéricos.*
- *Em qualquer caso, a secção da proposta relativa à “Explicitação da metodologia a utilizar para realizar os trabalhos” deverá ser estruturada em três segmentos, respetivamente sobre os métodos a utilizar, a matriz de avaliação e a matriz de técnicas de recolha e tratamento de informação.*



Independentemente do grau de prescrição metodológica, recomenda-se que sejam sempre solicitadas as matrizes de avaliação e de técnicas, com a especificação, em termos de requisitos, abaixo proposta.

Proposta de texto:

Para efeitos do disposto na **subalínea i) da alínea b) do Ponto 14.1 do presente Programa**, a Proposta Técnica deve descrever e fundamentar a metodologia que apresenta, de forma sintética e coerente, incorporando e desenvolvendo os requisitos metodológicos apresentados nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.

1.1. Métodos de Avaliação

(Quando as especificações técnicas não identificam os métodos concretos – hipótese “B” dos conteúdos recomendados do ponto 6 das especificações técnicas)

Identificar e descrever os métodos de avaliação de impacto – de Avaliação Baseada na Teoria e/ou de Avaliação de Impacto Contrafactual – que o concorrente se propõe implementar, tornando explícito o entendimento e domínio técnico sobre esses métodos, e descrever a forma como se propõem operacionalizar esses métodos, num desenho metodológico coerente e credível.

Quaisquer que sejam os métodos propostos, a proposta deve ser concisa e concreta face à avaliação objeto do contrato que se pretende celebrar, evitando descrições genéricas ou meramente teóricas dos métodos. Para esse efeito deve ser feito uso, se necessário, de remissões para referências bibliográficas (incluindo, preferencialmente, referências ilustradoras da aplicação prática dos métodos apresentados na proposta), que evidenciem os standards metodológicos e melhores práticas de aplicação que os trabalhos terão por referência.

(Quando as especificações técnicas são prescritivas de métodos concretos – hipótese “A” dos conteúdos recomendados do ponto 6 das especificações técnicas)

Descrever a forma como o concorrente se propõe operacionalizar os métodos de **Avaliação Baseada na Teoria (ABT)** previstos nas especificações técnicas e/ou o(s) método(s) de **Avaliação de Impacto Contrafactual (AIC)** que o concorrente considere mais adequado(s) ao objeto e objetivos da avaliação, num quadro metodológico coerente e credível, tornando explícito o entendimento e domínio técnico sobre esses métodos.

Para qualquer dos métodos, a proposta deve ser concisa e concreta face à avaliação objeto do contrato que se pretende celebrar, evitando descrições genéricas ou meramente teóricas dos métodos. Para esse efeito deve ser feito uso, se necessário, de remissões para referências bibliográficas (incluindo, preferencialmente, referências ilustradoras da aplicação prática dos métodos apresentados na proposta), que evidenciem os standards metodológicos e melhores práticas de aplicação que os trabalhos terão por referência.

A metodologia proposta deverá materializar uma abordagem inovadora face a avaliações anteriores das intervenções objeto da Avaliação, nomeadamente através da mobilização de métodos ou combinações metodológicas, incluindo a forma como conjuga e implementa diferentes técnicas de recolha e tratamento de informação, que:

- Representem avanços conceptuais ou operacionais na abordagem do impacto dessas intervenções, em particular com vista à identificação do contributo das intervenções para os objetivos visados e à explicitação dos processos causais e fatores contextuais que suportam esse contributo;
- Explore métodos e técnicas emergentes no campo da Avaliação Baseada na Teoria – incluindo a combinação entre os métodos previstos;
- Adaptem de forma criativa métodos consolidados ao contexto avaliativo da presente Avaliação;
- Integrem perspetivas analíticas pouco exploradas.

[O texto seguinte serve de ilustração do tipo de requisitos a que as propostas devem dar resposta, exemplificando os casos dos métodos de AIC (em termos genéricos, sem concretizar métodos específicos dessa abordagem) e dos principais métodos de ABT]

Mais concretamente, a proposta deve, para cada um dos métodos indicados nas especificações técnicas, cobrir os seguintes aspetos:

(Quando solicitados métodos de AIC)

Análise de Impacto Contrafactual

- Apresentar o(s) método(s) específico(s) proposto(s) pela equipa, justificando essa opção face:
 - i) às características das tipologias de operação e intervenções abrangidas
 - ii) aos dados disponíveis e/ou passíveis de recolher
 - iii) à capacidade dos método(s) proposto(s) para dar resposta às diferentes QA, atentando, em particular, à análise da heterogeneidade dos resultados das intervenções e à identificação de efeitos de *spillover*;
- Descrever os principais passos a seguir na operacionalização do(s) método(s) e, se propostos diferentes métodos, a forma como que serão combinados;
- Explicitar as relações causais a identificar através do(s) método(s) proposto(s) e os elementos da Teoria da Programação a analisar – e correspondentes indicadores/variáveis relevantes, identificando as fontes e forma de recolha dos dados a utilizar (em articulação com os elementos a apresentar nas matrizes abaixo referidas);
- Assinalar as limitações do(s) método(s) proposto(s) em termos de validade e robustez, propondo formas de as aferir e reforçar (p.e. análise de sensibilidade de resultados, testes de placebo, etc.).

(Quando solicitada Avaliação Realista (Método de ABT))

Avaliação Realista

- Explicitar o entendimento do concorrente sobre o método *Avaliação Realista* e sobre a forma como este se adequa ao objeto e aos objetivos da avaliação (traduzidos nas QA para as quais o método deverá contribuir na produção da resposta). Deve ser claro, nesta explicitação, o entendimento da Avaliação Realista enquanto método suportado num princípio de causalidade generativa, em que os resultados (R) são produzidos através da ativação de mecanismos (M) subjacentes em condições contextuais (C) específicas, ou seja, configurações CMR. Deve, igualmente, ser explicitado o entendimento de cada um destes elementos, em particular de “mecanismo” e de “contexto”, quer no plano conceptual quer no plano específico face ao objeto da avaliação (com exemplos, respetivamente, de mecanismos e de contextos).
- Explicitar o entendimento da Avaliação Realista enquanto método “*case-based*”, e as suas implicações para a proposta metodológica apresentada.
- Explicitar a forma de operacionalização do método, descrevendo e fundamentando os seguintes aspetos:
 - i) Desenho das CMR relevantes, informadas pela Teoria da Programação e por um processo de análise documental (documentos programáticos e regulamentares), análise preliminar de dados, revisão de literatura e auscultação de *stakeholders*. A proposta deve conceptualizar, em termos simplificados e a título de exemplo, uma configuração CMR –

i.e., um “mecanismo” desencadeado pela intervenção, que num determinado “contexto”, gera um “resultado” esperado da política *[especificar, se possível, uma tipologia de operação sobre a qual deve incidir o exemplo a apresentar na proposta]*;

- ii) Definição dos “casos” objeto da análise – de acordo com as CMR a identificar – e descrição do processo de seleção (incluindo critérios de seleção) dos estudos de casos a realizar;
 - iii) Número expectável de estudos de caso a realizar, atendendo à necessidade de explorar a heterogeneidade esperada das CMR identificadas e a testar e de acordo com os critérios entendidos como mais ajustados;
 - iv) Indicação das técnicas de recolha e tratamento de informação, e respetivas fontes para implementação dos testes empíricos das CMR, no âmbito dos estudos de caso, tomando por referência o exemplo de CMR previamente conceptualizada (alínea i);
 - v) Revisão e/ou clarificação das CMR relevantes, por forma a consolidar “teorias intermédias” de como, para quem e em que circunstâncias as intervenções produzem os efeitos desejados.
- Assinalar as limitações de validade e de generalização de resultados a partir da *Avaliação Realista* e analisar e potenciais constrangimentos na aplicação do método, propondo formas de os mitigar.

(Quando solicitada QCA (Método de ABT))

Qualitative Comparative Analysis (QCA)

- Explicitar o entendimento do concorrente sobre o método QCA e sobre a forma como este se adequa ao objeto (às diferentes tipologias de operação) e aos objetivos da avaliação (traduzidos nas QA para as quais o método deverá contruir na produção da resposta). Deve ser claro, nesta explicitação, o entendimento das noções de “configurações causais” e de “necessidade” e “suficiência” em relações de causa-efeito;
- Explicitar a forma de operacionalização do método, descrevendo e fundamentando os seguintes aspetos:
 - i) Processo de identificação e seleção e número de casos a considerar na análise de cada QA, de forma a assegurar níveis adequados de diversidade na observância das condições e dos resultados;
 - ii) Processo de identificação das “condições” e dos “resultados” a considerar na análise (e como são informados pela Teoria da Programação);
 - iii) Indicação das técnicas de recolha e tratamento de informação – a análise documental e análise de dados e/ou inquéritos e/ou entrevistas – e respetivas fontes (em articulação com os elementos a apresentar nas matrizes abaixo referidas) para identificação e calibração de condições e resultados a considerar na análise;
 - iv) Especificação do tipo de QCA – *crisp-set* QCA, *fuzzy-set* QCA, *multi-value* QCA – em função da natureza das condições e resultados a analisar e da informação a recolher;
 - v) Processo de calibração de condições e resultados, construção das *truth tables* e análise de necessidade e suficiência das condições e/ou configurações causais;

- vi) Processo de minimização lógica das configurações causais e interpretação dos resultados;
- Assinalar as limitações de validade e potenciais constrangimentos na aplicação do método, propondo formas de os mitigar.

(Quando solicitada Process Tracing (Método de ABT))

Process Tracing

- Explicitar o entendimento do concorrente sobre o método *Process Tracing* e sobre a forma como este se adequa ao objeto (as diferentes tipologias de operação e respetivas intervenções) e aos objetivos da avaliação (traduzidos nas QA para as quais o método deverá construir na produção da resposta). Deve ser claro, nesta explicitação, o entendimento do *Process Tracing* enquanto método “*within-case*” de inferência causal e da noção de “mecanismo causais” em análise;
- Explicitar a forma de operacionalização do método, descrevendo e fundamentando os seguintes aspetos:
 - i) Definição do “caso” objeto da análise e tipificação e processo de seleção (incluindo critérios de seleção) dos casos a analisar em cada QA;
 - ii) Número expectável de estudos de caso a realizar, atendendo à necessidade de explorar a eventual heterogeneidade mecanística (e contextual);
 - iii) Formulação dos “mecanismos causais” – teorias da mudança sob a forma de processo mecanístico detalhado – a analisar através do *Process Tracing* em cada QA. A proposta deve conceptualizar, em termos simplificados e a título de exemplo, um “mecanismo causal” (na aceção aqui apresentada) associado às intervenções objeto da presente avaliação;
 - iv) Operacionalização dos “mecanismos causais” em termos de “impressões empíricas hipotéticas” (*fingerprints*) e conceção dos testes empíricos causais (seguindo a tipificação “*straw-in-the wind test*”, “*hoop test*”, “*smoking gun test*” e “*double decisive test*”). Deve ser ilustrado na proposta um teste do tipo “*hoop test*” ou “*smoking gun test*”, tomando por referência o exemplo de “mecanismo causal” previamente conceptualizado;
 - v) Indicação das técnicas de recolha e tratamento de informação previstas, e respetivas fontes, para implementação dos testes empíricos, tomando por referência o “mecanismo causal” e teste empírico previamente conceptualizados.
- Assinalar as limitações de validade e de generalização de resultados a partir dos casos a analisar e potenciais constrangimentos na aplicação do método, propondo formas de os mitigar.

(Quando solicitada Análise de Contribuição (Método de ABT))

Análise de Contribuição

- Explicitar o entendimento do concorrente sobre o método Análise de Contribuição e sobre a forma como este se adequa ao objeto (às diferentes tipologias de operação) e aos objetivos da avaliação (traduzidos nas QA para as quais o método deverá contruir na produção da resposta). Deve ser claro, nesta explicitação, o entendimento da Análise de Contribuição

enquanto método suportado num princípio de causalidade generativa, das noções “pacotes causais” (*causal packages*) e alegações de contribuição (*“contribution claims”*), e da adequação do método para lidar com a complexidade contextual e da intervenção;

- Explicitar a forma de operacionalização do método, descrevendo e fundamentando os seguintes aspetos:
 - i) Fase de conceptualização teórica (*theory building*) – identificação preliminar das “alegações de contribuição”, informadas pela Teoria da Programação e apresentadas na forma de Teoria(s) da Mudança, e análise da sua plausibilidade a partir da evidência disponível;
 - ii) Fase de teste e revisão (*theory testing*) – operacionalização do teste empírico das alegações de contribuição da(s) Teoria(s) da Mudança, incluindo os mecanismos causais, pressupostos e riscos e fatores contextuais explicativos da mudança; construção e revisão das narrativas de contribuição, e o seu papel na resposta às QA;
 - iii) Indicação das técnicas de recolha e tratamento de informação previstas, e respetivas fontes, para implementação das duas fases de implementação da Análise de Contribuição (desenvolvimento e teste empírico da Teoria da Mudança).
- Assinalar as limitações de validade e potenciais constrangimentos na aplicação do método, propondo formas de os mitigar.

1.2. Matriz de Avaliação

[Este deve ser um elemento obrigatório da proposta técnica, qualquer que seja o grau de prescrição metodológica das especificações técnicas]

Descrever a metodologia preconizada pela Proposta para dar resposta às QA, sob a forma de **Matriz de Avaliação**. Para o efeito deve ser adotado o modelo a seguir apresentado, cujos conteúdos serão objeto de aprofundamento e desenvolvimento adicional em sede de Relatório Inicial da avaliação.

Matriz 1. Matriz de Avaliação

QA / Elementos Obrigatórios de Resposta (EOR)	Indicadores que permitirão dar resposta às QA/EOR	Métodos e Técnicas de recolha de informação/Fontes-Stakeholders	Técnicas de tratamento e análise de informação	Estratégia de pesquisa e resposta às QA/EOR e às QA
a)	b)	c)	d)	e)
QA1				
QA2				
...				
QA10				

Requisitos da Matriz de avaliação:

- a) Enunciado de cada uma das QA/EOR que orientam a avaliação.

- b) Identificação preliminar dos indicadores, de natureza quantitativa ou qualitativa, que permitam uma medição a partir da qual seja possível produzir um juízo analítico (por comparação com uma *baseline*, meta, *benchmark*, padrão de sucesso, etc.).

Incluem-se: i) os indicadores físicos do Programa (de realização e de resultado) e das operações (sobretudo de contratualização) e os indicadores financeiros também do Programa e das operações (indicados nas Especificações Técnicas); ii) os indicadores aferidos através de **informação proveniente de recolha direta**, da responsabilidade da equipa de avaliação; e iii) os indicadores de sistemas estatísticos nacionais e internacionais.

Os indicadores devem ser pertinentes, úteis e permitir produzir evidência sobre os Elementos Obrigatórios de Resposta (EOR) e construir a resposta à QA.

Ou seja, ***que informação/dados serão utilizados para construir evidências que permitam concluir sobre [EOR]...?***

- c) Enunciado das técnicas através das quais se propõe recolher dados e informação (nomeadamente, os indicadores). Devem ser indicados, quando aplicável, os métodos de Avaliação Baseada na Teoria e/ou de Avaliação de Impacto Contrafactual previstos aplicar, e as técnicas previstas mobilizar no âmbito de cada um desses métodos.

As “Técnicas de recolha de informação” devem ser as apropriadas para recolher e/ou produzir os indicadores propostos e, quando aplicável, implementar os métodos preconizados, respeitando os princípios da triangulação, proporcionalidade e utilidade na recolha de informação para produção de evidências para resposta às QA.

O detalhe destas técnicas será feito na “Matriz de Técnicas de recolha e tratamento de informação”.

- d) Enunciado das técnicas através das quais se propõe tratar, sintetizar e analisar os dados e a informação recolhida.

As “Técnicas de tratamento e análise da informação” propostas devem ser adequadas às “Técnicas de recolha de informação” e às características da informação a recolher.

O detalhe destas técnicas será feito na “Matriz de Técnicas de recolha e tratamento de informação”.

- e) Descrição sintética do encadeamento lógico da pesquisa e dos passos analíticos que, a partir da combinação dos métodos e técnicas de recolha e tratamento de informação e das evidências produzidas, permitem desenvolver os Elementos Obrigatórios de Resposta (EOR) identificados na **Tabela 1** das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos e produzir a resposta às QA.

Ou seja, ***como será conduzida a pesquisa e como é que a partir da informação recolhida e analisada se espera concluir sobre [EOR] ..., para responder à QA?***

1.3. Matriz de Técnicas de recolha e tratamento de informação

[Este deve ser um elemento obrigatório da proposta técnica, qualquer que seja o grau de prescrição metodológica das especificações técnicas]

Descrever os objetivos e forma de operacionalização das técnicas de recolha e tratamento de informação enunciadas na Matriz de Avaliação, incluindo aquelas que serão integradas nos métodos

de Avaliação Baseada na Teoria e/ou de Avaliação de Impacto Contrafactual descritos no ponto 1.1. da proposta técnica.

Matriz 2. Matriz de Técnicas de recolha e tratamento de informação

Designação da Técnica de recolha de informação	Objetivos	Fontes/Atores: Atores a envolver / Critérios de seleção de atores a envolver / Fontes bibliográficas e documentais e dados	Formas de aplicação / dinamização das Técnica de recolha de informação	Descrição das Técnicas de tratamento e análise de informação	Principais outputs
a)	b)	c)	d)	e)	f)
Técnica 1...					
Técnica 2...					
...					

Requisitos da Matriz de Técnicas de recolha e tratamento de informação:

- Enunciado das técnicas previstas utilizar (incluindo todas as técnicas previstas na Matriz de Avaliação.
- Descrição sintética dos objetivos de cada técnica, centrada nas suas potencialidades e no seu propósito concreto no âmbito da estratégia de resposta a cada QA (incluindo a sua mobilização no âmbito dos diferentes métodos). Assim, à mesma técnica poderão ser associados diferentes objetivos. *(quando aplicável, em função do nível de prescrição metodológica adotado nas especificações técnicas, acrescentar:)* A descrição deve respeitar e, se necessário, desenvolver os objetivos enunciados na Tabela 2 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.

Ou seja, **com que objetivos será mobilizada cada técnica?**

- Referência, para cada técnica e correspondente objetivo, às fontes documentais e bibliográficas e fontes de dados a utilizar, aos atores ou grupos de atores a auscultar e, quando aplicável, aos critérios utilizados para selecionar os atores a auscultar. Esta especificação deve respeitar e, se necessário, desenvolver as fontes enunciadas na Tabela 2 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.

Ou seja, **a partir de que fontes será recolhida a informação?**

- Descrição da forma como se propõe implementar, na prática, cada técnica de recolha de informação (de acordo com os respetivos objetivos), evitando descrições genéricas ou com elementos teóricos desnecessários à compreensão da sua operacionalização. *(quando aplicável, em função do nível de prescrição metodológica adotado nas especificações técnicas, acrescentar:)* Esta especificação deve respeitar e, se necessário, desenvolver os requisitos de aplicação das técnicas enunciados na Tabela 2 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.

Em particular no que respeita:

- às entrevistas, devem ser indicadas as formas de realização das entrevistas, nomeadamente em formato presencial ou *on line* e o momento da sua realização.
- aos focus group, deve ser indicado o número e especificação – tema e critério de seleção de participantes – prevista de cada *focus group*, bem como o roteiro preliminar de implementação, incluindo modo de recrutamento dos participantes, duração prevista das

sessões, tipo de técnicas de dinamização e ferramentas/produtos a utilizar para incentivar e orientar a participação ativa dos participantes.

- aos inquéritos, deve ser explícito o número de inquéritos a realizar, a dimensão estimada da população de interesse de cada inquérito, e os procedimentos previstos para a construção, pré-teste, aplicação e seguimento dos inquéritos para maximização das taxas de resposta. No caso dos inquéritos amostrais, devem ser apresentados os planos de amostragem, incluindo a estratificação das amostras (quando aplicável) e os intervalos de confiança e margens de erro subjacentes. No caso dos inquéritos censitários, devem ser apresentados à partida os critérios e os procedimentos a adotar para assegurar a representatividade das respostas (ex. identificação de um limiar mínimo para a taxa de resposta, cumprimento de uma determinada estrutura de distribuição da população, de acordo com as segmentações relevantes).
- aos Estudos de Caso, deve ser indicado o número mínimo de estudos de caso propostos (e respetivas unidades de análise), os critérios de seleção dos casos, a natureza dos estudos de caso e a estratégia de recolha da informação, incluindo a especificação das técnicas a implementar e as fontes a mobilizar e a articulação entre estas técnicas, e o tipo (temas) de informação a recolher.

(quando aplicável) **Os Estudos de caso a realizar no âmbito do/a Process Tracing / Avaliação Realista não deverão constar da Matriz de Técnicas a apresentar na proposta, sendo apenas especificados, de acordo com os requisitos apresentados no ponto 1.1 do presente Anexo, na descrição da operacionalização do método.**

Ou seja, **como será operacionalizada a técnica de recolha?**

- e) Descrição das técnicas através das quais será tratada, sintetizada e analisada a informação recolhida, atendendo à natureza qualitativa/quantitativa dos dados e da informação recolhida. Deve, assim, ser explicitado o tipo de análise estatística (descritiva, multivariada ou inferencial) e de conteúdo a ser utilizada incluindo, neste último caso, a consideração de ferramentas de Inteligência Artificial para efeito de *text mining* e/ou *software* específico de análise de conteúdos (ex. para efeito de análise das memórias descritivas dos projetos). Devem ainda ser descritas as técnicas de codificação de conteúdo e análise a aplicar no âmbito das entrevistas, dos *focus group* e dos inquéritos (questões abertas). *(quando aplicável, em função do nível de prescrição metodológica adotado nas especificações técnicas, acrescentar:)* Esta descrição deve respeitar e, se necessário, desenvolver os requisitos de aplicação das técnicas enunciados na Tabela 2 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.

Ou seja, **como serão sistematizados os dados/informação recolhidos de forma a torná-los interpretáveis e utilizáveis na resposta às QA?**

- f) Identificar os *outputs* resultantes da aplicação das técnicas de recolha e tratamento de informação, a incluir no relatório das avaliações e/ou nos respetivos anexos. *(quando aplicável, em função do nível de prescrição metodológica adotado nas especificações técnicas, acrescentar:)* Esta identificação deve respeitar e, se necessário, desenvolver os requisitos de aplicação das técnicas enunciados na Tabela 2 das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos.

Ou seja, **quais os principais outputs da aplicação das técnicas de recolha e tratamento de informação?**

Para efeitos do disposto na **subalínea ii) da alínea b) do Ponto 14.1 do presente Programa**, a Proposta deve apresentar a composição da equipa de avaliação, tendo em consideração os requisitos das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos e de acordo com os modelos apresentados no ponto **2.1 e 2.2** infra, respeitantes aos elementos da equipa correspondentes a cada um dos perfis definidos e à demonstração da experiência de cada um desses elementos, respetivamente.

2.1. Modelo obrigatório de identificação dos membros da equipa

Identificação dos elementos da equipa por perfil obrigatório:

Perfis (a que se reporta o ponto 9. da parte II do Caderno de Encargos)	Nome do elemento da equipa
Perfil A: Coordenador com experiência de coordenação de estudos (*) sobre políticas públicas/programas públicos	
Perfil B: 1 (um) Especialista nos métodos de Avaliação de Impacto previstos na proposta, tendo sido responsável pelo desenho e implementação desses métodos	
Perfil C: 1 (um) Especialista com experiência de realização de Inquéritos , tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica	
Perfil D: 1 (um) Especialista com experiência de realização de Focus Group , tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica	
Perfil E: 1 (um) Especialista com experiência de realização de Estudos de Caso , tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica	
Perfil F: 1 (um) Especialista com experiência de realização de estudos (*) sobre temas objeto da presente avaliação <u>ou</u> experiência em atividades profissionais diretamente relacionadas com esses temas	

(*) Estudos de avaliação, artigos académicos ou outros estudos e trabalhos de natureza similar.

Sob pena de exclusão da proposta:

- Cada elemento da equipa proposta não pode ser associado a mais do que dois dos perfis obrigatórios.
- Só pode ser indicado um elemento da equipa para cada perfil obrigatório.
- O elemento da equipa apresentado para o **Perfil A** tem de ter coordenado, obrigatoriamente, pelo menos um estudo concluído nos últimos 10 anos. Independentemente da natureza do estudo, deve ser evidente a função de coordenação dos trabalhos, não sendo admitidos estudos realizados apenas por uma pessoa.
- O elemento da equipa apresentado para o **Perfil B** tem de ter realizado, obrigatoriamente, pelo menos um estudo concluído nos últimos 10 anos, onde tenha sido responsável pelo desenho e implementação dos métodos de Avaliação de Impacto previstos na proposta.
- O elemento da equipa apresentado para o **Perfil C/D/E** têm de ter participado, obrigatoriamente, pelo menos num estudo concluído nos últimos 10 anos, onde tenha participado no desenho e implementação de inquéritos/Focus Group/Estudos de Caso.
- O elemento da equipa apresentado para o **Perfil F** tem de ter realizado, obrigatoriamente, pelo menos um estudo sobre temas objeto da presente avaliação, concluído nos últimos 10 anos,

ou exercido pelo menos um mês de atividades profissionais diretamente relacionadas com esses temas, compreendidas nos últimos 10 anos.

2.2. Modelo obrigatório de comprovação da experiência de cada um dos elementos que compõem a equipa

A experiência de cada elemento da equipa, referida na definição de cada um dos perfis, será comprovada pelo número de estudos realizados que atestem a experiência requerida em cada perfil, nos moldes do modelo abaixo apresentado.

A Proposta deve apresentar, para cada um dos elementos associados aos perfis acima descritos, uma tabela descritiva da experiência relevante para efeitos de análise e avaliação da Proposta:

Perfil / Nome:				
Designação completa do estudo (a) Ou Cargo desempenhado (no caso de demonstração de atividade profissional, para o Perfil F) (b)	Publicação Científica Ou Entidade que encomendou o estudo (se aplicável)	Data de conclusão/publicação... Ou Mês/ano de início e mês/ano de conclusão (no caso de demonstração de atividade profissional, para o Perfil F)	Link direto para o estudo (caso não exista, estudo deve ser apresentado em anexo à proposta) Ou Elementos comprovativos da duração da atividade profissional (no caso de demonstração de atividade profissional, para o Perfil F) (c)	Funções técnicas especificamente desempenhadas pelo elemento da equipa no estudo Ou Funções desempenhadas no cargo (no caso de demonstração de atividade profissional, para o Perfil F) (d)

(a) Estudos de avaliação, artigos académicos ou outros estudos e trabalhos de natureza similar.

(b) Proposta deve ser clara quanto ao tipo de experiência que pretende evidenciar para o Perfil F: realização de estudos ou atividade profissional, apresentando apenas os respetivos elementos comprovativos do tipo de experiência indicada.

(c) O link deve remeter para versão completa, e de acesso livre, do estudo. Quando sediado em plataformas de acesso reservado/pago, o estudo deve ser apresentado em anexo à proposta. Quando o estudo ou elementos comprovativos sejam apresentados em anexo à proposta, esse anexo deve incluir um índice dos estudos/elementos apresentados, devidamente referenciados nesta tabela.

(d) Proposta deve descrever apenas as funções desempenhadas que correspondam diretamente à demonstração do perfil indicado.

Os estudos listados deverão ter sido concluídos, no máximo, nos últimos 10 anos, contados à data da publicação do anúncio do presente procedimento, não sendo considerados para a avaliação das propostas estudos anteriores a esse período nem estudos que não estejam concluídos e disponíveis a essa data.

Não podem ser indicados mais de 10 estudos para cada elemento da equipa associado a cada perfil. Para efeitos de avaliação da proposta serão considerados, no máximo, 5 estudos, selecionados de acordo com a sua correspondência com os requisitos desse perfil.

Em caso de desconformidade entre os conteúdos apresentados na tabela e os documentos comprovativos apresentados através de link ou em anexo à proposta, a análise da Proposta considera exclusivamente os elementos evidenciados pelos documentos comprovativos.

Os estudos apresentados devem ser explícitos quanto aos seus autores. Quando tal não se verifique, e sob pena de exclusão do estudo apresentado, o estudo deve ser acompanhado de documento comprovativo da autoria, que permita relacionar o elemento da equipa proposta com o referido estudo.

CAPÍTULO 3 – Condições financeiras

Para efeitos do disposto na **subalínea iii) da alínea b) do Ponto 14.1 do presente Programa**, a Proposta deve indicar o Preço total da Proposta, indicado em algarismos e por extenso, não incluindo o IVA, o qual deve contemplar todos os serviços a prestar exigidos no Caderno de Encargos e todas as despesas e encargos necessários à plena execução do Contrato, bem como a decomposição e fundamentação para o mesmo, desagregado pelas diferentes etapas da prestação de serviços.

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES
(a que se reporta a alínea c) do Ponto 14.1 do Programa do Procedimento)

.... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de.... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento de concorrentes, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sem reservas, que a sua representada e todos os membros da equipa a afetar a execução do contrato, não detêm ou deterão qualquer tipo de conflito de interesse suscetível de colidir com os interesses da Agência, I.P. no procedimento de avaliação destinado à “aquisição de serviços para realização da Avaliação de Fundos Europeus: Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)”, ao qual foi atribuída a referência interna R/169/2025, não podendo estar hierárquica e funcionalmente dependente de potenciais beneficiários da intervenção que constitui o objeto de avaliação ou ser potencial beneficiária dessa intervenção.

Mais declara, sem reservas, que a sua representada e todos os membros da equipa técnica, não prestaram, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração do Caderno de Encargos da presente avaliação.

Assinatura

Data

ANEXO IV – MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

(a que se reporta o *Ponto 20. do presente Programa do Procedimento*)

O critério de adjudicação é o da Proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com os fatores a seguir descritos.

As Propostas são avaliadas de acordo com o seguinte modelo:

Tabela 1. Fatores de avaliação e respetivos coeficientes de ponderação

Fatores de avaliação	Coeficientes de ponderação
F1 - Qualidade técnica da Proposta – Metodologia [M]	50%
F2 - Experiência da equipa de avaliação [E]	20%
F3 - Preço [P]	30%
TOTAL	100%

A pontuação global da Proposta será igual ao somatório ponderado das pontuações dos fatores F1, F2 e F3, obtido através da fórmula:

$$PG = (F1[M] \times 50\%) + (F2[E] \times 20\%) + (F3[P] \times 30\%)$$

As pontuações de cada subfactor, fator e a pontuação global da Proposta serão arredondadas à terceira casa decimal.

FATORES E SUBFACTORES DE AVALIAÇÃO

A pontuação global da Proposta é determinada pela aplicação dos seguintes fatores, subfactores e critérios de valoração, e respetivos coeficientes de ponderação:

Tabela 2. Fatores, subfactores, critérios de valoração e coeficientes de ponderação

Fatores e subfactores e forma de cálculo		Critérios de valoração e coeficientes parciais de ponderação dos critérios, subfactores e fatores de avaliação						
Fator	Subfator	Coeficientes dos critérios de valoração					Coef. Subfator	Coef. Fator
		Entendimento	Adequação	Coerência	Inovação	Rigor		
F1 - Qualidade técnica da Proposta – Metodologia [M]	F1.1. Métodos de Avaliação	20%	40%	20%	20%		50%	50%
	F1.2. Matriz de Avaliação		60%	20%	20%		30%	
	F1.3. Matriz de técnicas de recolha e tratamento de informação		50%			50%	20%	
F2 - Experiência da equipa de avaliação [E]								20%
F3 - Preço [P]								30%

F1 – Avaliação do fator Qualidade técnica da Proposta – Metodologia [M]

A pontuação dos subfactores que densificam o fator F1 - Qualidade técnica da Proposta – Metodologia [M] será atribuída de acordo com os seguintes critérios de valoração:

Tabela 3. Critérios de valoração e ponderadores do fator F1

Fator e subfactores		Critérios de valoração dos subfactores do fator F1
F1 - Qualidade técnica da Proposta – Metodologia [M]	F1.1. Métodos de Avaliação	<p>Entendimento: Proposta demonstra adequado entendimento que o concorrente tem dos métodos propostos.</p> <p>Adequação: Os métodos propostos respeitam os requisitos que constam no Anexo II do Programa do Procedimento e nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos <i>[quando definidos]</i> e a forma de os operacionalizar é adequada aos objetivos da avaliação, traduzidos nas QA/EOR aos quais os métodos visam dar resposta.</p> <p>Coerência: Proposta demonstra coerência na forma como se propõe operacionalizar os métodos (incluído, se aplicável, coerência entre métodos) na resposta a cada QA/EOR.</p> <p>Inovação: A proposta inclui elementos distintivos e inovadores, nos termos que constam no Anexo II do Programa do Procedimento e nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, no que respeita aos métodos propostos e à forma com serão mobilizados em resposta às QA/EOR.</p>
	F1.2. Matriz de Avaliação	<p>Adequação: A estratégia de resposta corresponde aos requisitos que constam no Anexo II do Programa do Procedimento e configura um encadeamento lógico da pesquisa e um conjunto de passos analíticos coerentes e adequados, garantido uma resposta completa e fundamentada a cada QA/EOR.</p> <p>Coerência: A estratégia de resposta a cada QA é internamente coerente e é coerente com a descrição dos métodos e das técnicas de recolha e tratamento de informação apresentadas na proposta.</p> <p>Inovação: A proposta inclui elementos distintivos e inovadores, que densificam a estratégia de resposta e as técnicas a mobilizar, acrescentando valor face aos requisitos das técnicas que constam nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos e no Anexo II do Programa do Procedimento.</p>
	F1.3. Matriz de técnicas de recolha e tratamento de informação	<p>Adequação: As técnicas de recolha de informação e formas prevista para a sua aplicação, apresentadas nas colunas a) a d) da “Matriz das técnicas de recolha e tratamento de informação” correspondem aos requisitos que constam no Anexo II do Programa do Procedimento e nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos e são adequadas à estratégia de resposta às QA.</p> <p>As técnicas de tratamento e análise de informação e outputs previstos, apresentadas nas colunas e) e f) da “Matriz de técnicas de recolha e tratamento de informação” correspondem aos requisitos que constam no Anexo II do Programa do Procedimento e nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos e são adequadas às técnicas de recolha a que estão associadas.</p> <p>Rigor: As técnicas de recolha e tratamento de informação são descritas com elevado rigor técnico.</p>

A pontuação de cada critério de valoração, em cada um dos subfactores F1.1 a F1.3 é atribuída de acordo com a seguinte escala:

100	Muito boa – A Proposta alcança totalmente os critérios, sem apresentar quaisquer lacunas*
80	Boa – A Proposta alcança bem os critérios, apresentando pequenas lacunas*
60	Razoável – A Proposta alcança genericamente os critérios, apresentando algumas lacunas*
40	Insuficiente – A Proposta não alcança suficientemente os critérios, apresentando lacunas significativas*
20	Muito insuficiente – A Proposta não alcança os critérios, apresentando sérias lacunas*

* Consideram-se lacunas quaisquer falhas no cumprimento dos termos que densificam os critérios de valoração de cada subfator, acima descritos.

A pontuação global do fator **F1 - Qualidade técnica da Proposta – Metodologia [M]** será obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$F1[M] = (PF1.1 \times 50\%) + (PF1.2 \times 30\%) + (PF1.3 \times 20\%)$$

Onde:

F1[M] = pontuação do fator F1

PF1.i = pontuação do subfactor F1.i

A pontuação do subfactor **F1.1. Métodos de Avaliação** será obtida de acordo com a seguinte fórmula e critérios de valoração:

$$PF1.1 = (\text{Entendimento} \times 20\%) + (\text{Adequação} \times 40\%) + (\text{Coerência} \times 20\%) + (\text{Inovação} \times 20\%)$$

A pontuação do subfactor **F1.2. Matriz de Avaliação** será obtida de acordo com a seguinte fórmula e critérios de valoração:

$$PF1.2 = (\text{Adequação} \times 60\%) + (\text{Coerência} \times 20\%) + (\text{Inovação} \times 20\%)$$

A pontuação do subfactor **F1.3. Matriz de Técnicas de recolha e tratamento de informação** será obtida de acordo com a seguinte fórmula e critérios de valoração:

$$PF1.3 = (\text{Adequação} \times 50\%) + (\text{Rigor} \times 50\%)$$

F2 - Avaliação do fator Experiência da equipa de avaliação [E]

A pontuação das Propostas ao nível do fator **F2 - Experiência da equipa de avaliação [E]** será obtida pela média simples das pontuações obtidas pelos elementos da equipa associados a cada um dos seguintes perfis:

Tabela 3. Perfis a considerar na avaliação do fator F2[E]

Perfis	Nº elementos da equipa	Pontuação do perfil p _i
Perfil A: Coordenador com experiência de coordenação de estudos (*) sobre políticas públicas/programas públicos	1	P _a
Perfil B: Especialista nos métodos de Avaliação de Impacto previstos na proposta, tendo sido responsável pelo desenho e implementação desses métodos	1	P _b
Perfil C: Especialista com experiência de realização de Inquéritos , tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica	1	P _c
Perfil D: Especialista com experiência de realização de Focus Group , tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica	1	P _d
Perfil E: Especialista com experiência de realização de Estudos de Caso , tendo sido responsável pelo desenho, implementação e tratamento de informação dessa técnica	1	P _e
Perfil F: Especialista com experiência de realização de estudos (*) sobre temas objeto da presente avaliação <u>ou</u> experiência em atividades profissionais diretamente relacionadas com esses temas	1	P _f

(*) Estudos de avaliação, artigos académicos ou outros estudos e trabalhos de natureza similar.

Cada elemento de cada perfil é pontuado de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_i = \frac{\sum \text{Estudos}_{p_i}}{5} \times 100$$

Onde:

P_i: Pontuação do elemento da equipa associado ao perfil *i* (com *i* : [a, b, c, d, e, f]).

Estudos_{p_i}: Número de estudos comprovativos da experiência apresentados pelo elemento da equipa associado ao perfil *i*. Serão considerados no máximo 5 estudos entre os estudos apresentados na Proposta como comprovativos da experiência do elemento associado ao perfil *i*.

O valor de **Estudo_{p_i}** deverá, sob pena de exclusão da Proposta, ser igual ou superior a 1.

Quando o Perfil F seja preenchido por um elemento com experiência demonstrada pelo desempenho de atividades profissionais, num período compreendido nos últimos 10 anos, a pontuação é atribuída de acordo a seguinte fórmula:

$$P_f = 20 + \left(\frac{\text{MesesProposta} - 1}{\text{MesesMáx} - 1} \times 80 \right)$$

Onde:

Meses_Proposta: Número total de meses em que o elemento associado a este perfil desempenhou atividades profissionais diretamente relacionadas com esses temas.

O valor de **Meses_Proposta** deverá, sob pena de exclusão da Proposta, ser igual ou superior a 1.

Meses_Máx: O número máximo de meses a considerar para efeito de pontuação corresponde a 48 meses.

A pontuação do fator **F2 - Experiência da equipa de avaliação [E]** será obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$F2[E] = \frac{P_a + P_b + P_c + P_d + P_e + P_f}{6}$$

F3 - Avaliação do fator Preço [P]

A pontuação do fator **F3 – Preço [P]** será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$F3[P] = 100 - \left[\frac{P_p}{P_{base}} \times 80 \right]$$

Onde:

F3[P] = Pontuação do fator F3

P_p = Preço proposto pelo concorrente

P_{base} = Preço base do procedimento

ANEXO V – REGRAS DE REALIZAÇÃO DO SORTEIO

(a que se refere o ponto 21.2. do Programa do Procedimento)

Em caso de empate entre duas ou mais Propostas, o desempate será efetuado por sorteio realizado pelo júri na presença do representante legal de cada um dos concorrentes, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.

Proceder-se-á ao desempate das Propostas, através de sorteio em conformidade com o seguinte procedimento:

- a) Notificação dos concorrentes, com um prazo de 3 dias úteis de antecedência, da data e hora a efetuar o sorteio, através de mensagem na plataforma eletrónica de contratação pública, indicada no presente Programa do Procedimento;
- b) Será concedida uma tolerância de 15 minutos relativamente à hora marcada, após a qual será realizado o sorteio com os concorrentes presentes, sendo que a bola dos eventuais concorrentes em falta, será retirada por uma testemunha externa, na presença de todos os participantes no sorteio;
- c) A realização do sorteio terá lugar nas instalações da XXXX, sitas na _____;
- d) A ordenação será determinada através da metodologia de retirada, pelos concorrentes, de uma bola de um saco opaco, cujo número inscrito na mesma determinará a ordenação das Propostas, significando designadamente:
 - 1.ª Posição – Bola n.º 1
 - 2.ª Posição – Bola n.º 2
 - 3.ª Posição – Bola n.º 3E assim sucessivamente tendo em conta a quantidade de Propostas empatadas.
- e) A ordem de retirada das bolas ocorrerá em conformidade com a ordem de receção das Propostas na plataforma eletrónica de contratação pública;
- f) Terminado o sorteio, será lavrada uma ata do mesmo, com a ordenação final dos concorrentes, a qual será lida em voz alta pelo Presidente do Júri, após o que será perguntado aos concorrentes presentes se têm alguma objeção;
- g) Não havendo objeções por parte dos concorrentes presentes, será formalmente declarado encerrado o sorteio, sendo a ata assinada por todos os participantes.

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e a alínea a) do ponto 22.1. do Programa do Procedimento)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

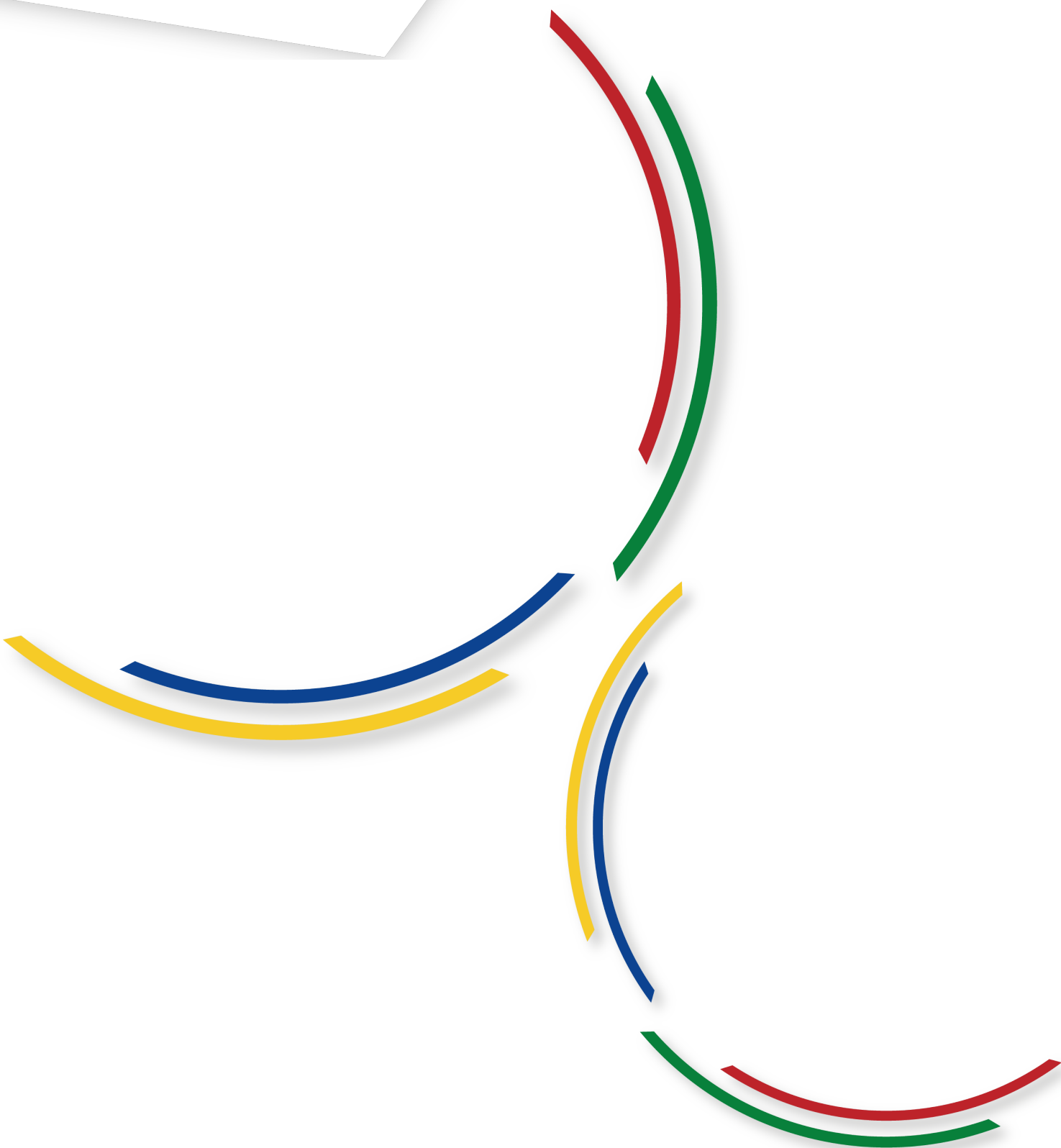
⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



Rede
Monitorização e Avaliação



Cofinanciado pela
União Europeia

Os Fundos Europeus mais próximos de si.